

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAI S

D O

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOLUME XXII



1971

39 11992

BIBLIOTECA DO M.F.N.
EXEMPLO DE COPIA

SUMÁRIO

- 1 — MUSEUS DO JAPÃO
Maria de Lourdes Rodrigues de Carvalho 5
- 2 — OS MUSEUS E EMBLEMAS DO ARSENAL DE GUERRA DO RIO
Francisco de Paula e Azevedo Pondé 17
- 3 — CHINESICES NO BRASIL
Enrico Schaeffer 33
- 4 — HUMBOLDT E O BRASIL
Joaquim de Souza Leão Filho 50
- 5 — A ARCÁDIA ULTRAMARINA
Mário Ferreira França 63
- 6 — A ABERTURA DO RIO AMAZONAS AO COMÉRCIO MUNDIAL EM BELÉM DO PARÁ À SOLENIDADE EM 1867
Donato Mello Junior 87
- 7 — INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MOBILIÁRIO MODERN STYLE E A SUA ÉPOCA
Marco Paulo Alvim 113
- 8 — CURIOSIDADES DO MUSEU HISTÓRICO DO PARÁ — O canhão do Una
Prof. Orlando L. M. de Moraes Rego 142
- 9 — ASPECTOS DA CONQUISTA DA CAPITANIA DO CABO DO NORTE NO SÉCULO XVII
Affonso Celso Villela de Carvalho 145
- 10 — RELATÓRIO PRELIMINAR — Gabinete de Restauração 166

MUSEUS NO JAPÃO

Maria de Lourdes Rodrigues de Carvalho
Documentarista do Museu da República

Com o advento da Era Meiji considerada pelos historiadores como: o “1.º Renascimento Japonês”, é que a palavra “Hakubutsukan” (Museu) começou a ter significado, no sentido moderno de um órgão destinado a colecionar e expor objetos de arte e de valor histórico. Anteriormente existiam coleções nos templos, nos castelos, nas residências das grandes famílias fidalgas (moradores acima das nuvens) assim chamados pelo povo, devido à sua grande riqueza; eram amantes das belas artes e grandes colecionadores. Os templos recebiam grande quantidade de oferendas votivas aos deuses, formando coleções heterogêneas, desde simples e rústicas obras de artesanato popular às armas finamente cinzeladas, vasos de cerâmica e de laca, vestimentas, adornos etc., formando um exótico “bric-à-brac”.

A literatura japonêsa, traduzida em várias línguas ocidentais, faz referência a essas coleções como prova da existência de museus anterior a 1868, início da Era Meiji. Em 1872 o Departamento de História Natural do Ministério da Educação inaugurou no grande “hall” do Yushima Templo de Confúcio, em Tóquio, o primeiro museu destinado ao incremento da indústria e ao desenvolvimento da pesquisa dos recursos naturais do país. Foi êste, o núcleo inicial dos museus até 1875 quando seu acervo foi dividido para formar o Museu de Tóquio. Em 1877 é chamado de Museu Educacional. Em 1881: Museu Educacional de Tóquio; em 1921 volta a chamar-se Museu de Tóquio. Em 1931: Museu de Ciência de Tóquio; desde 1960 é conhecido como Museu Nacional de Ciência, sendo instalado em moderno edifício no Parque Ueno. A parte restante do acervo do templo de Yushima sob o nome de Museu Yamashitacho (uma espécie de centro provisório de museus) tornou-se em 1881: Museu Nacional, foi então instalado em edifício especialmente construído para êsse fim, no Parque Ueno em Tóquio; cabendo-lhe a coordenação e administração dos demais museus até 1886 quando perde essa função e passa a ser subordinado à Casa Imperial sob o nome de Museu Imperial.



Entrada do Fushimi Momoyama Castelo, situado em uma colina no caminho entre Kioto e Nara. O primitivo castelo foi construído em 1594, por Toyotomi Hideyoshi; representa o luxo e o poder do antigo "shogun"; foi reconstruído em 1964; perto existe o mausoléu do Imperador Meiji.



Todaiji Templo, em Nara, onde existe a maior estátua de bronze do mundo (Buda); é o maior edifício do mundo construído de madeira. Construído em 745 A.C. e reconstruído em 1708.



Detalhe da entrada do Todaiji
Templo de Nara.



Pagode tipico situado no parque
do Kasuga Shrine, em Nara.

Em 1881 foi promulgada a Nota n.º 4 pelo Ministério da Educação chamada: "Regras para o Estabelecimento e Extinção de Escolas, Jardins de Infância, Bibliotecas e Museus Educacionais"; os museus passam então a ter existência legal, sujeitos a normas técnicas de organização e de exposição de objetos de arte e históricos. Desde então, cada Ministério passou a exercer jurisdição sobre os museus de acordo com sua especialidade, desaparecendo a administração centralizada básica, exercida pelo Museu Nacional até 1886. Subordinado diretamente à Coroa até 1900 sob o nome de Imperial Central Museu de Tóquio, hoje é subordinado ao Ministério da Educação e, conhecido como Museu Nacional de Tóquio, sendo o mais importante museu do país.

O exemplo do governo central foi seguido pelas administrações regionais que passaram a controlar e administrar os museus em suas respectivas áreas, sem atender às relações e coordenação com os demais. O Museu de Sapporo, capital de Hokaido, fundado em 1873, um dos mais antigos do país, tornou-se dependente do Departamento de Agricultura da Universidade de Hokaido; o Museu Hakodate, fundado em 1879, é hoje administrado pela Prefeitura de Osaka. Cada governo regional estabeleceu em sua área, regras e determinações sobre o *modus vivendi* de cada museu.

A promulgação da Nota n.º 4 foi incentivadora para a criação de novos museus, mas fez desaparecer a política uniforme de organização e funcionamento dos mesmos, ficando cada um sujeito a normas de acordo com a vontade da autoridade local. Exemplos dessa situação: O Museu Yushu-kan estabelecido em 1879 como "Memorial Museu da Guerra", o Museu da Agricultura, em 1891, o Museu Postal e outros passaram a pertencer a diferentes órgãos do governo, sob normas diversas de organização, recrutamento de pessoal e funcionamento.

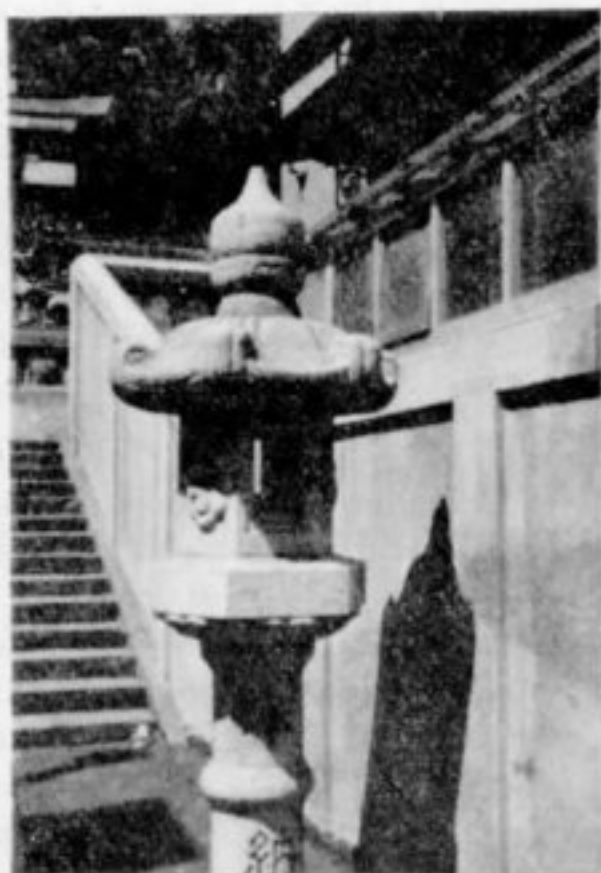
No último período da Era Meiji (1868-1921), a opinião pública de que mais e melhores museus educacionais deviam ser abertos, principalmente no interior do país, houve rápido desenvolvimento de museus regionais. Após o término da Primeira Guerra Mundial, uma onda de entusiasmo cívico empolgou o povo, exigindo o estabelecimento de museus nos moldes seguidos pela Alemanha, visando ao culto dos heróis de guerra, o engrandecimento do patriotismo e o amor pela coletividade. O japonês nunca foi individualista; o indivíduo só vale como membro da coletividade. Esse modo de sentir que permanece até os dias atuais, tem a nosso ver, origem na "Grande Reforma" do ano 645 d.C., posta em prática pelo Imperador



Castelo Himeji, em Hyogo-ken, exemplo de museu zoológico municipal; área 34.425 k²; dispõe de biblioteca especializada.



Trecho do parque de Nara onde está situado o "Kazuga Shrine; no parque existem 3.000 lanternas de pedra.



Típica lanterna de pedra, situada na Waseda Universidade, em Tóquio.

Kotoku e o primeiro ministro Kamatari, quando a terra foi distribuída entre todos os maiores de 6 anos, sem distinção de sexo ou classe social, com a obrigação de cultivá-la. As famílias uniram-se para o uso coletivo da terra e formaram grupos de cinco a dez membros para defenderem-se de assaltantes no tempo das colheitas. O movimento coletivista teve existência efêmera (mais ou menos meio século), devido à pressão dos poderosos, que aos poucos minaram com suas burlas e poderio econômico suas bases, acabando com a “maior experiência socialista” do antigo Japão. Todavia, perdura através dos séculos o espírito gregário do povo. Ainda hoje, o japonês trabalha e produz melhor, em equipe; não há estrelismos e o sucesso individual só conta, pelos reflexos que possa ter na coletividade; o respeito à autoridade constituída era subordinado ao interesse geral. As constantes lutas, entre as clans no passado, ocorriam quando o interesse de uma coletividade era prejudicado pela ação de outra mais aguerrida, visando a conseguir pela força o que não conseguira pelo trabalho e com o fito de tornar-se mais rica e poderosa.

Os museus beneficiaram-se dessa atitude do povo; cada localidade esmerou-se para que seu museu se desenvolvesse em quantidade e qualidade. Desde os tempos antigos, o povo teve o hábito de colecionar. Espécimes naturais, objetos de arte popular, ou do mais requintado labor, eram oferecidos aos templos, para aplacar a ira dos deuses, ou aos poderosos, em busca de auxílio ou proteção. Com o surgimento dos museus, grande parte dessas coleções foi a êles recolhida, o que tornou possível preservar para a posteridade grande número de documentos antigos, manuscritos em “canji” (origem chinesa), achados arqueológicos de escavações feitas por particulares, objeto da arte primitiva do país: cerâmica, estatuetas de barro ou de terracota, armas, etc.

Durante a Era Meiji diversas leis (chamadas então de Notas) foram expedidas pelo govêrno, como as de 1871 para preservação dos objetos antigos; 1876, tomando sob a guarda do govêrno objetos e achados arqueológicos históricos e de valor artístico; 1886: determinando a exibição dêsses achados no Museu Nacional; 1898: Lei para preservação dos antigos templos e impedir sua compra e retirada do país; 1919: Lei para a preservação dos lugares históricos ou de grande beleza natural, os chamados “Monumentos Naturais”. Antes da promulgação dessa Lei, fôra organizada a “Associação para a Preservação dos Lugares Históricos, de Grande Beleza Natural, os quais passaram a ser chamados de “Tesouros Nacionais”, incluindo-se nessa denominação: castelos, residências das grandes famílias, campos de batalha e

os famosos jardins; em 1929 a lei foi reformada para incluir também a propriedade particular situada nesses "Monumentos Naturais" ou coleções particulares de objetos de arte ou históricos, cabendo sua conservação ao governo e devendo ser exibidas compulsoriamente nos museus nacionais durante um ano; em 1933 a lei proibiu a retirada do país dos objetos de arte antigos, tornando-os propriedade nacional, o que deu início ao aparecimento das "Casas dos Tesouros", destinadas à sua guarda e conservação.

Em 1928, inicia-se a "Era Sowa" com ascensão ao trono do atual Imperador; foi então fundada a Associação Japonesa de Museus sob a presidência do Barão Hirayama, com a finalidade de promover o desenvolvimento dos museus do país; essa sociedade iniciou suas atividades publicando: "Estudos dos Museus" e um "Guia para os Museus no Japão". O interessante é que no Guia são incluídos como tipos de museu: zoológicos, jardins botânicos e aquários.

A administração dos museus, após a Segunda Guerra Mundial, é regida pela Lei dos Museus, n.º 285 de 1 de dezembro de 1951; foi o fruto de incansável e persistente esforço dos interessados nos museus, grandemente prejudicados pela guerra, e atendendo ao clamor público para que todos os museus ficassem sob a proteção do governo, mas com administração própria. A lei dá uma clara definição de museu: "destinados a colecionar, guardar e exhibir objetos e manuscritos concernentes à história, arte, indústria, folclore e ciências naturais para uso do público, fins educacionais, incentivo à cultura, estudo, pesquisa e recreação". Suas principais características são: dar aos museus a capacidade de funcionamento independente; considerar como objetos de museu não só os antigos e históricos componentes das coleções, também animais vivos e plantas; deu aos museus poder para fazer exposições fora de seus recintos sempre que necessárias. É interessante notar a coincidência de muitos artigos dessa lei com o estabelecido pela "Constitution of the International Council of Museums" (ICOM) criado pela Unesco.

Os museus públicos têm definição própria; sua finalidade é a mesma dos demais, mas têm um "status" jurídico diverso. São entidades de direito público de acordo com o Código Civil; são estabelecidos por entidades públicas ou não, como os das ordens religiosas ou por qualquer pessoa, bastando que funcionem sob regras baixadas por entidade governamental nacional ou regional. A lei trouxe inúmeros benefícios aos museus, mas criou uma situação confusa no que se refere aos museus públicos. Os Museus Nacionais não são incluídos quando a lei define os museus; são considerados museus públicos

os que recebem auxílio financeiro dos governos central ou regional; como museus particulares são considerados os estabelecidos e administrados por pessoa ou entidade de direito privado, excluindo-se os que têm finalidade lucrativa. Os museus públicos são subvencionados pelo govêrno, enquanto os particulares lutam para sobreviver.

As atividades dos museus também são reguladas pela lei, e dá maior ênfase às atividades educacionais, à necessidade de ligação e cooperação entre si e às organizações educacionais e com a comunidade onde estejam situados. Salicnta ainda que o museu não é somente um colecionador e expositor de objetos de arte ou históricos, nem um lugar curioso para visitantes, mas que sua principal finalidade é contribuir com seu trabalho para o aprimoramento da educação e da cultura do povo.

Quanto ao pessoal técnico que serve em museus, a situação difere totalmente da do nosso país. No Japão, o responsável pela coleção, preservação, exibição ou pesquisa e o "gakugei-in" de ambos os sexos; sua posição é única no país, pois não é um conservador de museu, no sentido ocidental da palavra. Para ser "gakugei-in" o interessado deve ser diplomado por uma universidade, ser especializado em qualquer assunto relacionado com museus e ter diploma do curso de museus. Só adquire o grau de doutorado quando chega à chefia de seção ou de divisão; suas atribuições então têm certa semelhança com as de nossos conservadores. A lei não estabelece normas de aprendizado ou de recrutamento dos "gakugei-in"; tais providências cabem aos museus pois a profissão não é regulamentada em lei. Os museus recrutam seus servidores entre pessoas com grau universitário e que queiram servir após um período de treinamento; o pessoal assim recrutado é tido como "gakugei-in" provisório. Algumas universidades mantêm cursos de museus com a duração de um ano. A "Rikkio University" de Tóquio criou em 1953 a 1.^a cátedra de Museologia, formando nesse ano 34 especialistas em museus; outras abriram cursos semelhantes como integrantes do "curriculum" de Faculdades de Artes e Letras, ou de Faculdades de Educação. Não há uma política uniforme sobre o assunto; o "gakugei-in" pode ser recrutado mediante exame prévio ou sem essa exigência. Em 1954 em um total de 1.102 pessoas recrutadas pelos museus, 517 tinham grau universitário; 282 tinham curso de treinamento; 132 prestaram exame de habilitação; 171 foram admitidas sem essa exigência.

Aos museus em geral, são concedidas certas vantagens como : venda ou arrendamento de terra pertencente ao estado por preço reduzido; expropriação para ampliação de suas instalações; isenção

tarifária para o material importado; desconto no preço do transporte de material e equipamentos; auxílio financeiro do governo para a aquisição de novas coleções; isenção de taxas ou impostos sobre a renda, ou de transmissão no caso de doações ou herança etc.

A lei determina que os museus sejam dirigidos por um conselho cujos membros são escolhidos entre professores e pessoas cultas, pelas Juntas Educacionais locais; pertencer ao *staff* de um museu representa alta distinção e proeminência, é como o reconhecimento público do saber e cultura do indivíduo a serviço da coletividade.

Há graves problemas no tocante à administração dos museus: carência de recursos financeiros e dificuldade em manter estável, a lotação do pessoal técnico. Enquanto não for regulamentada a profissão de *gakugei-in* e cujos salários são baixos, os museus continuarão a ter dificuldade em manter pessoal de nível universitário, que demanda outras profissões mais rendosas.

Apesar disso, é sempre crescente o aparecimento de novos museus; a 27 de julho deste ano foi inaugurado no *Tama Zoological Park* de Tóquio, nos arredores de Tachikawa, um museu de pequenas aves e um insetário em edifício especialmente construído em cimento armado, dispondo de 1.100 m² de área para guardar e expor 150 espécies de insetos vivos, em um total de 2.500 espécimens. São expostos em *stands* artificiais símiles de seu habitat natural; professores explicam aos visitantes a vida dos insetos desde a fase inicial da fecundação e sua proliferação, os danos que podem causar ao homem e às colheitas e o meio de exterminá-los.

Uma das características dos museus japoneses é a existência de uma seção encarregada de promover o intercâmbio do acervo próprio com os demais nacionais ou estrangeiros, o que torna possível ao povo conhecer as grandes obras-primas mundiais. Duas a três vezes por ano, os grandes museus promovem essas exposições; a afluência de visitantes é bastante significativa, formando-se filas enormes ante os portões de entrada, apesar do aumento do preço cobrado nessas ocasiões. Visitamos em Tóquio, as exposições de Toulouse Lautrec, as de Rembrandt e de Guaguin; durante uma semana, a massa de visitantes foi tão grande que não dava margem a uma melhor apreciação do material exposto, limitando-se a desfilar pelos salões da exposição. A falha é compensada com o auxílio de catálogos descritivos e ilustrados em côres, vendidos ao preço de 500 yens, equivalentes mais ou menos a Cr\$ 5,00. Essa seção chamada de *Empréstimo* promove também exposições itinerantes por todo o país.

O funcionamento dos museus é intensamente dinâmico; cumprindo a lei, há diariamente conferências e aulas com demonstrações práticas do tema abordado, feitas pelos membros do *staff* do museu ou por professores especialmente convidados; dispondo de abundantes recursos técnicos como: circuito fechado de T.V., alto-falantes, ascultadores individuais, projetores cinematográficos e de slides, reprodutores de documentos históricos e laboratórios para aulas práticas. Qualquer visitante pode assistir gratuitamente a essas demonstrações e tem ainda ao seu dispor biblioteca geral ou especializada, salas de leitura e de consulta, salas de descanso e bar. Para as crianças há locais reservados para recreação e entretenimento. Aos visitantes são prestadas tôdas as informações solicitadas, em japonês e inglês.

O Museu dos Transportes de Tóquio, fundado em 1921, é um dos mais procurados por escolares dos cursos primário e ginásial; assistidos por um guia, tomam conhecimento da história e evolução dos transportes em geral, do fabrico dos veículos automotores, do seu funcionamento, e o papel que desempenham para a economia e progresso do país. Não só as crianças ficam entusiasmadas, vendo os minúsculos comboios trafegando através de túneis, de pontes, partindo e chegando às pequenas estações, e obedecendo aos sinais convencionais do tráfego; vimos muitos adultos ouvindo atentamente às explanações feitas. O mesmo é observado no Museu Postal, onde tomam conhecimento da evolução do tráfego da correspondência desde os primitivos *correios reais* a cavalo, vencendo mil e um obstáculos, mas sempre chegando ao seu destino, até à época atual inteiramente mecanizada; desde a separação das cartas e encomendas e o seu encaminhamento, todo o serviço é executado por máquinas automáticas, o que propicia ao Japão possuir um dos mais modernos e eficientes serviços postais do mundo. No Museu de Energia Atômica é demonstrado o manuseio por contróle remoto do material radioativo; professores explicam o valor do uso pacífico da energia atômica e as conseqüências trágicas de seu uso na guerra. No Museu do Papel, há salas de aprendizado do fabrico de bonecas típicas confeccionadas em papel *masqué*.

Interessante é a existência no país de museus sem acervo próprio como da Prefeitura de Shimane, que mantém exposições de objetos de arte ou históricos, desde os primitivos até os atuais, obtidos por empréstimo de outros museus; nele há exposição permanente de antigos instrumentos musicais "*Gagaku*", num total de 127 espécimens, pertencentes à família Tokugawa, cujo chefe em 1598 restabeleceu o regime *bakufu* (governo militar), tornando o *shogunato* hereditário para seus descendentes durante 260 anos da Era Momoyama. Seu

primeiro *shogun*, Iyeasu Tokugawa, transefriu a capital administrativa do país de Kioto para Yedo, hoje Tóquio; estabeleceu Kioto como residência da família imperial, garantiu a existência do Imperador como símbolo da unidade nacional, sem nenhuma ingerência na administração do país. Iyeasu governou com “mão de ferro”, mas é considerado pelos historiadores como o melhor e mais progressista governante do Japão feudal.

Há mais de uma dezena de museus inteiramente dedicados às crianças, tendo como objetivo incutir-lhes o amor pelas ciências naturais e o conhecimento dos avanços da tecnologia; tais museus são localizados em grandes parques dotados de *playgrounds* e outras comodidades para uso de seus pequenos frequentadores. (Cabe aqui um parêntese: as crianças no Japão têm primazia em tudo; costuma-se dizer que o Japão é o paraíso das crianças, a terra dos homens e o purgatório das mulheres). Salientamos como exemplo de museu dedicado às crianças, o *Kyotoshi Kyoiku Kyoshitsu* administrado pela Secretaria Municipal de Educação de Kioto, com uma frequência anual de mais de 100.000 visitantes infantis; dispõe de instrumentos para experimentação científica, para o ensino de astronomia, e para o ensino prático de construção de automóveis; é dotado de planetário, salas de projeção cinematográfica e biblioteca especializada. Além de suas atividades normais, mantém cursos de verão, onde as crianças tomam conhecimento das novas descobertas da ciência, e edita, para seus pequenos visitantes várias obras instrutivas como *Novidades da Ciência*, *Guia das Constelações*, *Guia das Estações do Ano*, *Guia para as Atividades das Classes de Ciências* e outras.

Em geral, os museus nipônicos são instalados em antigos edifícios históricos, quase sempre construídos de madeira e reforçados por vigas de cimento armado, e situados em grandes parques ou jardins, conservando êstes sua primitiva beleza. Sendo o japonês, um esteta, os edifícios são como o complemento do cenário natural; rodeados de lagos, muitos dos quais, artificiais, emoldurados por extensos jardins típicos, onde a grama e a pedra são o principal elemento decorativo; conjuntamente com as graciosas pontes arqueadas pousadas delicadamente sôbre a água, parecendo mais um detalhe da decoração do que de utilidade prática, tudo formando um conjunto de extrema beleza que atrai e encanta o turista. Os jardins japoneses têm como objetivo proporcionar descanso e um convite para a meditação.

Quanto à espécie, os museus ou são de caráter geral como o Museu Nacional de Tóquio, ou especializados; dentre êstes, salien-

tamos os chamados *Casas dos Tesouros*, localizados em antigos castelos e residências das grandes famílias que tiveram importância histórica no país. Êstes e outros museus que despertaram nosso interesse, como os chamados Museus Históricos, serão o tema de outros trabalhos; para abordá-los há necessidade de maiores pesquisas, dificultadas pelo nosso desconhecimento da leitura dos caracteres *canji*, como também do pequeno espaço de que podemos dispor em os nossos "ANAIS".

BIBLIOGRAFIA

- PALMARY, LUIZ — "Pequena História do Japão" — ed. 1959 — ed.^a Pongetti — Rio - GB.
- KUNIO, YANAGIDA — "Japanese Manners et Customs in the Meiji Era" — versão inglêsa de Charles S. Terry — ed. 1957 — ed.^a Ōbunsha — Tokyo - Japan.
- ISHIKAWA, TADASHI — "Palaces of Kyoto" — ed. 1968 — ed.^a Kodansha International Ltda. — Tokyo - Japan.
- JAPANESE NATIONAL COMMISSION FOR UNESCO — "Museums in Japan" — ed. 1960 — ed.^a Kasai Publishing — Tokyo - Japan.
- (AUTOR em "CANJI") — "Art Museums in Japan" — ed. 1960 — ed.^a Bijutsu Shuppan-sha — Tokyo - Japan.
- SHINDO COMPANY LTD. — "Japan in natural color" (álbum descritivo e ilustrado) 1968 — Tokyo.
- REISCHAUER, EDWIN O. — "Japan-Past and Present" — 3.^a ed. revista — ed.^a Charles E. Tuttle Co. — Tokyo - Japan.
- BUSH, LEWIS — "Japanalia — A Concise Cyclopaedia" — ed. 1965 — ed.^a Tokyo News Service Ltd. — Tokyo - Japan.
- GAIMUSHO (M.R.E.) — "O Japão de Hoje" — ed. 1968 — ed.^a Dep. de Informação — (em português) Tokyo - Japan.

OS MUSEUS E EMBLEMAS DO ARSENAL DE GUERRA DO RIO

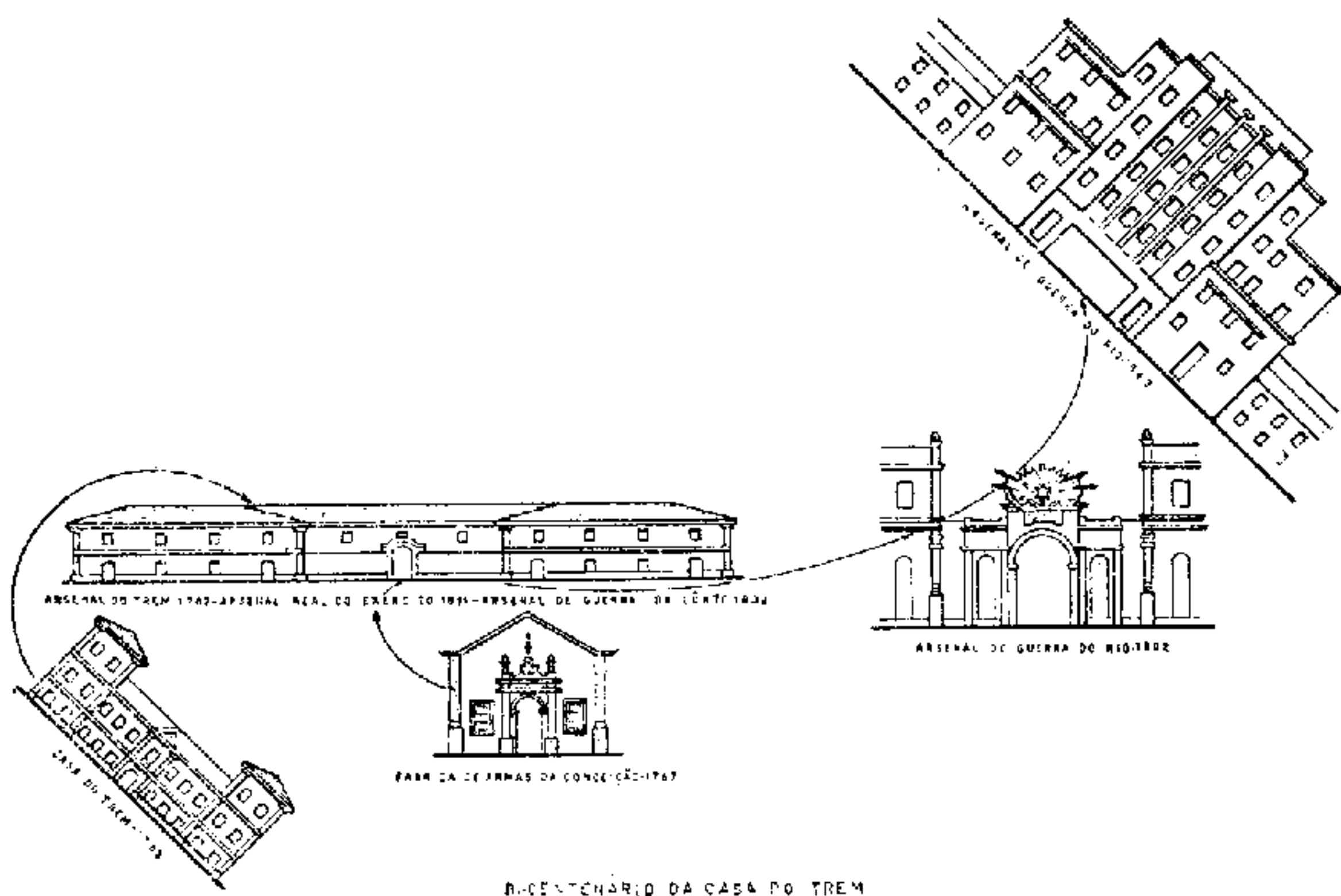
Gen. Francisco de Paula e Azevedo Pondé

1 — *Resumo Histórico*

Durante quase um sesquicentenário estêve, ao lado do antigo Forte de Santiago, o Arsenal de Guerra do Rio, nascido da “Casa do Trem” (Fig. 1), em 1762, quando o Conde de Bobadela mandou levantar a casa de sobrado para substituir os velhos e precários armazéns e telheiros, onde se guardava e reparava o trem de artilharia. Nêles foram armadas as expedições que expulsaram os holandeses da Bahia, reconquistaram Angola e fundaram a Colônia de Sacramento.

O primeiro Vice-Rei procurou vendê-la, com os edifícios em volta, para edificá-la em outro local mais abrigado, longe do pôrto

Figura 1



BICENTENÁRIO DA CASA DO TREM

e melhor protegida contra incursões de esquadras inimigas, ameaças iminentes desde as invasões de Duclerc (1710) e Duguay-Trouin (1711), consubstanciadas com a perda da Colônia do Sacramento (1762) e as hostilidades crescentes entre portugueses e espanhóis, no sul do continente. Não conseguindo negociá-la, pelo desinteresse dos comerciantes, resolveu ampliá-la, acrescentando-lhe novos prédios, oficinas mais amplas, pátio com arcadas e o "Portão de Minerva" (Fig.1), servindo ainda hoje de entrada ao conjunto, que se chamou "Arsenal Real do Trem" e, atualmente, abriga o Museu Histórico Nacional. Edifício com cantaria, muito empregada na segunda metade do século XVIII, devido à exploração intensiva das pedreiras cariocas, que ensejou, segundo Morales de Los Rios Filho, a profissão de operário canteiro; daí nascendo, então, as belas portadas das fortalezas e as elegantes arcadas em asa de cesto do "Arsenal Real do Trem" e das casamatas e arcos de cantaria com aduelas estereotômicas (1).

Os nossos antigos governantes viviam preocupados em retirar o Arsenal e a Fábrica de Pólvora da orla marítima. E, em 1831, a "Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas" foi deslocada definitivamente para a Raiz da Serra (Fazendas Mandioca e Cordoária), na Vila de Inhomirim, Estado do Rio, atual Município de Magé. Não obstante, o "Arsenal de Guerra da Côrte", nome que tomou no Império, continuou no Largo do Moura, à beira-mar, no sopé do morro de onde crescera a cidade, até que, em 1874, o segundo imperador assentou a primeira pedra de um novo edifício na Freguesia de Campo Grande (Realengo). As obras, contudo, não passaram dos alicerces; e o martelinho e a pequena pá de prata e a desempenadeira de madeira, com as armas do Império e a inscrição daquele promitente e imperial lançamento, encontram-se no atual Museu do Arsenal de Guerra do Rio.

O Arsenal permaneceu mais algum tempo vizinho do antigo forte e só, em 1909, foi transferido para os pavilhões e oficinas da antiga Fábrica de Tecidos São Lásaro, no Caju, cujo acervo se encontrava com o Banco do Brasil. O deslocamento iniciou-se em 1900, com o Coronel João Cândido Jacques (1900-1906) na direção e terminou, em 1909, com o Coronel Pedro Ivo da Silva Henriques (1906-1915), quando as últimas oficinas deixaram o "Calabouço" e o Morro da Conceição (antiga Fábrica de Armas) (Fig. 2) (Fig. 1).

(1) Adolfo Morales de Los Rios — Fortificações do Rio de Janeiro — in Revista do LGHM — vol. 52, 1966.



Forte da Conceição — Casa das Armas (estado atual)

Fig. 2. Antiga “Casa das Armas da Conceição”, hoje, uma dependência do Serviço Geográfico do Exército — Forte da Conceição.

As obras de adaptação arrastaram-se por muito tempo, apesar dos relatórios dos diretores, como o do Cel. Pedro Ivo, de 31/1/1909, ao Ministro Marechal Hermes :

“Mas aquillo de que ha urgente necessidade, afim de que o regimem de serviço possa se normalizar, é a realização completa da mudança para a Ponta do Cajú, isso quanto antes, pois, como estão as cousas, isto é, um Arsenal no Largo do Moura e outro la no Cajú, uma vez que o grosso das officinas em importância technica e economica em lotação industrial ainda se acha no Largo do Moura — os inconvenientes são extraordinários, não havendo nem cuidado, nem vigilância capazes de evita-los, uma vez que os processos de policiamento habituaes ou especiaes não podem ser empregados, por falta de condições, em pessoal e material decorrentes da situação provi-sória actual.”

“Basta dizer a V. Excia. que o Arsenal do Cajú não tem ainda o seu portão, o que sobre modo prejudica o serviço de policia e guarda do estabelecimento, sendo que esta Diretoria vê-se por ves embaraçada em tomar medidas de ocasião que os factos lhe sugerem...” (1)

Data de 1909 a construção do majestoso pórtico do Arsenal do Caju (Fig. 1 e Fig. 3), que lhe servia de entrada e era tão reclamado pelo diretor. A existência de um pórtico, ou entrada monumental, era e ainda hoje é norma nos estabelecimentos públicos, especialmente, militares. São inúmeros os que possuímos, de belíssima arquitetura, como o da antiga “Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas” (1801), conservado ainda no mesmo local original, no Jardim Botânico; da Casa das Armas da Conceição, (Fig. 2) hoje Serviço Geográfico do Exército; do Forte de Entrada da Fortaleza de São João; o da primeira Escola de Belas Artes, obra de Grand Jean de Montigny, transferido do local original para o Jardim Botânico, quando demoliram o prédio da antiga Rua do Tesouro; o da inacabada Bateria do Morro da Viúva (1864), demolido para a passagem da Avenida Rui Barbosa; e outros, como, o mais recente, da Academia Militar das Agulhas Negras.

(1) Do arquivo do Arsenal de Guerra do Rio.

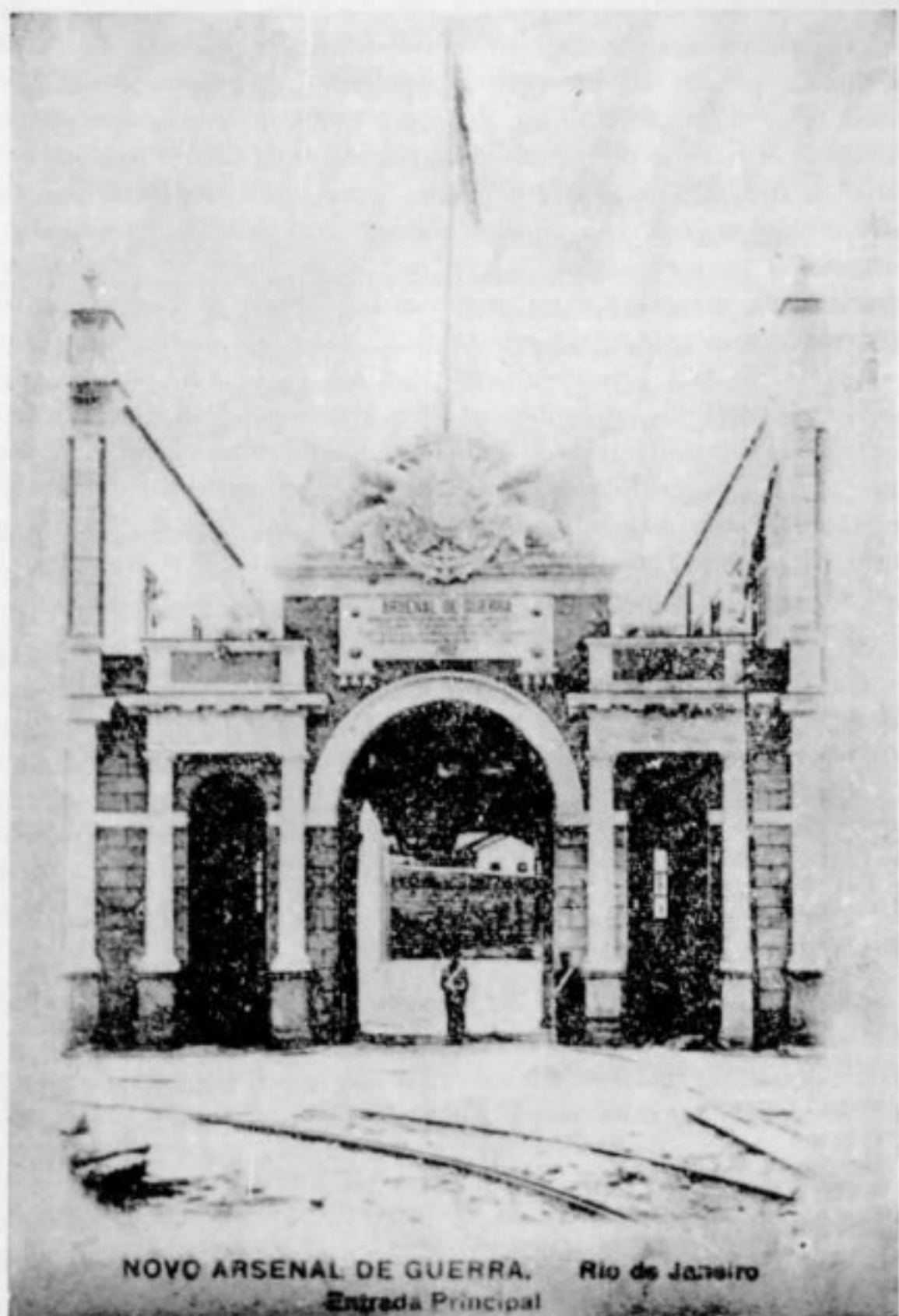


Figura 3

O do Arsenal do Caju (Fig. 1 e 3) era monumental e bem proporcionado. Constituído por portão central duplo de ferro com portinhola na aba direita, para a passagem da sentinela e dos vigilantes, fora do expediente ou durante a noite, e de dois outros laterais mais estreitos e da mesma altura, dando o da direita para a "Portaria", e o da esquerda para o "Ponto", por onde o operário passava, para marcar o cartão, no início e término dos trabalhos. O conjunto formava o pórtico, encimado por cartela de mármore branco com inscrição da inauguração no governo do Presidente Campos Salles. Terminava com grande alegoria de bandeiras e armas cruzadas, como era moda na época, provavelmente, trazida da França, porque ainda hoje a encontramos em velhos quartéis franceses. Por cima dos portões, um passadiço ligava os gabinetes dos diretores geral e técnico, com um dos lados formado pela alegoria e o outro por mureta de onde era lido o boletim em solenidades. Acima da alegoria e no meio da massa, chantava-se o mastro da Bandeira, que era içada ou descida pelo passadiço (Fig. 3) ¹.

O pórtico foi pôsto abaixo por ocasião das obras realizadas em 1943, pelo Coronel Euclides Espindola, quando o Arsenal foi remodelado, aumentando a sua área coberta de 18.000 m² para 59.000 m². Em seu local, foi levantado o atual pavilhão da administração, que monta a antiga Praia de São Cristóvão. Ele se situava, exatamente, entre a atual portaria e a entrada dos elevadores. Era a característica do Arsenal do Caju e foi pena a sua derrubada, pois poderia ter permanecido como monumento e relíquia. Tomamos o pórtico para um dos emblemas do Arsenal (Fig. 1, 3 e 9).

Servimos nesse estabelecimento por mais de uma vez, sendo a última como diretor, quando promovido ao posto de general e, naquela função, permanecemos de 11 de março de 1960 a 11 de dezembro de 1963, tendo assim o privilégio de comemorar, em 1.º de março de 1961, o sequiscentenário do "Arsenal Real do Exército" e a sua organização definitiva; e, em 1962, com o Museu Histórico Nacional, na época dirigido pelo acadêmico Josué montelo, o bicentenário da "Casa do Trem". Criamos e organizamos, naquelas comemorações, os atuais museus do Arsenal de Guerra do Rio, o Auditório Conde da Cunha e os seus emblemas: brasão, ex-museum, ex-libris e o selo comemorativo; mandando cunhar e distribuindo as meda-

(1) Em 1961, quando éramos diretor do Arsenal, mandamos restaurar o portão central de ferro com a portinhola e o colocamos na primeira entrada que dá para a rua interna, situada entre as oficinas de forjamento e ferreiros, com uma placa pequena indicando a sua história.

lhas comemorativas daqueles dois acontecimentos e a placa de latão dourado com o brasão, para ser entregue ao oficial do Arsenal, em sua despedida, contendo o nome do oficial e o tempo de sua permanência. Para as organizações nacionais ou estrangeiras que visitassem o Arsenal, o brasão fundido em bronze dourado sôbre placa de madeira envernizada.

O Arsenal já havia possuído dois museus de armamento: um no Império, depois da Guerra do Paraguai, por Decreto Imperial; e outro na República. O primeiro foi transferido para a Escola Militar, onde hoje ainda se encontra (Academia Militar Das Agulhas Negras), o outro passou para Escola Técnica do Exército (Instituto Militar de Engenharia), voltando depois algumas peças para o Arsenal.

2 — *Sesquicentenário do Arsenal Real do Exército*

Na comemoração do sesquicentenário, foram inaugurados os Museus Histórico e de Armamento. Criados em 23 de agosto de 1960 (Boletim do Arsenal de 23 de agosto de 1960), tendo como emblema o cunho das armas fabricadas ou reparadas na antiga Fábrica de Armas da Conceição, (Fig. 2) constando de dois círculos concêntricos; tendo, no centro, em lugar do monograma em itálico (AGC), sigla do Arsenal de Guerra da Côrte, o do Arsenal de Guerra do Rio (AGR); e, na cercadura, em vez de Fábrica de Armas da

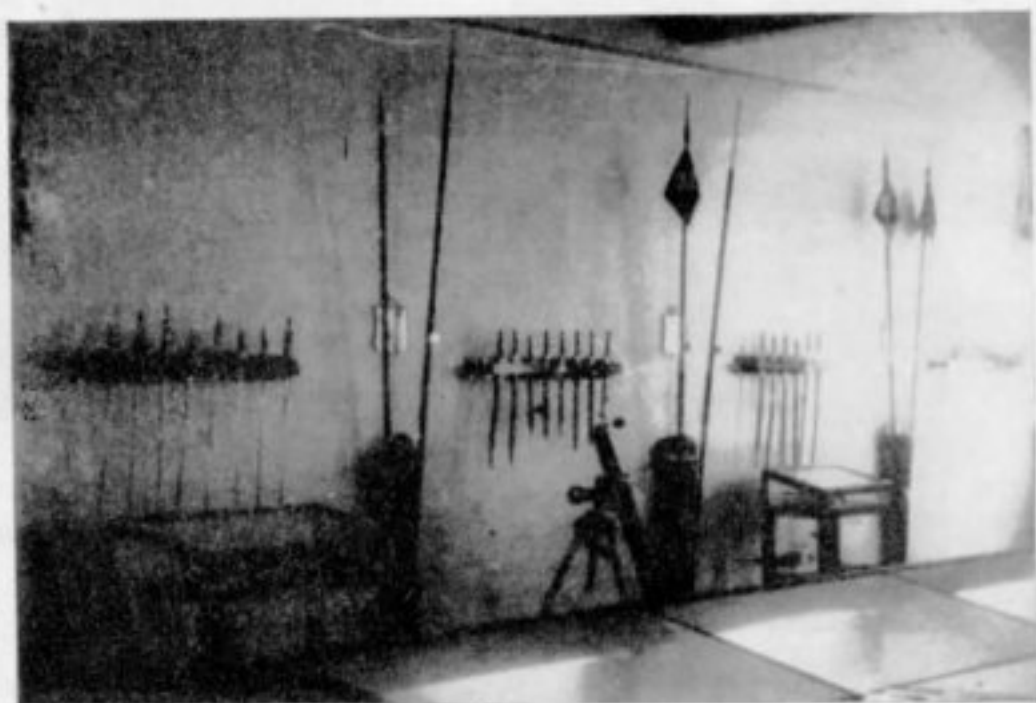


Figura 4

Conceição, Arsenal de Guerra do Rio — Museu —. Os Museus foram inaugurados pelo saudoso Marechal Mascarenhas de Moraes. Cada sala tem um patrono, encontrando-se nelas o seguinte material :

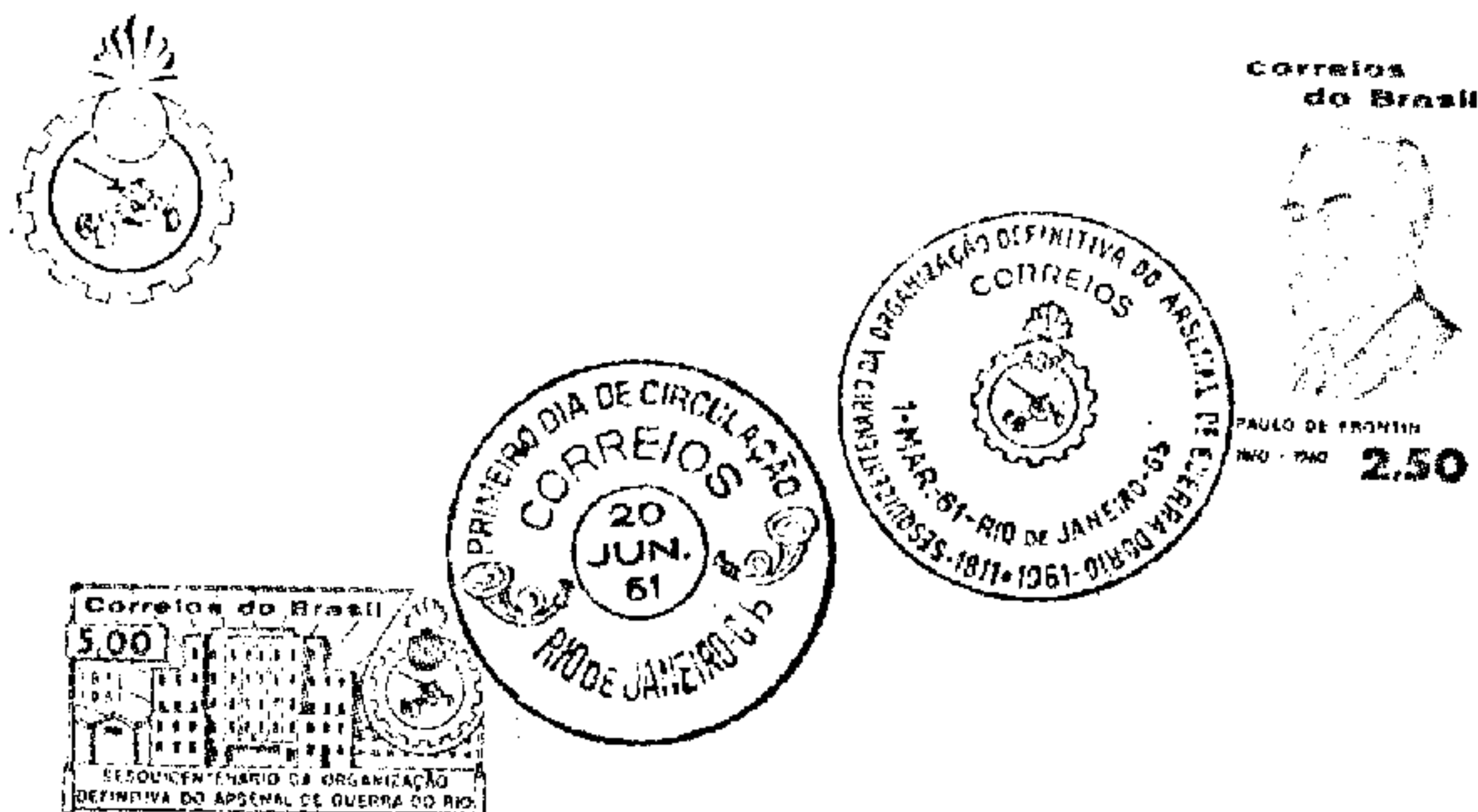
SALA CONDE DE BOBADELA (Fig. 4). Em cabides, nas paredes : espadas, sabres e lanças, além de uma arca da Guarda Imperial de Archeiros. Nas paredes, pequenos escudos de bronze, com o emblema do museu, tendo de cada lado um golfinho para indicar que o museu está em cidade martiima; nesses escudos encontram-se gravados: o item do boletim do Arsenal que criou o museu, trechos de cartas do Conde da Cunha referentes à Casa do Trem; trechos de decretos indicando que nasceram no Arsenal: o Colégio Militar do Imperador (Dec. 11/3/1840), o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, a Intendência da Guerra e muitos outros; e que, em salas da Casa do Trem, foi abrigada, em seu primeiro ano, a Academia Real militar. Em mesas e vitrinas, as atas de inauguração do Arsenal do Caju, do busto do Marechal Bittencourt no Calabouço e do museu atual; as partes do oficial de dia por ocasião do assassinato do Marechal Bittencourt e dos dias seguintes. Na sala, a prensa do selo dos documentos oficiais do Arsenal Real do Exército e que esteve em serviço até a criação do atual museu, quando foi a



Fig. 5 — No dia da inauguração — Gen. Nicanor do Nascimento, Chefe do Departamento de Produção e Obras, Mal. Mascarenhas de Moraes, Gen. Pondé e o Gen. Floriano de Lima Brayner, Chefe do Estado Maior do Exército. (1 de março de 1961).

êle incorporada; um dos capacetes de latão dourado fabricado pelo Arsenal para o 1.º desfile do Regimento dos Dragões da Independência, com esta designação e uniforme; medalhas conferidas ao Arsenal; morteiros de bronze fundidos na Casa do Trem e Arsenal Real do Exército; e muitas peças históricas, como a bandeira em sêda chamolada e bordada a ouro e prata que pertenceu ao 1.º Batalhão da Guarda Nacional da Côrte; arca chapeada de ferro com fechadura de três chaves — cofre das três chaves —, que pertenceu ao Arsenal de Guerra da Côrte; granada de ferro, fundida na antiga Fábrica de Ferro de Ipanema, em 1894. Manuscritos desde 1814, e, entre êsses, o que manda o Arsenal fazer os primeiros cunhos para selar a documentação oficial do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, em 1818; e, em outubro de 1922, o cunho para selar a documentação oficial do Império.

SALA D. JOÃO VI — Exposição de placas de bronze oferecidas ao Arsenal por organizações nacionais e estrangeiras; armamentos oferecidos por nações estrangeiras e particulares. Galeria de retratos dos ex-Presidentes. Mobiliário antigo do Arsenal de Guerra da Côrte: mobília de imbuia encerada com palhinha no encôsto e assento, modelo Império, que pertenceu ao gabinete do Diretor do Arsenal de Guerra até 1943, quando foi restautado o velho Arsenal do Caju; mobília de jacarandá com palhinha no assento, da afamada “Mobiliária Brasileira” do tempo do Império; mobília de mogno, modelo medalhão, Luiz Felipe, com palhinha no encôsto e assento, de fabricação francesa. Essas duas últimas mobílias vieram do Arsenal de Guerra da Côrte, no Calabouço.



SALA BRIGADEIRO NAPION — Coleções de revólveres e pistolas. Coleção completa de Morteiros usados no Exército Brasileiro, fabricados no exterior e no Arsenal. Coleções de munições

SALA D. PEDRO I — Coleções de carabinas, fúsis e metralhadoras.

SÊLO COMEMORATIVO DO SESQUICENTENÁRIO

Para comemorar o sesquicentenário do Alvará de 1.º de março de 1811, que transformou o Arsenal Real do Trem em Arsenal Real do Exército, foi impresso pelo Departamento de Correios e Telégrafos um selo de Cr\$ 5,00, com o pavilhão atual da administração do Arsenal e o seu emblema, com a seguinte inscrição: "Sesquicentenário da Organização definitiva do Arsenal de Guerra do Rio", além dos carimbos comemorativos. (Fig. 5).

MEDALHA COMEMORATIVA DO SESQUICENTENÁRIO E CARIMBOS

Durante a comemoração, foi outorgada a medalha do sesquicentenário; de bronze, forma circular e módulo 50 mm, cuja descrição é a seguinte: Motivo do General Pondé, desenho do Professor Alberto Lima e cunho de Frederico Lohmann. Anverso: Busto de homem trajado com roupa de côrte, de esquerda (Príncipe Regente D. João); lateralmente à esquerda, a inscrição: D. João e, logo abaixo, Príncipe Regente; em orla circular envolvendo o busto: Arsenal de Guerra do Rio. Ausência de moldura. No exergo, a inscrição 1811 — 1.º de Março — 1961; abaixo da inscrição, quatro pequenas estrêlas, indicando os quatro períodos que já atravessou o Arsenal: colônia — vice-reinado — Império — República. Reverso: fragmento de pergaminho com inscrição de trecho do Alvará de 1.º de março de 1811: "... e sendo-me presente que, achando-se agora na cidade do Rio de Janeiro a sede da Monarchia, se fazia necessario dar ao antes denominado trem toda a extensão de hum grande Arsenal do Exército...". Acima do pergaminho, as datas: 1762 — Casa do Trem, 1811 — Arsenal Real do Exército, 1832 — Arsenal de Guerra da Côrte; e, no exergo, 1889 — Arsenal de Guerra da Capital, 1902 — Arsenal de Guerra do Rio, significando as diversas denominações que o Arsenal já recebeu.

3 — Bicentenário da Casa do Trem

O bicentenário da Casa do Trem foi comemorado em 12 de outubro, com o 40.º aniversário do Museu Histórico Nacional; e

iniciados os festejos com missa em ação de graças na pequena e tradicional Igreja de N. S. do Bonsucesso ou da Misericórdia, cuja história está intimamente ligada a da Casa do Trem. Continuaram com a “Exposição Comemorativa do Bicentenário” naquela antiga casa, que é hoje ocupada pelo museu; terminando com a sessão solene, em uma das suas salas, presidida pelo Acadêmico Josué Montelo, que, na ocasião, distribuiu o alentado livro do historiador Antônio Pimentel Wintz, “História da Casa do Trem”. E, em seguida, deu a palavra ao Gen. Pondé, Diretor do Arsenal de Guerra, que leu a conferência “A História da Casa do Trem e sua Posição na História”. (As solenidades foram minuciosamente descritas pelo conservador Antônio Pimentel Wintz, nos Anais do Museu Histórico Nacional — vol. XIV — 1953, ano de 1964).

Medalha do Bicentenário :

Como parte ainda das comemorações, foi outorgada pelo Diretor do Arsenal de Guerra, a Medalha do Bicentenário, com motivo do General Pondé, desenho do Professor Alberto Lima e cunho de Frederico Lohmann (Fig. 6).

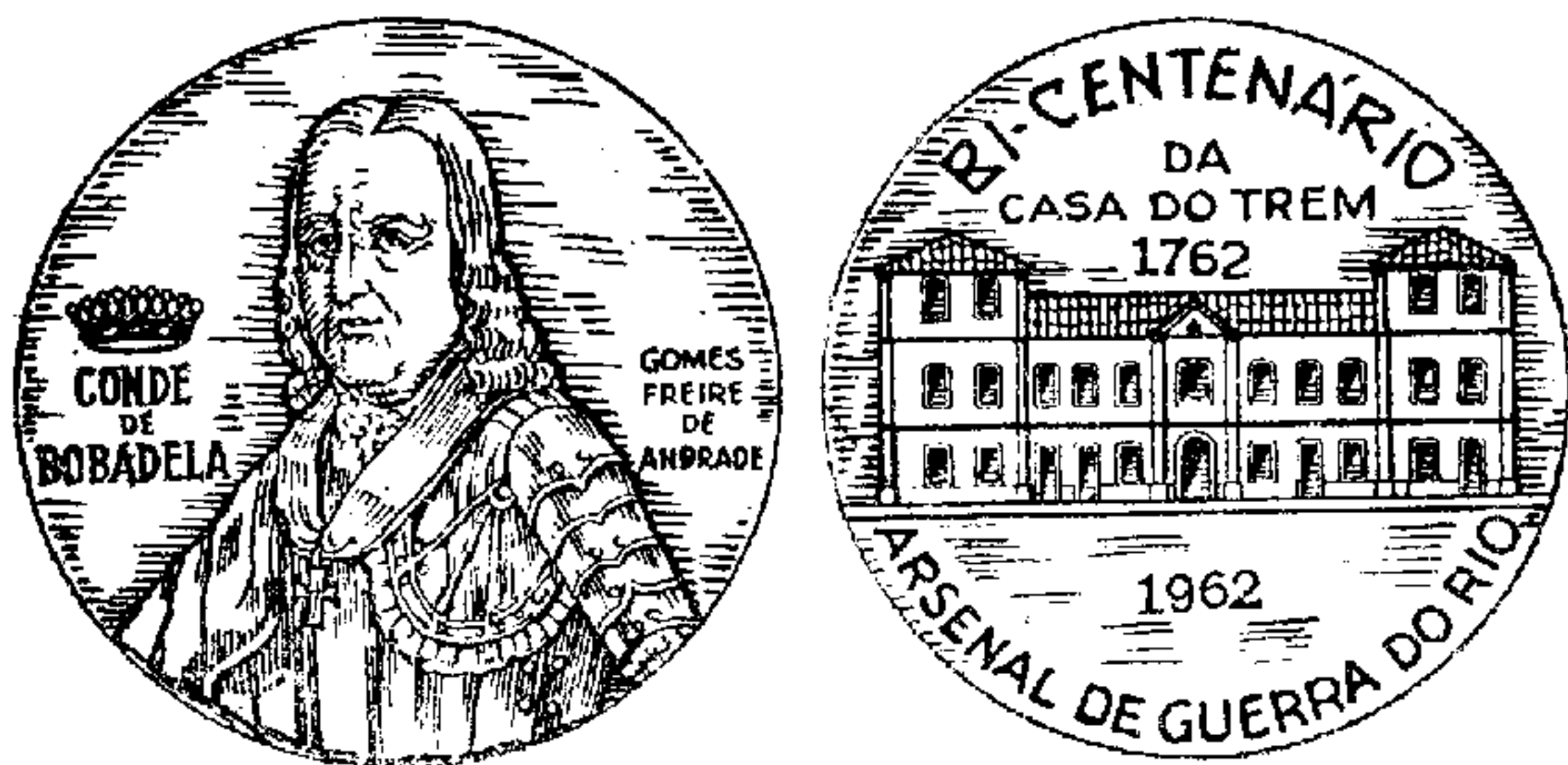


Figura 6

Anverso: Busto de homem trajado em armadura; lateralmente à esquerda, sob coroa nobiliárquica, a inscrição: “Conde de Bobadela”; à direita: Gomes Freire de Andrade; ausência de moldura. Reverso: Edifício de linhas coloniais, com três pavimentos, acima do qual se lê Bicentenário da Casa do Trem — 1762; no exergo, a inscrição 1962 — Arsenal de Guerra do Rio. Espécie: de bronze. Forma: circular. Módulo: 54 mm. Pêso: 85 gr.

3 — Bicentenário do falecimento do Conde de Bobadela

No ano seguinte, em honra do Conde de Bobadela, cujo bicentenário de falecimento ocorreu em 1.º de janeiro de 1963, várias inaugurações foram realizadas :

Pelo boletim interno do Arsenal de Guerra n.º 117, de 1.º de julho de 1963, foram criados o *Brasão*, o *Ex-libris* e o *Ex-museu*, cujas descrições heráldicas são as seguintes :

BRASÃO :



Fig. 7 — Brasão

Escudo português, partido, formando dois quartéis. No primeiro, em campo de goles (vermelho), dois velhos canhões cruzados, de prata, representando o passado histórico do Arsenal; no segundo quartel, em campo de blau (azul), um canhão moderno, antiaéreo, evidenciando a fabricação presente; em chefe, o primitivo edifício do Arsenal, na ponta do Calabouço, de prata sobre um campo de sinople (verde). O elmo e o respectivo paquife, tudo de prata, representam a especialidade militar. Num listel de prata, os seguintes dizeres em sable (negro): 1762 — CASA DO TREM — 1962, marcam o bicentenário do estabelecimento fabril. Como coroamento do conjunto, o título: Arsenal de Guerra do Rio.

EX-LIBRIS :



Figura 8

O brasão do Arsenal com a palavra Ex-libris. Fig. 8.

EX-MUSEU :

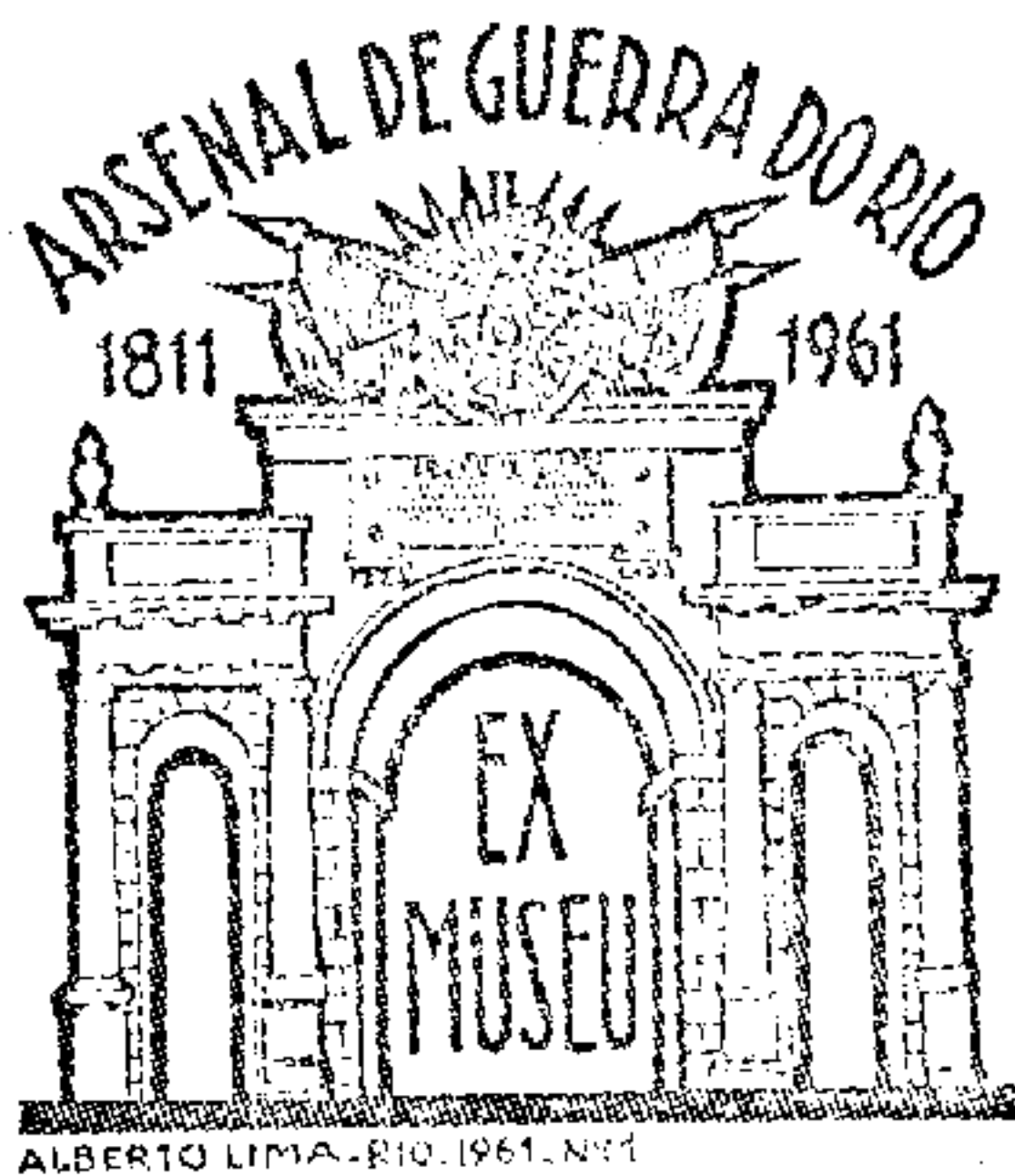


Figura 9

Pórtico monumental do antigo prédio do Arsenal do Caju, com o título "Arsenal de Guerra do Rio" e, de cada lado e em cima, as datas 1811 e 1961, que marcam o sesquicentenário do Alvará de 1.º de março de 1811 e, no centro do pórtico, a palavra Ex-museu. (Fig. 9).

(Os motivos são do Gen. Pondé e os desenhos heráldicos do Professor e historiador Alberto Lima).

PLACA DO BRASÃO :

Placa de bronze dourado com o brasão em alto relêvo, entregue aos oficiais que serviram no Arsenal, no momento da sua despedida. Constam, no exergo, o nome do oficial e as datas de entrada e saída do Arsenal.

MUSEU DE ARTILHARIA



Fig. 10 — Museu de Artilharia

No dia 20 de novembro de 1963, com a presença do Ministro da Guerra General Jair Dantas Ribeiro, Marechal Mascarenhas de Moraes, General Arthur da Costa e Silva, Chefe do Departamento

de Produção e Obras e todos os generais em função no Rio, foi inaugurado o Museu de Artilharia do Arsenal de Guerra do Rio. O acontecimento foi amplamente noticiado pelos jornais (Diário de Notícias de 21-11-63) e o Museu foi inaugurado pelo saudoso Marechal Mascarenhas de Moraes, em homenagem aos seus oitenta anos, completados no dia 13 do mesmo mês. (Figs. 10 e 11).



Fig. 11 — O saudoso Marechal Mascarenhas de Moraes descerrando a placa do Museu de Artilharia.

MEDALHA COMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO DO MUSEU DE ARTILHARIA

Na ocasião foi conferida, pelo Diretor do Arsenal de Guerra, a medalha comemorativa do bicentenário do falecimento do Conde de Bobadela e da Inauguração do Museu de Artilharia: Anverso: cunho de F. Lohmann: idêntico ao da medalha do bicentenário da Casa do Trem. Reverso: Cunho do Arsenal de Guerra — Na parte semicircular superior: a inscrição: “Bicentenário do Falecimento do Conde de Bobadela — 1763 — 1.º de janeiro de 1963”; desenho de canhão sobre carrêta; abaixo a inscrição: Inauguração do Museu de Artilharia do Arsenal de Guerra do Rio. Espécie: bronze. Desenho do Gen. Pondé e cunho do Arsenal de Guerra do Rio. Forma circular. Módulo 53 mm. Pêso: 76 gramas.

MUSEU DE ARTILHARIA — Encontra-se exposto o seguinte material: Morteiro de bronze fabricado pelo Arsenal Real do Exército em 1970; Canhão de bronze, anticarga, raiamento sistema “La Hitte”, com a inscrição: “Bateria de São Theodósio, Forte de São João”; e, em sua culatra o monograma (F R) e *Sevilha 21 de novembro de 1793, n.º 3149*; canhão de ferro fundido, sistema Whitworth, anticarga, usado pelo Exército Brasileiro até 1895, canhão de campanha; canhão Hotchkiss patent 1874; idem 1875; Canhão Maxim Nordenfelt mod. 1889; obuseiro Canet de 100 mm mod. 1890; tubo de canhão de 57 mm, mod. 1892, Maxim — Nordenfelt, canhão de Marinha; canhão Gensonwerk mod. 1892; canhão Krupp, de 75 mm de calibre T. L., mod. 1895, canhão de artilharia de campanha, usado pelo Exército Brasileiro, inicialmente, na campanha e, a partir de 1908, pela artilharia de costa para defesa aproximada. E outros, como canhões antiaéreos e sem recuo, num total de 36 canhões.



CHINESICES NO BRASIL

Enrico Schaeffer

O título dêste trabalho contém, ao mesmo tempo, uma pergunta e uma tese: o que são “chinesices”, ou o nome é também usado, derivado do francês “*chinoiseries*”? Regina M. Real no seu excelente “Dicionário de Belas Artes” dá para a palavra “chinesice” a seguinte definição: “Diz-se dos objetos de arte e de curiosidade, vindos da China ou inspirados em coisas chinesas. Tal voga predominou na Europa, principalmente em França ao tempo de Luís XV”.

E, de fato, as “chinesices” na arte eram durante o século XVII e, mais ainda, no século XVIII, representações artísticas no estilo de “quadros de gênero”, i. e., cenas da vida quotidiana, nestes casos dos chineses ou pelo menos numa maneira, como os pintores se imaginaram que fôsse a vida dos chineses. Melhor ainda, como Stephane Faniel na sua obra “*French Art of the XVIIIth Century*” escreve: “*Far Eastern models were imitated less exactly*”. E aqui encontramos uma indicação bem certa a respeito das “chinesices”: os modelos especialmente de figuras chinesas como chegaram ao conhecimento dos europeus por intermédio da porcelana, exportada, por exemplo, por meios da Companhia das Índias do Pôrto de Macau, na China, correspondiam ao gosto para o exótico do século XVIII, sendo também imitados nos tecidos e mesmo na pintura que enfeitaram os móveis etc.; êstes modelos se espalharam da China por quase tôda a Europa.

Porém o gosto pelo exótico não chegou somente da China (ou mais generalizadamente das Índias Orientais) mas também as Índias Ocidentais participaram no desenvolvimento dêsse gosto. Bem que a maioria da gente comum na Europa nem distinguisse entre a “Índia Oriental” e a “Índia Ocidental”, como mostramos em nosso trabalho “Shakespeare no Brasil” (Revista da História n.º 59/1964 da USP). O Embaixador Joaquim de Souza Leão, prefaciando a nossa monografia sôbre o pintor holandês Albert Eckhout, que estêve com o



"Chinesices" no Museu de Arte Sacra — Bahia — Pintor: Ir. Charles Belleville (atribuição). Foto: Alice Brill.

Príncipe João Maurício de Nassau durante os anos de 1637 até 1644 no Brasil, (v. Anais do Museu Hist. Nacional, vol. XX/1968), autor — entre outros trabalhos — dos cartões que serviram para a famosa tapeçaria “*Les Indes*”, começada a tecer-se nos “*Gobelins*” em Paris a partir de 1687, escreve: “Foi Eckhout um dos responsáveis pela entrada triunfal do exotismo no gosto europeu.”

E que êste gosto finalmente entrou também na arte brasileira, é indiscutível, desde que naturalmente a arte brasileira (melhor dito, talvez, desde que se trata do século XVIII, “a arte no Brasil”) recebeu a sua orientação em primeiro lugar da Europa.

Aqui chegamos então à segunda parte do título dêste trabalho: “As Chinesices no Brasil”. Que eu saiba, ninguém, com exceção de Mme. Eugénie Miller Brajniko no seu trabalho “*Traces de l'art oriental sur l'art brésilien du début de XVIIIe siècle*” (Revista da Universidade de Minas Gerais, n.º 9/1951) ocupou-se dêste assunto de maneira mais extensa.

Porém o autor dêste estudo acha que o tema se divide muito mais certo em duas partes, devido aos dois centros das “Chinesices no Brasil”. E êstes dois centros, separados cronològicamente por meio século, são Bahia e Minas Gerais.

Na Bahia (Salvador) encontramos o “precursor das Chinesices no Brasil, o Irmão Charles Belleville S.J. (1657-1730) e um dos últimos epígonos do Rococó, tão fortemente influenciado pelas “chinesices”, o pintor José Teófilo de Jesus (+ 1847), cujos quadros encantadores no gosto do Rococó encontram-se em grande parte, nos museus de Salvador.

Charles Belleville S.J., natural de Ruão (França), onde nasceu a 5 de janeiro de 1657, (seguindo aqui as informações de Serafim Leite S.J., “Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil” — pág. 129) entrou na Companhia de Jesus em Bordeus (França) em 1680. Tendo depois o Imperador da China pedido artistas europeus aos Padres Jesuítas da sua còrte, pois a atividade missionária dos Jesuítas no início do século XVII estêve em grande florescimento, Charles Belleville, nos registros da Companhia, designado como “*sculptor egregius*”, deixou a França em 1698 e chegou depois de uma viagem de muitos meses à Cantão e logo adaptou, como todos os Missionários dos Jesuítas na China, o nome chinês de wei-kia-lou. Continua Serafim Leite na sua biografia do Irmão Belleville, “que executou obras de arquitetura, escultura e pintura, sendo a Igreja dos Jesuítas de Cantão o mais im-

portante edifício da grande cidade, na época. Depois de estar dez anos na China pretendia voltar à Europa, quando a nau arribando à Bahia em fins de 1708 ou no comêço de 1709 “segundo Dom Clemente da Silva Nigra, O.S.B., Diretor do Museu de Arte Sacra na Bahia, naufragou perto de Salvador, o Irmão Charles Belleville ficou doente em terra e gostaria de ficar para sempre, se o Padre Geral consentisse. Deve ter dado o seu consentimento, pois não voltou à Europa. No Brasil, a pintura parece ter sido a principal ocupação do Irmão Belleville, conforme os catálogos existentes no período em que viveu na América Portuguêsa, de 1716, 1719, 1720 e 1722. No de 1719, diz-se “pintor e estatuário”. Em 1720 e 1722, só “pintor”. Os catálogos da Companhia de Jesus trazem-no residente *na Bahia*”, sem qualquer mudança, mas há dois “saltos” de oito anos; um antes de 1716, outro depois de 1722. Sôbre a sua obra artística na Bahia e o seu distrito averiguamos dois fatos: um certo, outro presumível. Certo que reviu e emendou o plano do Noviciado da Jiquitaia (Bahia), a cujo lançamento da primeira pedra assistiu, no dia 9 de março de 1709; é o atual Recolhimento de S. Joaquim. Presumível, a pintura do teto da Igreja de Belém da Cachoeira (no Recôncavo da Bahia); porque se trata da arte floreada de caráter chinês. Ele morreu no Colégio da Bahia a 29 de setembro de 1730.”

Completando, queremos observar ainda o seguinte: Bahia, naquela época possui alta riqueza e grau de luxo, louça da China era bem comum, pois muitos navios que chegaram do Oriente, arribando na Bahia, deixavam uma parte da sua mercadoria lá.

Encontramos por exemplo muitas tôrres de igrejas, como a de Belém da Cachoeira, cobertas com pedaços de louça chinesa.

Mais ainda, Dom Clemente nos informou, o Irmão Belleville, agradecendo a sua salvação do naufrágio, executou também a decoração de alguns altares do Convento de Santa Tereza na Bahia (hoje Museu de Arte Sacra) que mostram flôres “estilizadas” chinesas. E também na Catedral (antiga Igreja dos Jesuítas) encontram-se no teto da sacristia decorações semelhantes, embora enfeitando retratos de padres jesuítas de então, que bem poderiam ser pintadas, ou no mínimo influenciadas pelo Irmão Charles Belleville, pois havia também naquele período outros pintores jesuítas na Bahia, tais como o Irmão Fernando Coelho (1699-1759), que porém nunca esteve na China, podendo ter imitado o Irmão Belleville. Também nas portas de alguns oratórios no Museu de Arte Sacra, acredita-se encontrar “mão e pincel” daquele Irmão. Por outro lado existe naturalmente a



“Flôres” da Igreja do Seminário, Belém de Cachoeira — Bahia.



Bahia — Cachoeira. Igreja do Carmo
(Ordem 3^o).

possibilidade, que com a interdição do cristianismo na China, em 1717, talvez mais pintores jesuítas tivessem passado algum tempo na Bahia, pois havia um número bem grande dêles na côrte chinesa até aquela data.

Se nós, porém, considerarmos as pinturas da Igreja do Seminário (Belém da Cachoeira) também atribuídas ao Irmão Belleville, não parece muito provável, que sejam do mesmo pintor, pois aquelas do Museu de Arte Sacra em Salvador pertencem muito mais ao estilo do fim da Renascença, enquanto as de Belém da Cachoeira correspondem às flôres puramente chinesas pintadas sôbre muitos vasos etc. por pintores chineses na própria China.

De muito interêsse é também o armário em Cachoeira (Igreja Carmo, O. 3.^a) cujas pinturas semelham bastante com aquelas de Mariana, M.G.

De qualquer modo, que o gôsto para tais “enfeites” era comum também na mãe pátria, Portugal, mostra Arthur Sandão no seu livro “O Móvel Pintado em Portugal”, que se ocupa com tais móveis dos séculos XVII e XVIII com motivos chineses; e, finalmente, Madeleine Jarry explica no seu trabalho *“L'exotisme dans l'art decoratif français au temps de Louis XIV”*: “C'est au XVI^e siècle en Espagne et au Portugal que prend naissance la passion pour les singularités d'Orient”, não por último devido às viagens e relações comerciais de então, pois o contato comercial entre Portugal e a China data de cêrca de 1550.

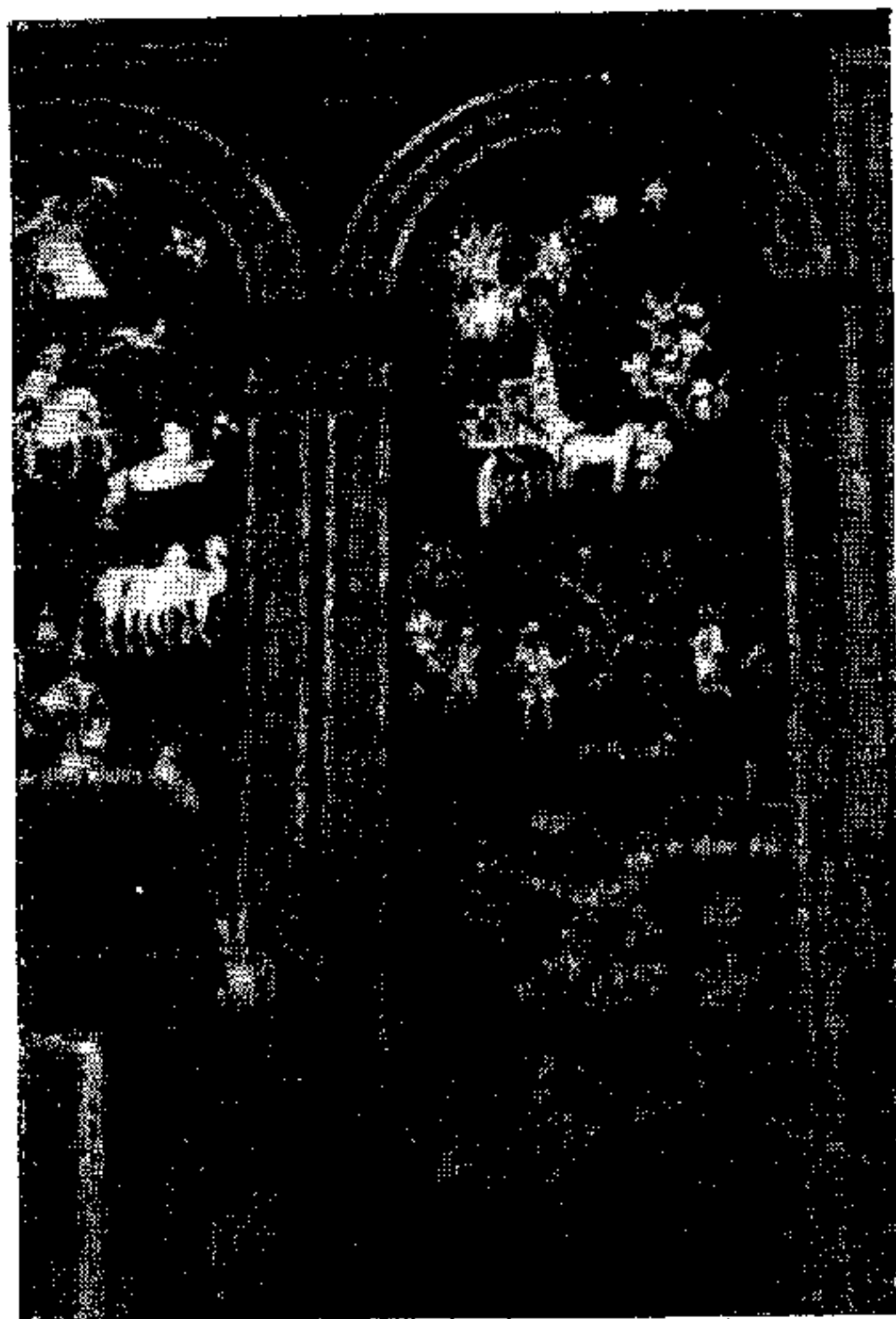
* * *

O segundo centro da chinesices no Brasil é Minas Gerais. Aqui encontramos chinesices geralmente de um estilo bem diferente da Bahia.

Enquanto na Bahia as acima chamadas chinesices (com exceção do armário em Cachoeira) se limitam especialmente à representação de flôres estilizadas, mais ou menos correspondendo àquelas da época Ming da China (1368-1644), como as em Cachoeira, em Minas Gerais, onde datam aproximadamente da segunda metade do século XVIII (isto é, cêrca de cinqüenta anos depois da chegada do Irmão Belleville à Bahia) encontramos agora tais manifestações artísticas no estilo puramente rococó. Não são mais — com pouquíssimas exceções — flôres, mas sim cenas da vida quotidiana da China, porém “europeizadas”, o que quer dizer, não puramente chinesas no estilo, mas

mostrando — além de paisagens — templos, pagodes etc. em número maior, ao lado de “chineses” com relativamente pouca aparência chinesa, ou, como Eugène M. Brajnikov no seu mencionado artigo escreve: “Os Portuguêses na China”.

Augusto Lima Jr. no seu livro “A Capitania das Minas Gerais” faz a seguinte observação muito inteligente: “. . . depois de 1750 os marceneiros e entalhadores, da nova Capitania (Minas Gerais), acompanham o desenvolvimento artístico que se operou em Portugal na época de Dom João V, onde os temas orientais e (hispano-árabes) introduzidos em Flandres e no norte da França retornam, sublimados pela influência dos ebanistas franceses . . . muitos artistas em Portugal forneciam desenhos para as Minas, que pagavam altos preços por êles, inspirados nas novas formas da arte, que as escolas de D. João V introduziam na movimentada metrópole.” Lima continua a falar depois dos “raros exemplos de grande requinte da arte e luxo na residência dos Bispos de Mariana”, sem referir-se pròpriamente às chincices, mencionando porém “panos de seda da China”.



Sé de Mariana — MG.

Naturalmente, tais chinesices constituíam na época de então na Europa a grande moda e a influência chinesa na arte brasileira do século XVIII era uma influência dupla: uma vez por intermédio da moda européia e a outra pelo contato direto, que Portugal e o Brasil mantinham por intermédio das Companhias das Índias com Macau na China. É a época onde no Brasil, pouco a pouco a pintura até então quase exclusivamente religiosa (com exceção dos retratos naturalmente) recebe também influência não-religiosa, como por exemplo, a pintura no teto no Museu do Ouro em Sabará onde se representavam os então conhecidos quatro continentes no estilo mitológico.

O Cônego Raymundo Trindade na sua monumental obra "Arquidiocese de Mariana" (vol. 1, pág. 118) descreve, como o primeiro Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz (1745-1764), recebeu do Cardeal Secretário do Estado de Roma (hoje o Vaticano) no dia 5 de abril de 1758 a seguinte missiva: "... viemos assim a conhecer uma cátedra episcopal em tão remota região, provida já de Dignidades e Cônegos, rica de preciosas alfaias de todo o gênero, dotado de vasto território..." — provando desta maneira, que a "Sé" de Mariana já naquela época era bem instalada.

E na página 108 do mesmo livro o Cônego R. Trindade descreve, como o mesmo Bispo teve de lutar contra a "música profana e teatral" em que nada havia de sacro que Fuão Messias, mestre de Capela em Vila Rica (hoje Ouro Preto) tinha introduzido. Daí bem se pode concluir, que este "gosto profano" se estendia também à pintura, especialmente sabendo de Dom Frei Manoel que "essa corporação" (o Cabido da Sé de Mariana) havia arrancado lágrimas pela sordidez dos vícios mais ignóbeis.

Parece-me bem provado, que também em recintos religiosos, a nova moda profana entrou com relativa facilidade.

Em muitas igrejas de Minas Gerais encontramos uma forte influência do Rococó (embora sem chinesices), como por exemplo, na pintura perspectiva-arquitetônica, baseada sobre a decoração do teto da Igreja de Santo Inácio em Roma, "inventada" em 1694 pelo Jesuíta Andrea Pozzo (1642-1709). Este novo estilo chegou relativamente tarde, via Portugal, ao Brasil. Atribui-se em geral a primeira pintura neste estilo no Rio de Janeiro a Caetano da Costa Coelho, em 1732, sendo seguido, em 1735, por Antonio Simões Ribeiro, na Bahia e chegando, finalmente a Minas Gerais em 1738, sendo executada pela primeira vez por Rodrigues Bello. (v. Carlos Del Negro, Contribuições ao Estudo da Pintura Mineira).

Esta pintura, no início, seguindo ainda puramente o estilo do Barroco, ao qual originalmente pertence, logo recebeu fortes influências do Rococó (como exemplo típico serve a pintura na Matriz de Sabará, Santa Bárbara e outras), continuando êste gôsto até a primeira metade do século XIX, quando foi, lentamente, substituído pela influência da "Missão Francesa".

E enquanto a pintura perspectiva-arquitetônica precisava de um tempo relativamente longo para chegar ao Brasil, i. e., de Andrea Pozzo em 1694 até a quarta década do século XVIII, a influência do Rococó relativamente rápido se manifesta na arte brasileira, pois aquelas chinesices datam, em Minas, aproximadamente de 1760.

A questão, quem pintou tais chinesices em Mariana, Ouro Preto, Catas Altas (de Mato Dentro), Sabará, Barão de Cocais etc. não é fácil a ser respondida. A hipótese, que fôsem pintores chineses, vindos da China, resta mera *hipótese*, sem real fundamento.

E mesmo a famosa "Porta de Macau" na Matriz de Sabará apresenta bastante terreno de discussão.

Aquela porta na igreja de Nossa Senhora da Conceição, em laca vermelha chinesa com desenhos muito finos em laca dourada foi, conforme a lenda, um presente do "Rei de Portugal" e colocada naquela matriz, representando, os desenhos, cenas da vida comum da China, e especialmente dos portugêses na China, semelhantes àquelas cenas no cadeiral dos cônegos na Sé de Mariana.

Estudos minuciosos feitos (embora não publicados) pelo historiador de arte, o Prof. Dr. Detlef Noack (agora na Academia de Belas Artes em Kassel, Alemanha) divergem da opinião às vêzes defendida: que se trata de uma obra de arte feita na China. O Dr. Noack, baseando-se na sua tese sôbre a técnica usada na execução desta porta, chegou à conclusão de que justamente esta técnica não correspondia aos trabalhos semelhantes executados por mãos chinesas.

Desde que ela mostra, ao mesmo tempo, uma diferença muito grande com a outra porta em estilo chinês, na mesma igreja, e da qual se pode aceitar com certeza que foi feita no Brasil, resta sempre ainda a possibilidade, que a "porta de Macau", se não foi feita na China, o que não me parece provável, pelo menos foi executada em Portugal e enviada ao Brasil. Também a segunda porta representa cenas da vida dos portugêses na China. Não creio que o pintor desta segunda porta fôsse o mesmo da catedral de Mariana.



Matriz de Sabará — MG. Porta com pintura em estilo chinês.
Foto E. C. Falcão.

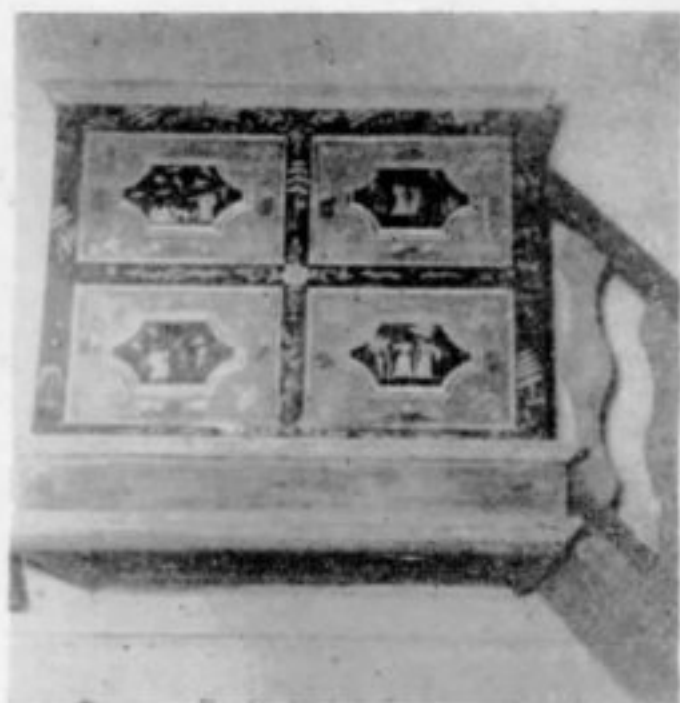


Foto: E. C. Falcão. Igreja de Nossa Senhora do Ó de Sabará.
Painel de pintura chinesa do corpo da igreja.

As decorações no estilo floreado numa parte do teto da matriz de Sabará têm uma certa semelhança com as flôres nas diversas igrejas da Bahia, das quais falamos na primeira parte dêste trabalho, datam porém do início do século XIX.

Outras chinesices encontram-se na igreja Sant'Ana em Barão de Bocais e especialmente na pequena igreja Nossa Senhora do Ó, em Sabará.

Sylvio de Vasconcellos, no seu excelente trabalho sôbre esta Igreja (pág. 78), dá a seguinte descrição desta pintura: "Como todo o interior, também o arco-cruzeiro é completamente revestido de madeira, entalhada nos pilares, capitéis e arquivolta, bem assim como nas molduras que circundam os pequenos painéis octogonais de suas ilhargas. Êstes painéis, em número de sete, três de cada lado e um no centro, sôbre o fecho do arco, apresentam-se em forma de cartela, e são decorados com pintura a ouro sôbre um fundo azul, de composição e estilo orientais. Conhecidas como chinesices estas pinturas talvez tenham sido recolhidas da louça de Macau, bastante usada no Brasil de então, sendo de observar-se sua ocorrência freqüente em Minas Gerais, ao passo que no resto do país não são encontradiças."



Igreja de Sant'Ana em
Barão de Cocais — M.G.

"Tôdas estas pinturas foram com certeza executadas no século XVIII, embora a data não possa ser fixada, sendo a construção da pequena igreja de 1719, porém as pinturas pertencem, provàvelmente á segunda metade do mesmo século."

É mais uma vez encontramos objetos com influências chinesas no Museu do Ouro em Sabará.

Trata-se, em primeiro lugar de um pequeno oratório com pinturas em ouro sobre fundo vermelho e de uma estátua do Arcanjo São Miguel com rosto puramente oriental. Tais estátuas de Santos não são raras, como também “Santinhos” onde somente o pedestal ou a manta mostram enfeites de estilo chineses.

Na Sé de Mariana existem porém chineses mais atraentes: são aquelas do cadeiral dos cônegos, ou mais exato, os dez encostes em cada lado do mesmo.

Representam cenas da vida comum na China, por parte chineses europeizados, por parte novamente “portuguêses na China”, animais, pagodes, paisagens etc. São pintadas em ouro sobre fundo vermelho, as figuras européias são trajadas no estilo da moda do fim do século XVIII. A já mencionada Sra. Eugénie Miller Brajnikov acredita que os modelos de tais pinturas podem ser encontrados talvez em tecidos europeus, datados do fim do século XVIII que muitas vezes mostram cenas semelhantes, mas também a louça tanto chinesa como a da Europa com cenas chinesas poderiam ter servido de modelo.

Estas pinturas são geralmente atribuídas ao pintor Manoel Rebelo de Souza (1760).

Na mesma catedral de Mariana encontram-se no lado interior da porta “tapa-vento” algumas pinturas puramente Rococó, porém sem cenas da China e também as paisagens (em vermelho sobre fundo claro, mal conservado) não têm nada de especial chinês.

Porém na caixa do órgão da catedral de Mariana encontramos duas pinturas “chineses” que conforme o estilo e a técnica são da mesma mão como aquelas do cadeiral.

Em Ouro Preto existem na Igreja da Santa Efigênia pinturas com desenhos em cor preta sobre fundo cinza. Aqui, trata-se de cenas campestres que atualmente (1969) restauradas por Jair Afonso Inácio, de Ouro Preto. Também estas pinturas são atribuídas a Manoel Rebelo de Souza e datam de cerca da 1760.

No Museu da Inconfidência de Ouro Preto, encontramos então ainda uma preciosidade que se enquadra em nosso tema, porém infelizmente muito mal conservada: trata-se do “Oratório” (antigamente na Fazenda do Rio do Peixe, São José da Lagoa, Nova Era) que mostra nas suas duas portas duplas num total de 18 almofadas, figu-



Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira. (Notar na tórre os pratos de louça de Macau).

ras e paisagens chinesas. O fundo parece ter sido azul-verde, talvez com enfeites de vermelho e os desenhos eram executados em ouro.

No lugarejo de Catas Altas (de Mato Dentro), 16 km distante de Santa Bárbara M.G., existem nos pilares do primeiro e terceiro altar lateral à esquerda e também na parede dêste terceiro altar, pinturas numa largura de 16 cm, mostrando sôbre um fundo vermelho, figuras e paisagens em ouro com traços pretos. Uma carta da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Rio de Janeiro (31-8-1966) nos informou do seguinte: "O arrematante da pintura mural e douramento dos altares da Matriz de Catas Altas (Nossa Senhora da Conceição), foi o pintor Manoel Rebelo de Souza, conforme documento datado de 1760, existente no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte."

Também Carlos Del Negro atribui estas pinturas de Catas Altas a Manoel Rebelo de Souza. (v. o seu já mencionado livro, pág. 27).

Duma comparação com aquelas de Mariana surge a hipótese que de fato, as chinesices de Catas Altas, embora artisticamente mais fracas, poderiam ser do mesmo pintor daquelas de Mariana.

E, finalmente, a igreja de Sant'Antônio de Ouro Branco contém também tais pinturas de ouro sôbre fundo vermelho, tanto no Altar-mor como em dois altares laterais.

* * *

Um capítulo especial formam as pinturas que se encontram em três casas diferentes na pequena cidade de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais.

Examinamos minuciosamente tais pinturas; trata-se em primeiro lugar das pinturas relativamente bem conservadas na casa da "D. Araci". Estas pinturas no teto de uma das salas, representam flôres e pássaros isolados, não numa composição harmoniosa e correspondendo, de certo modo, ao gosto de um "Rococó primitivo". Não podem ser chamadas de chinesices, mas simplesmente "pinturas decorativas".

A casa vizinha contém numa sala (agora dividida em duas) de pinturas (pèssimamente conservadas) no teto, que, embora em várias côres, tem uma certa semelhança com as pinturas na Igreja de Santa Efigênia (Ouro Preto), porém não parecem ser do mesmo pintor (Manoel Rebelo de Souza). Também aqui a designação de chinesices não parece justa.



Pintura na Escola Normal — Conceição do Mato Dentro —
Foto: Hess — Rio de Janeiro.

Resta finalmente ainda o casarão onde hoje se encontra a Escola Normal. Aqui, na sala de visitas, encontramos quatro quadros no fôrro, que, em bom estado, representam "cenas familiares". O pintor que as executou é desconhecido. A já mencionada Mme. Eugènie Miller Brajnikov explica êstes quadros como "Cenas da vida dos Portuguezes na China", enquanto Geraldo Dutra Moraes na sua "História de Conceição do Mato Dentro" (1942) acredita ver nestes quadros a parábola do "Filho Pródigo". Nós discordamos de ambas as explicações. Em primeiro lugar: quadros profanos não eram fora do comum durante o século XVIII e as cenas aqui representadas não têm, com talvez uma única exceção, nada em comum com a referida parábola. Esta única exceção representa figuras que aparentemente contam dinheiro. Baseando-se neste fato para dizer que representa a divisão da herança do filho pródigo, seria um argumento bem fraco. Também o Revmo. Frei Agatangelo do Santuário dos Capucinos em Conceição do Mato Dentro confirma a nossa tese. E a respeito da interpretação da Sra. E. M. Brajnikov é visível, que se trata de personagens vestidos à moda européia do século XVIII, porém faltam quaisquer atributos chineses para reforçar sua hipótese.

Daí cremos poder afirmar que êstes quatro quadros bem interessantes, representam unicamente cenas comuns daqueles dias em Conceição do Mato Dentro (e em tôdas as outras cidades de Minas Gerais), descrevendo a vida dos ricos comerciantes portugêses no Brasil Colonial.

Desde que o pintor Silvestre de Almeida Lopes trabalhou entre 1764 e 1796 nesta região, do qual Rodrigo Melo Franco de Andrade, prefaciando o trabalho de Carlos Del Negro "Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira" escreve, que um dos característicos dos seus trabalhos é a desproporção peculiar entre a cabeça e os corpos das figuras, assim como o dilatação exagerada dos olhos em tôdas elas, juntamente com um colorido de sabor popular, não seria a tudo impossível, attribuir as pinturas da "Escola Normal" em Conceição do Mato Dentro a êste pintor, pois elas, de certa forma, correspondem muito bem às indicações acima.

Tais decorações, embora com motivos diferentes, encontram-se ainda em várias outras cidades mineiras, por exemplo em Diamantina, onde numa casa, pertencendo à Mitra (perto da Prefeitura e do Museu) uma das salas do primeiro lugar é enfeitada com cenas campestres, enquanto em Sabará, no Museu do Ouro, o salão, também no primeiro lugar, mostra os já mencionados quadros mitológicos. Também em Sabará, na antiga casa do Padre Antônio Correia (hoje a Prefeitura) encontram-se pinturas no fôrro de várias salas, uma com referências simbólicas aos atributos de um sacerdote, i. e. livro sagrado etc.

Desta maneira,, embora interessante para um estudo da pintura profana mineira do século XVIII, acreditamos que as pinturas da cidade de Conceição do Mato Dentro, incluindo ainda as mal conservadas na Sacristia da Matriz, onde nos quatro cantos as "estações, primavera, verão etc." executadas aproximadamente em 1760 por um pintor desconhecido, completam a pintura profana com motivos Rococó, sustentam a nossa tese, que todos êstes "enfeites", mesmo encontrados nas diversas igrejas, originaram sòmente do gôsto da época pela moda do Rococó, da qual uma parte é justamente a estima pelo "exótico", não sendo assim possível attribuir certas destas pinturas a artistas chineses, pois não existe nenhum documento, provando até agora a sua existência no Brasil Colonial. Também pesquisas a êste respeito, feitas a nosso pedido nos arquivos do Portugal ficaram infrutíferas.

HUMBOLDT E O BRASIL

Joaquim de Souza Leão Filho

Poucos homens de ciência reúnem o espírito inquisitivo e a largueza de vistas, que a síntese de fatos aparentemente desconexos requer para que se abram novos horizontes a determinados ramos da ciência. Conjugando tais características, contam-se entre êles Humboldt e Darwin. Era a revolução científica a acompanhar de perto as revoluções política e econômica que marcatam a idade da razão.

Frederico Henrique Alexandre, Barão de Humboldt, cujo segundo centenário de nascimento se celebrou êste ano, nasceu predestinado à fama pela sua linhagem, inteligência e extraordinária vitalidade. Frederico o Grande freqüentara sua casa paterna em Tegel. Estudou economia na Universidade de Frankfurt. Passou para Göttingen, onde seria colega de gente famosa: Metternich, Stein, Forster (companheiro de Cook e cronista da sua segunda viagem) e o botânico Wildenow, amizade de tôda a vida. Com Forster percorreu o Reno, visitou a Inglaterra. Ainda como estudante estêve na Áustria, Suíça e Itália. Seus estudos po-lo-íam em contato, em Iena e Weimar, com o círculo de naturalistas e intellectuais agrupados em tôrno de Coethe. Seu irmão mais velho, Guilherme, era também figura de projeção nas letras e na diplomacia. Fundara a Universidade de Berlim. Aluno, por fim, do geólogo Werner, em Freiburg, aos 21 anos, entrou Humboldt para o serviço público como engenheiro de minas. Em 1796 falece-lhe a mãe, uma Colomb, descendente de velhos huguenotes, que lhe deixa um pecúlio suficiente para poder realizar planos longamente amadurecidos. Precedido por Guilherme, instalam-se em Paris em 1798, em pleno Directório, quando Napoleão já punha e dispunha sôbre o destino da Europa. Respiravam-se guerras, mas ali se encontrava também o *who's who* do mundo científico. Pretendeu Humboldt juntar-se a um projeto de circunavegação que Bonaparte confiara ao capitão Baudin, para repetir o feito



E. Hildebrandt, por L. Auguste Moreau, no Rio aos 26 anos.



Alexandre von Humboldt em sua biblioteca em Berlim em 1856
(Photo Fritz — reprodução de uma aquarela de Eduard Hildebrandt).

de Bougainville, mas que adiará por causa da campanha do Egito. Humboldt vem assim a conhecer o jovem Bonpland, médico e botânico, que também aspirava agregar-se a esta última expedição. Aboukir e o bloqueio inglês interferem, porém. Seguem então os dois para Madrid, onde, apoiado pelo representante diplomático de Saxe, velho amigo da família, logra Humboldt convite de Carlos IV e recomendação real para fazer uma viagem de estudos de história natural pelas regiões inexploradas da América espanhola. Os preparativos para essa viagem absorvem-nos até 1799. Bem equipados embarcam em maio, de La Coruña, numa fragata espanhola que consegue varar o bloqueio. Uma epidemia a bordo desvia-os da rota, indo aportar a Cumaná, na Venezuela, de onde passam a Caracas, onde são bem recebidos. Daí começa a longa peregrinação a lombo de mula ou embarcados em canoas, peregrinação que os leva às selvas do alto Orinoco e do rio Negro. Sempre com a idéia de se juntarem à expedição francesa, que entretimes souberam ia partir, dirigem-se para Cuba, esperando ali encontrá-la. Mas Baudin havia seguido pelo Cabo Horn. Decidiram então passar aos Andes da Colômbia e do Equador, para em Lima ou Manila aguardar os franceses. Foram lentas jornadas de coleta de plantas e minérios, levantando cartas, desenhando tudo e fazendo observações com a agulha magnética. Completam-se Humboldt e Bonpland nas suas especialidades. Não há exemplo da ciência de mais harmoniosa e leal colaboração.

Humboldt contempla a natureza americana não só como naturalista senão como poeta e artista. Esta o emociona e arrebatada pela sua grandiosidade. Descobre fascinado que a América em sua fecundidade telúrica também é terra de beleza. Bonpland entrega-se com entusiasmo aos campos da zoologia e da botânica em que era exímio. No decurso da viagem reconhecem e fixam, geodèsicamente, a ainda duvidosa ligação entre as duas grandes bacias hidrográficas do continente sul. Atingem no Chimborazo o ponto mais alto a que havia então subido um homem (5.800 metros).

Malgrado os tropeços e perigos corridos voltam sãos e salvos depois de frutífera escala de um ano pelo México, via Washington e Philadelphia. À Europa, chegam em 1804, levando consigo o mais vasto inventário da natureza americana jamais realizado, cuja classificação e publicação constituíram uma empresa de muitos anos, enquanto o Velho Mundo jazia traumatizado durante um decênio de profundas transformações políticas. Escrevendo e dirigindo a publicação, que lhe consome a herança paterna, isola-se Humboldt na sua tarefa, primeiro em Berlim, depois em Paris onde estabeleceu seu

centro de atividades. Consegue que trinta volumes ilustrados apareçam a partir de 1808, sob o título geral de *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*, (1) o mais notável monumento de exploração do continente americano que servirá de paradigma ao que empreenderão Spix e Martius, Pohl e Ender, logo depois, sobre um só país — o Brasil — mas cobrindo não menor extensão territorial. Foi, sem dúvida, o exemplo de Humboldt que inspirou a iniciativa paralela e rival do Imperador da Áustria.

Em 1827 regressa o viajante à Prússia, cujo soberano, sabedor das dívidas contraídas pelo sábio alemão com a publicação dos últimos volumes (mais de 6.000 táleres ouro), timbra em saldá-las. Passa a exercer funções na Côrte e consagra uma série de conferências, na Universidade de Berlim, às ciências naturais, que atraem a atenção geral. Já sexagenário, realiza em 1829 outra viagem: à Rússia e às terras de Gengis Khan — um rápido périplo de nove meses em comparação à odisséia americana, mas que completa o ciclo de suas observações climáticas e geofísicas, estimulando-o, de volta a Berlim, a dedicar-se a uma enciclopédica empresa, o *Kosmos*, cujo quinto volume apareceu póstumamente. Aos 76 anos, lança-se Humboldt à descrição física do globo terrestre e do espaço, para a qual se havia preparado como ninguém, espectador inteligente do drama cósmico que vira despertar no cenário americano. Concebido numa linguagem poética e grandiloquente, seu êxito em 1845 foi retumbante. Súmula do saber humano até meados do século dezenove, naturalmente essa obra é hoje pouco lida, mas continuam válidas para nós, brasileiros, as passagens referentes a Post e Eckhout, os pintores de Maurício de Nassau, que, graças a Humboldt, entraram para a literatura universal.

Propunha-se o autor abordar a ação da natureza sobre a imaginação e as mútuas relações entre a natureza e a arte. O poder criador da natureza é para Humboldt uma força que pode converter-se em elemento plástico ou literário. Daí o admirável capítulo: “Influências da pintura da paisagem no estudo da Natureza”, em que define o que entende por pintura de paisagem, isto é: “nada menos que uma descrição fresca e animada, própria para difundir o estudo da natureza”, anotando de passagem que na antiguidade a paisagem jamais foi tema independente. “Subordinada a outros fins... não passara de uma tela de fundo sobre a qual se destacam os temas

(1) Uma reedição comemorativa fac-similar está sendo anunciada em Nova York e Amsterdam, em inglês e francês, o que demonstra como essa obra, tida no mercado livresco como das mais raras e valiosas — de resto essa reedição custará \$9.000 nada perdeu do seu valor histórico e científico.



históricos ou lhes servia de ornamento accidental”. Traça uma história da pintura, especialmente de seu significado paisagístico, das épocas clássicas aos tempos modernos. De Lúcius, pintor da era de Augusto, à arte do mosaico e da iluminura, que tanta importância deram à paisagem, aos grandes mestres da Renascença, especialmente os venezianos, para chegar ao século XVII, em que nasce propriamente a pintura de paisagem. “É o século que reúne Lorrain, Ruissdaël, Everdingen, Hobbema e Cuyp, cujas paisagens parecem a natureza mesma”.

Humboldt foi o primeiro a assinalar a presença fecundante do exótico na vida artística européia, conceito êste que encontra sua origem em *Kosmos*. Ouçamo-lo: “Para que a representação da natureza, no que tange à arte, pudesse adquirir tôda sua variedade e precisão, foi preciso ampliar o círculo dos conhecimentos geográficos, facilitar o acesso a regiões remotas, de modo que a sensibilidade se exercitasse no captar as belezas dos novos vegetais”. E ainda mais expressivamente: “Só quem perambulou pela zona tórrida, sensível à beleza das suas montanhas, vales e florestas e viu a exuberância da vegetação não apenas nos lugares habitados mas nas faldas nevadas dos Andes, do Himalaia e das serras do Misor ou nas florestas virgens da rêde aquática entre o Orinoco e o Amazonas, poderá sentir o campo infinito que se abre à pintura entre os trópicos nos dois continentes, no mundo insulano de Sumatra, Borneo e no das Filipinas. Tudo o que se realizou até agora de melhor e mais espiritual está longe de ser comparável às belezas naturais de que a arte ainda não logrou assenhorar-se. Por que não esperarmos que a pintura da paisagem atinja excelências nunca vistas quando artistas privilegiados, deixando os estreitos limites do Mediterrâneo, fixarem do natural com o frescor e a pureza de mentalidades jovens os mil aspectos que oferece a natureza nas várzeas úmidas do trópico? E conclui: “As descobertas de Colombo, Vasco da Gama e Cabral... viriam familiarizar os artistas com as formas maravilhosas do mundo exótico...”

Não se limitou Humboldt à elaboração e enunciado de suas teses sôbre a América como fonte de beleza, senão que, remontando ao passado, foi buscar as pegadas da pintura européia no Nôvo Mundo. Por êste motivo sua análise assume para nós, como já o dissemos, relêvo todo especial. Resgatava, assim, do lívido em que haviam ficado até a data em que escrevia, a dois artistas que fixaram em suas telas a primeira visão plástica da natureza americana: Post e Eckhout, os pintores que primeiro souberam abordar, um a paisagem tropical e o segundo captar ao vivo seus habitantes, seu mundo vegetal em painéis etnográficos e naturezas mortas.

Citemos-lhe outras passagens pertinentes: “Jan Breughel celebrou-se em fins do século XVI, representando com realismo encantador árvores, plantas e animais estranhos à Europa, mas só em meados do século XVII a paisagem passou a ser pintada *in-loco*, reproduzindo com veracidade a zona tórrida. O mérito dessa inovação cabe a Frans Post, de Haarlem, que esteve com Nassau no Brasil quando este príncipe governou as províncias conquistadas a Portugal. Durante vários anos efetuou Post estudos da natureza no cabo de Santo Agostinho, na Bahia de todos os Santos, nas margens do São Francisco e dos caudais ao sul do Amazonas. Parte desses estudos executou ele em pintura, parte em águas fortes e o fez com brilho e expressão. São da mesma época os grandes quadros a óleo de Eckhout, notáveis composições conservadas numa galeria do castelo de Frederiksborg na Dinamarca, que também esteve com Maurício de Nassau no litoral do Brasil. Palmeiras, mamociros, bananeiras e helicônias são caracteristicamente apresentados como os habitantes, os pássaros de brilhante plumagem e os pequenos quadrúpedes da região. “(e acrescenta ao depois) “A poucos artistas foi dado até a segunda volta ao mundo de Cook a representação fisionômica da natureza”.

A julgar bela nota bibliográfica sobre Post com que Humboldt fundamenta este capítulo, não parece que tenha ele visto os quadros que dois anos antes de sua volta haviam entrado para o Louvre (Museu da Marinha), pois cita apenas o par de Schleissheim que, por sinal, Martius incorporou à sua obra sobre as palmeiras (1824) e outros trabalhos que se encontravam em Berlim (àquela altura atribuíam-se a Post as aquarelas de história natural doadas por Nassau, em Hanover e em Praga, coleções reais que foram as primeiras a incorporarem obras do artista. Fazia Humboldt alto juízo da capacidade de Post “para representar a natureza e da exatidão com que reproduziu cactus, musáceas e palmeiras”, o que leva a crer tenha ele se familiarizado com várias de suas obras. Em Kronborg (outro castelo perto de Copenhagen) estava, por sinal, uma das melhores paisagens do artista, cujo nome já figurava nos léxicos graças a Houbraken (1719), ao passo que deve Eckhout ao sábio alemão o ter tido sua personalidade identificada.

Humboldt ligou sua obra à expedição brasileira de Nassau, como o fundador do Museu Etnográfico de Copenhagen, C. J. Thomsen, numa carta de 1848 a Levetzau, diretor dos museus dinamarqueses, que acreditava serem esses magníficos trabalhos — quatro pares e um oblongo — mais doze naturezas mortas, tão bem pintadas (as últimas) que deveriam passar para o Jardim Botânico.

Em 1876, D. Pedro II, ao visitar o referido Museu, lá viu expostas cinco das grandes telas etnográficas, encomendando logo as cópias que S.M. legaria ao Instituto Histórico. Se Humboldt foi o primeiro europeu a assinalar-lhes a existência (1847), D. Pedro II foi o primeiro brasileiro a delas dar-nos conhecimento visual, já que Varnhagen, como o Imperador, apreendendo embora todo o alcance desta descoberta, apenas aludiu às mesmas num relatório impresso de 1874. Não lhe ocorreu fotografá-las, como lastimou Ferdinaud Denis em carta ao historiador.

Outra revelação de Humboldt para a História do Brasil é a do *Examen critique de l'histoire de la Géographie du Nouveau Continent...* (Paris 1834), onde pela primeira vez é trazida à colação um dos mais antigos testemunhos impressos sôbre a descoberta do Brasil, isto é, a cópia da nova *Gazeta do Brasil* (*Newen Zeytung ausz Presillg Landt*). Varnhagen na sua *História Geral* e em *Quelques points de l'histoire géographique du Brésil* discorda da interpretação analítica dada por Humboldt àquele raríssimo cimélio, propondo novas hipóteses como d'Avezac, Harrisse, Capistrano e tantos outros. Não está dita, pottanto, a última palavra. O fato é que o *Examen*, para H. Andrä, o historiador paulista (2), é uma pedra miliat na História da América, em especial do Brasil, cujo merecimento ainda não foi por nós suficientemente ressaltado. Na verdade, trata-se do primeiro estudo crítico das fontes de história americana, marco fundamental e de consulta obrigatória.

Ainda em Paris fôra Humboldt incumbido pela Academia das Ciências de dar parecer sôbre os trabalhos de Auguste de Saint Hilaire sôbre a "*Flora do Brasil meridional*", o qual saiu publicado em separata dos *Comptes Rendus de l'Academie des Sciences* (1825).

Prefaciou a tradução em inglês (1849) da viagem ao Amazonas do príncipe Adalberto da Prússia.

Também Humboldt traçou numerosos esboços dos sítios e monumentos que mais o impressionaram no Nôvo Mundo, esboços êstes que artistas na Europa completaram, dando da vida americana uma imagem menos fantasista que Theodoro de Bry em suas famosas *Viagens*. Estas pranchas ilustraram seu *Atlas Geográfico e Físico*, seus *Quadros da Natureza*, suas *Vistas das Cordilheiras*.

Mas não se limitou à obra publicada a projeção intelectual de Humboldt. Príncipe dos americanistas, sua personalidade foi verda-

(2) *Staden Jahrbuch*, São Paulo, 1960.

deiramente catalítica. Do seu gabinete e livraria especializada, em Berlim, (por desgraça, a biblioteca arderia poucos anos depois de sua morte no depósito do leiloeiro Sotheby, de Londres), fêz um centro de estudos e contatos, graças ao brilho de sua palestra e ao patrocínio que estendia seu prestígio internacional a jovens cientistas e pintores, uns e outros ansiosos por emularem-no.

Como é sabido, foi por iniciativa de Humboldt que o Conde da Barca incorporou o músico Siegesmund von Neukomm à missão francesa de Belas Artes chefiada por Lebreton. Numa carta de 1.º de março, 1816 (que A.P. de Sousa Leite publicou em 1962), escrita ao mesmo ministro, recomendou ainda Humboldt: "*Mr. de St. Hilaire, botaniste très distingué, Mr. de St. Lambert... instruit en Mineralogie*", e "*le jeune botaniste Sellow*", outro alemão que se encontrava havia anos no Rio de Janeiro, trazido por Langsdorff (3).

Acudindo ao seu chamado, diversos artistas do pincel vieram ter também às nossas plagas, quais o bávaro Rugendas, que, com Guilhobel e Decret, foram os criadores do gênero costumbrista. Protegido por Humboldt, incorporou-se à missão Langsdorff, mas antes disso deixara-se seduzir no Rio pelo pitoresco dos tipos, fazendo numerosos desenhos que emoldurava românticamente com espécies botânicas rigorosamente desenhadas como observou o mestre. Depois do Brasil seguiu para o Prata e o Pacífico, de onde levou uma centena de belíssimos óleos e aquarelas.

Não menos íntima comunhão com a natureza, estabeleceu Hildebrandt, discípulo do marinista Krause, em Berlim, e de Isabey, em Paris, a quem Humboldt recomendou ao Rei da Prússia e veio ao Brasil a seu mandado, em 1844. Uma centena de aquarelas, vibrantes de cor e cheias de verve, acham-se em Berlim. Depois que fêz uma viagem ao redor do mundo, ficou sendo conhecido como o pintor do Kosmos.

Outros visitaram a Venezuela, a custa do mesmo monarca, qual F. Bellermann, cujo acervo artístico ilustra o livro de H. Karsten, *Landschaft und Vegetations-bilder aus den tropen Südamerikas* (1894); E. A. Goering, ornitólogo que publicou e ilustrou em 1892 *Vom tropischen Tieflande zumewigen Schnee*. Outro discípulo de Humboldt menos conhecido foi A. Berg, que se dirigiu à Colômbia. Seu *Etudes physiologiques sur la végétation de l'Amérique tropicale...* de 1854 está ornado de treze belas pranchas da floresta colombiana.

(3) Carlos H. Oberacker Jr.: «Uma carta de A. von Humboldt ao Conde da Barca». *Humboldt*, nº 19, Hamburgo, 1969, págs. 84 e 85.

Apesar de extenso, êste rol não esgota as muitas dívidas que o Brasil e a América contraíram para com Humboldt.

Por duas vêzes recorreremos ao sábio geógrafo, pedindo-lhe pareceres sôbre questões de fronteira.

Da primeira, em 1817, quando se discutia em Paris a destruição de Caiena, subordinada à assinatura de um nôvo tratado de paz. Consultou-o o plenipotenciário português, F. J. M. de Brito. Seu parecer "*sur la fixation des limites des Grupanes française et portugaise*" (4). Foi afinal seguido quanto à fixação dos limites interiores (paralelo 2º, 24' e meridiano 3º 30' a oeste de Caiena).

Achando-se nessa altura o Duque de Wellington, em Paris, foi êle pressionado por Palmela, de Londres, e pelo encarregado de negócios em Paris (ausente Marialva, em Viena) a exercer a mediação inglêsa prevista nos tratados. Também Wellington quis ouvir Humboldt, que novamente se pronunciou (5). Embora esforçando-se por interpretar o pacto de Viena em nosso favor, desviou-se êle do critério português de que o Oyapok fôsse o mesmo rio Vicente Pinzon dos mapas contemporâneos, "fazendo-nos assim mais mal que bem (6). Wellington inclinou-se afinal pela posição francesa de só concordar com limites provisórios. O tratado foi assinado a 28 de agôsto de 1817, introduzindo-se-lhe um artigo que adotou o paralelo e o meridiano de Humboldt, mas deixando de lado a fixação prévia dos limites. Perdia Portugal a vantagem da posse da Guiana e mantinha-se o disposto em Utrecht com tôdas as dúvidas que se arrastariam sôbre limites.

Brito ainda replicou, mas essa réplica foi referida a Londres, cujo apoio mais uma vez falhou. Portugal teve que ceder.

Da segunda vez, em 1854, o govêrno imperial, pelo seu representante em Berlim, o futuro Visconde de Itajubá, solicitou as luzes de guerra tão de perto conhecera nossas fronteiras amazônicas.

Negociávamos o tratado de limites com a Venezuela. Seu parecer dirigido ao conselheiro Miguel Maria Lisboa a 22 de dezembro, 1854, deu-lhe Humboldt (7) sua plena aprovação à maneira como o nosso delegado conduzia essa negociação e, sobretudo, à tese do *uti-possidetis* de 1810, insistindo pela "livre navegação dessa majestosa rêde de rios internacionais, inaproveitada benesse da Providência", sugestão

(4) Códice CCCLVIII da Biblioteca Nacional.

(5) *Nouvelles Armales des Voyages et Siences Géographiques*, Paris, 1837.

(6) Apud M. M. Lisboa: *Memória sôbre os Limites com a Guiana Francesa* (1849). Rio de Janeiro, 1895.

(7) Apêndice, n. 9 a *Apontamentos sôbre os Limites entre o Brasil e a República Argentina*, Rio de Janeiro, 1882.

esta que vinha, aliás, de um memorial enviado por Humboldt ao governo espanhol de volta de sua expedição ao alto Orinoco em 1800.

Humboldt era então um desconhecido em Portugal, pelo que o Governador do Grão-Pará era alertado de Lisboa sobre a aproximação de “um tal barão de Humboldt” que viajava pelo interior do continente em pesquisas científicas, segundo divulgara a *Gazeta da Colônia*. A entrada desse estrangeiro “nas críticas circunstâncias” devia ser vedada e o mesmo conduzido para Lisboa, se fôsse o caso (8). Fazia Humboldt suas triangulações certa noite quando foi detido por soldados do fortim S. José de Marabitanas. Sem o saber, havia passado a fronteira. O comandante mal podia acreditar que alguém viesse de tão longe para “medir terras que não lhe pertenciam”. Obedecendo às instruções, comunicou-se com o Pará. Podia significar o fim da expedição. Teria, então, agenciado sua fuga o missionário franciscano que o acompanhava, o padre Zea. Fuga houve, pois que numas “considerações”, de 1877 (9), assim se exprimiu Ponte Ribeiro :

“quando quizerão mandal-o preso de Marabitanas para o Pará, êle fugiu Rio Negro acima”. Não guardou Humboldt ressaibos desse contratempo, mesmo porque só depois de sua volta soube de “toute l'étendue du danger auquel nous serions exposés en avançant jusqu'à Barcellos... Le ministère de Lisbonne informé du gêle de ses ajeus, ordonna sur le champ de ne point une troubler dans mes opérations... C'est par ce e'té l'objet (10).

Já nessa altura era êle o sábio cuja opinião importava... Meio século depois, permitiu-se Humboldt gracejar a respeito numa carta a um amigo :

“Naquele tempo quizeram prender-me como espião, agora fazem-me árbitro e eu naturalmente me decidi pelo Brasil já que a Venezuela não dispõe de uma condecoração” (11).

Óbviamente não lhe podíamos faltar com uma tal demonstração de aprêço e, em 1855, era Humboldt condecorado pelo Império.

Seu nome está, pois, ligado à história das nossas fronteiras senão ao lado de Rio Branco e Nabuco, como quer M. Fischer em “Alexander von Humboldt (12), certamente na esteira dos grandes nego-

8) Varnhagen: História Geral do Brasil (tomo, V 3ª edição integral pp.93/95.

9) «Considerações sobre o Restabelecimento do Forte S. José de Marabitanas». Arquivo Ponte Ribeiro nº 178. — Itamarati.

10) Barão de Humboldt: *Rélation Historique du Voyage (1814-25)* Vol. 4, pp. 475 e 76.

11) Apud V. von Hagen (*South America called them*), New York, 1955, p. 124.

12) *Serra-Post Kalendar*, Ijul, 1970.

ciadores do Império: Ponte Ribeiro, Miguel M. Lisboa e Azambuja, cuja atuação foi decisiva no balizamento do Labirinto fluvial que nos delimita com as repúblicas amazônicas.

A admirável aquarela que ilustra o presente ensaio, de Hildebrandt, retrata Humboldt quase nonagenário, três anos antes de sua morte (1856), sentado entre mesas repletas de recordações, atlas e rolos de papéis, tendo como fundo outra sala com instrumentos e pássaros empalhados, um documento impressionante e comovente.

Existiu por certo outra aquarela, pelo mesmo Hildebrandt (1845), também mostrando Humboldt no mesmo gabinete de trabalho, a qual D. Pedro II expôs em 1881 na Biblioteca Nacional ("Exposição de História"), aquarela esta autografada (13).

Trouxera-o o Imperador para São Cristóvão, sempre votado aos homens de ciência, provavelmente dalguma de sua viagens.

A data de 1856 desapareceu, mas havia sido litografada na época. Quanto a de 1845 — traço de união entre duas figuras — que fim terá levado? É uma aproximação que em todo o caso realça sobremodo o título deste ensaio.

13) Hello Vianna: «as Belas Artes nos Paços Imperiais, *Cultura*, nº 8, Mec, fevereiro 1968.

A ARCÁDIA ULTRAMARINA

Mário Ferreira França
Sócio efetivo do
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Seguindo secular tradição europeia das academias de intellectuais, maximé durante o período renascentista, “não podia a colônia luso-americana — como nos refere Max Fleiuss em suas “*Páginas Brasileiras*” — onde o progresso se acentuara rápido no século XVIII, graças ao descobrimento das grandes riquezas metálicas, ouro e diamantes, deixar de contrair a mania das agremiações literárias, com os mesmos defeitos, com que a metrópole as havia imitado da Espanha e da Itália”.

Assim foi que, em consequência, durante o período colonial, floresceram, no Brasil, várias sociedades de ciências e letras, cujo desenvolvimento e atividade as tornaram assaz valiosas e interessantes, dignas, dest’arte, de serem aqui tratadas.

De tôdas as associações lítero-científicas existentes no Brasil-Colônia, como mais antiga, ressalta a ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS, instituída em 1720, na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; cuja, “o Exmo. Sr. Vasco Fernandes Cezas de Menezes, Vice-Rei do Estado do Brasil, que no ínclito nome traz vinculada com a profissão de ilustrar as armas, propensão d’honrar as letras para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta d’exercício literário estavam como desconhecidas, determinou instituir”; como, textualmente, consta em sua ata de fundação.

Algum tempo depois, em 1736, ainda nessa mesma cidade, criava-se a ACADEMIA DOS FELIZES, destinada a “descorrer em assuntos vários, assim heróicos como líricos”, segundo acentuava seu próprio fundador, o Dr. Mateus Saraiva, ilustre médico português, diplomado pela Universidade de Coimbra, que aqui se

estabeleceu nos alvares do século XVIII, logo se radicando; e, que chegou a ser, mais tarde, Médico do Senado, da Câmara e do Presídio do Rio de Janeiro e Cirurgião-Mor.

Seguiu-se a ACADEMIA DOS SELETOS, estabelecida, também, como suas congêneres, nesta mesma cidade. Foi inaugurada, em 1752, por Feliciano Joaquim de Souza Nunes.

A ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS, entretanto, é de tôdas na atualidade, incontestavelmente uma das mais notórias e conhecidas, mercê das pesquisas efetuadas por Alberto Lamêgo. Teve origem na Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1759, sob a égide de José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo, Conselheiro de Ultramar naquela cidade. Sabia, Mascarenhas, da extinção da ACADEMIA DOS ESQUECIDOS, organizada, como vimos, por Vasco Cezar de Menezes; e, que celebrara sua última sessão em 4 de fevereiro de 1725. Das suas cinzas fêz, então, José Mascarenhas, renascer outra sociedade, que, por isso, tomou o nome de RENASCIDOS.

A ACADEMIA CIENTÍFICA DO RIO DE JANEIRO foi estabelecida em 1772, sob os auspícios de D. Luís de Almeida Portugal, 2.º Marquês do Lavradio e 4.º Conde de Avintes, 3.º Vice-Rei no Rio de Janeiro.

Sobre ela e sua fundação vale citar trecho de uma carta, de 6 de março dêsse mesmo ano, pelo Marquês enviada a seu primo, D. Pedro José de Noronha, 3.º Marquês de Angeja e 4.º Conde de Vila-Verde, ilustre e dedicado naturalista; e, que consta de precioso códice do Arquivo Nacional, intitulado: "REGISTRO DA CORRESPONDÊNCIA DO MARQUÊS DE LAVRADIO". Eis o trecho em questão: "Resolvi-me fazer um ajuntamento de médicos, cirurgiões, botânicos, farmacêuticos, e alguns curiosos, assim desta capital (Rio) como dos sertões desta Capitania, formando com êles uma Assembléia, ou Academia para que se examinassem tôdas as coisas que se pudessem encontrar neste continente, pertencentes aos três reinos, vegetal, animal e mineral, fazendo-se-lhes tôdas as análises e mais observações que couberem no possível, para se ir dando ao público em todos os meses, uma completa notícia das descobertas que se forem fazendo, parecendo-me que dêste modo poderei fazer ao estado e à pátria, não só um serviço utilíssimo, mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros sejam só os que nos instruem, e se aproveitem destas preciosidades que nós temos; mas que nós possamos ser os que os instruamos a êles, e tiremos as grandíssimas utilidades que daqui nos podem resultar."

Foi triste e melancólico, todavia, o fim dessa academia, após tão promissor início; cruelmente perseguidos e encarcerados foram seus membros, pelo Vice-Rei Conde de Resende, que, suspiçaz e prevenido pela *Inconfidência Mineira*, contra ela mandou instaurar devassa.

Em 1786, na governança do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, cria-se, igualmente na capital do Vice-Reino, a SOCIEDADE LITERÁRIA DO RIO DE JANEIRO, de curta e efêmera duração, porém.

Finalmente, cabe, ainda, mencionar duas instituições culturais: isto é, a REAL SOCIEDADE BAIENSE DOS HOMENS DE LETRAS e o INSTITUTO ACADÊMICO DAS CIÊNCIAS E BELAS ARTES. Êste último, organizado pelos negociantes do Rio de Janeiro, foi considerado como o melhor meio que encontraram, a fim de, públicamente, manifestar seu regozijo pela elevação, no ano de 1815, do Brasil à categoria de Reino-Unido.

A primeira, contudo, a REAL SOCIEDADE BAIENSE DOS HOMENS DE LETRAS, merece um registro especial, dado certo documento manuscrito da Biblioteca Nacional, datado de 30 de junho de 1810, no qual se especificam seus propósitos e que vale consignar. Ei-lo: “Dizem os homens de letras da Cidade da Bahia, que êles suplicantes propondo-se ser úteis à Nação, à Pátria e ao estado, têm concebido ererjir naquela cidade, que se tem feliz porque V.A.A. fôra o primeiro monarca, que pessoalmente a honrara, e a primeira terra do Brasil também, em que V.A.R. desembarcara), um nôvo corpo social intitulado “Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras”: a imitação em tudo da “Real Academia de Ciências de Lisboa”, para cujo fim tem ordenado os seus preliminares Estatutos, que inclusos apresentam, os quais foram vistos e examinados, e aprovados pela mesma “Real Academia das Ciências de Lisboa”, que naquela cidade tem sócios, que solicitando hão de bem ordenar, estabelecer e firmar êste interessante projeto; porém de nenhum modo podem os suplicantes promover êste nôvo estabelecimento, para o que tem elegido a V.A.R. por seu augusto e digníssimo protetor, e fundador, sem que V.A.R. lhes conceda o necessário Placêto-Régio, lhes aprove seus estatutos, e lhes permita as especialíssimas graças... que oferecem como parte desta súplica; porque daquêle modo, sem se agravar o estado, dota V.A.R. generosamente aquela nascente sociedade, assim como em algum tempo já dotara a “Real Academia das Ciências de Lisboa” com parceria na Loteria da Misericórdia, suplicando humildemente, por último que quando êste arbítrio não seja do real agrado

de V.A.R. entre as maiores submissões rogam, que V.A.R. a haja de dotar, como melhor convenha ao magnânimo aprazimento de V.A.R. seu protetor e fundador”.

Passando, pròpriamente, a abordar o tema dêste ensaio, cumpre fazer sentir, que considera Sílvio Romero, como escreveu em sua *“História da Literatura Brasileira”*, que de “tôdas as sociedades da colônia, a mais célebre hoje é a ARCÁDIA ULTRAMARINA, cuja data de criação é desconhecida. Alguns a colocam no ano de 1783. O certo é que, já em 1768, Cláudio Manoel da Costa se dizia *Árcade Ultramarino*.”

Caio de Melo Franco, em *“O Inconfidente Cláudio Manoel da Costa”*, considera-a como fundada em 1768, data da fundação da Colônia Ultramarina, até culminar nas *“Cartas Chilenas”*, a mais formidável obra satírica nascida na América, primeiro ato de resistência intelectual e moral contra os desmandos dos grandes.”

Dela, ao que se presume com razão, faziam parte: Cláudio Manoel da Costa, o *Glauceste Satúrnio*; Tomás Antônio Gonzaga, o *árcade Dirceu*; Inácio José de Alvarenga Peixoto possivelmente, o *Eureste Fenício*; Frei José de Santa Rita Durão, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, José Basílio da Gama, Domingos Caldas Barbosa, Manoel de Arruda Câmara, José Ferreira Cardoso, Bartolomeu Antônio Cordovil, João Pereira da Silva, Mariano José Pereira da Fonseca, Inácio de Andrade Souto Maior, Frei José Mariano da Conceição Veloso e Baltazar da Silva Lisboa.

* * *

Em 16 de julho de 1768, em Vila Rica de Ouro Prêto, na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, “todos os sinos cantavam alto na alegria do dia. Os semblantes sorriam, os corações pulsavam forte, num infinito reconhecimento”. É que, nessa data, tomava posse no alto cargo de Governador e Capitão-General das Minas-Gerais, o jovem D. Luís de Menezes de Castelo Branco Abranches; de quem diria, Cláudio Manoel da Costa, na “Carta dedicatória” de suas *“Obras poéticas”*: “Bastaria apontar que memória de tão esclarecidos progenitores foi condecorada, em dois de junho de mil setecentos e dois, na pessoa do senhor D. Miguel Luís de Menezes, com o título de Conde de Valadares; título que V. Excelência, para honra de Portugal, é o quinto, felicíssimo e legítimo sucessor.”

Sobre isso, ainda é de citar, curiosa achega: no *“Livro que há de servir para se lançarem nêle os têrmos das posses dos governadores e capitães generais desta Minas”*, vê-se, no têrmo de “Posse do Conde

de Valadares”, que foi ela efetuada “em presença dos oficiais da Câmara da mesma Vila”, que a deu “dêste govêrno das Minas o governador atual delas o Exmo. Sr. Conde de Valadares a quem Sua Magestade foi servido nomear por seu sucessor no referido govêrno como consta pela Carta Credencial assinada pela real mão em data de vinte e um de agôsto de mil setecentos e sessenta e sete e Patente de vinte e dois do mencionado mês e referido ano, praticando-se o esperado ato na conformidade das ordens régias e estilo observado em semelhantes ocasiões.”

Fôra nesse dia, então, que se comemorava o onomástico da gloriosa Virgem do Carmo, quando, entre o regozijo ruidoso do povo, tomava posse de governador dessa poderosa e rica capitania, “em meio à alegria imensa que estava”, que sente, Cláudio Manoel da Costa, a inspiração que o levaria a escrever, à glória daquele moço fidalgo, as primeiras estrofes do seu soneto: “Preciosos estímulos nas Letras e nas Armas”, onde dizia :

“De quem são estas armas, êste escudo,
Esta malha, êste arnês em sangue tinto ?
.....
..... do grande Conde
Que o título hoje tem de Valadares!”

E, daí lhe surge, exuberante e magnífica, a idéia de fundar a ARCÁDIA ou COLÔNIA ULTRAMARINA.

Compõe e dá, então, à luz o “*Parnaso Obsequioso*” — “Drama/ Para se recitar em Música no dia 5 de / Dezembro de 1768, em que faz anos / o / Ilmo. e Exmo. Snr. D. José Luiz de / Menezes, Conde de Valadares, Gor. e / Cappm. General da Capitania de Minas / Gerais e etc. / Por / Cláudio Manoel da Costa, Bacharel Formado / na Faculdade de Cânones; Acadêmico da / Academia Litúrgica de Coimbra, e Creado / pela Arcádia Romana Vice Custode da Colô- / nia Ultramarina com o nome de Glauceste / Satúrnio e etc.”; como consta e se vê na fôlha de rosto do manuscrito do “*Parnaso Obsequioso*”.

Vale, também, assinalar interessante trecho da dedicatória das “*Obras Poéticas / que / na Academia que se juntou na Sala / do Ilmo. e Exmo. Snr. D. José Luiz / de Menezes Conde de Valadares, por / ocasião de felicitar a posse que havia tomado do govêrno da Capitania / das Minas-Gerais / Escreveu, e recitou / Cláudio Manoel da Costa, etc.*”, em seu original estilo grandiloquo e eloqüente, acen- tuadamente encomiástico ao jovem governador. Ei-lo: “Vemos em

V. Excia, um espírito cheio de afabilidade, assistido de uma penetração vivíssima; magnífico, liberal, piedoso; vemos as provas com que deu a conhecer o seu illustre coração; a sua índole, os seus dotes; na assistência que fêz ao Real Hospital de Lisboa, na ética com que regulou os seus passos entre as políticas da côrte; na resolução com que se portou na testa dos inimigos, no amor que sempre teve à virtude, no esforço com que fugiu aos vícios e aquella quase prodigiosa estrada por que caminha V. Excia.; não havendo dado a conhecer nem ainda nos tenros anos o menor descaminho.”

* * *

Há razões ponderosas que autorizam a crer se reunissem, então, os *Árcades*, no próprio palácio do Governador e Capitão-Geral; que seria o *Custódio*, vale dizer, o presidente, sob o arcádico epíteto de *Pastor Dalizo*; sendo, Cláudio, o *Vice-Custódio*.

Para isso, há que atentar para certo lanço de um discurso de Cláudio na Academia, ao dizer: “Ah! Se o nome de Dalizo, que veio hoje indultado do misterioso dia, que consagramos à Pastora Lucinda; se êste nome se colocara na frente desta sociedade amabilíssima com o soberano título de Protetor da nascente Colônia Ultramarina; quanto igualaremos na felicidade àqueles pastôres da Romana *Árcadia*? Talvez ela se não envergonhara então de haver repartido para tão remotos climas o esplendor luminoso da sua República.”

É, a nosso ver, de extrema clareza êsse trecho, confirmado, ainda, por inteiro, pelas estrofes 187 a 193 da *Primeira* das famosas “*Cartas Chilenas*”, das quais mais adiante trataremos, e que assim contam :

“Ajuntavam-se os grandes desta terra,
À noite, em casa do benigno Chefe,
Que o govêrno largou. Aqui, alegres,
Com êle se entretinham largas horas
Depostos os melindres da grandeza,
Fazia a humildade os seus deveres
No jôgo, e na conversa deleitosa.”

João Ribeiro, na “Carta ao Sr. José Veríssimo sôbre a vida e as obras”, longo prefácio às “*Obras Poéticas*” de Cláudio Manoel da Costa, diz que: “No cargo de Secretário do Govêrno serviu o poeta de 1762 a 1765, nomeado pelo Conde de Bobadela, e ainda no tempo do Governador Luiz Diogo Lobo da Silva, em cuja companhia realizou dilatadas viagens pelo sul da capitania. Parece que no cargo deu

provas de excelente funcionário, porque apenas alguns anos depois, no govêrno seguinte, que foi o do Conde Valadares, foi chamado de nôvo a exercer o mesmo cargo, que ocupou de 1769 a 1773.”

Eis pois, ao que nos parece, porque, de tal convívio mais estreito nascia a COLÔNIA ULTRAMARINA, concomitantemente ao desabrochar de altas e elevadas manifestações arcádicas.

* * *

Mas, os felizes tempos do Conde de Valadares, o *Pastor Dalizo*, se foram.

Encontramo-nos, agora, no decênio de 1780, quando “governava a Capitania das Minas Gerais, com todo o pêsso de sua autoridade, o Capitão-General Luiz da Cunha Menezes e o vexame em que trazia os povos pela sua opressão tornava ainda mais desejada a emancipação política, e com ela a aquisição de todos os direitos civis”; como registra, Joaquim Norberto de Sousa Silva, em sua “História da Conjuração Mineira”.

Foi, então, quando surgiram as *Cartas Chilenas*: “Em que se contam os sucessos de todo o govêrno de Fanfarrão Minésio, General do Chile. Escritas na língua castelhana pelo Poeta Critilo. Traduzidas em portugûes e dedicadas aos Grandes de Portugal por um Anônimo”.

“Literariamente, diz Afonso Arinos de Melo Franco, as *Cartas Chilenas* constituem uma sátira admirável, colorida, exata, denotando no seu autor frescura de estro, cultura geral, preparo jurídico, domínio da língua, espírito público, conhecimento dos fatos, energia no ataque. A nosso ver superior por êste conjunto de qualidades, às sátiras escritas, mais ou menos na mesma época, por Nicolau Tolentino, Cruz e Silva, Francisco de Melo Franco e Agostinho de Macedo.” E, acrescenta: “Històricamente... são a expressão de documentados excessos de um sátrapa, servindo, também, de meio de escapamento a antigas mágoas e justas críticas, que se levantavam contra os governadores régulos, no seio de um povo indefeso e distante.”

Pedro Calmon, na sua “*História do Brasil*”, a propósito dos poetas da chamada “Escola Mineira”, assim se expressa: “Bastariam as *Cartas Chilenas* para dar-lhes especial destaque, no conjunto das fôrças revolucionárias que se aglutinavam e definiam na colônia. Quem as escreveu. E teriam um só autor? A modo das *Cartas Persas*, de Montesquieu, o seu fim satírico era uma pintura grotesca e flagelante dos costumes corruptos de Vila Rica, governada pelo brutal *Fanfarrão Minésio*, ou seja Luiz da Cunha Menezes. Não exploram o

nativismo como idéia. Podiam ser de um português, embora desdenhassem do adventícios, dos aventureiros. Censuram os desmandos da autoridade, áspera e caprichosa; ridicularizam-na; e a combatem. Como literatura política, o século não criou nada melhor no Brasil: reivindicando a causa do povo, contra o opressor, a equidade contra o arbítrio, a decência contra os desatinos do tiranete :

“... um louco chefe
O poder exercita do monarca,
E os súditos não devem nem fugir-lhe.
Mas, caro Doroteu, um chefe dêstes
Só vem para castigo de pecados
Nem tirar-lhe da mão a injusta espada.”

Quanto ao ano exato em que foram escritas essas *CARTAS*, variam as opiniões de Luís Adolfo de Varnhagen, Tito Lívio de Castro, Xavier da Veiga, Sílvio Romero, Alberto de Faria, Caio de Melo Franco e Afonso Arinos de Melo Franco; acordes todos, porém, com a década de 1780, depois de 1783, quando da posse do *Fanfarrão Minésio*.

* * *

Com referência, contudo, ao problema de atribuição, a tese é mais séria; tendo já sido, sua autoria, dada a Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga.

Sílvio Romero as considera como sendo dêste último, quer dizer de Alvarenga; a quem, igualmente, conferira, a princípio, em 1850, Varnhagen, passando, só posteriormente em 1867, a reputá-las obra de Cláudio. Neste sentido, a opinião de Caio de Melo Franco, em “*O Inconfidente Cláudio Manoel da Costa — O Parnaso Obsequioso*”, julgando êste poeta como autor das *CARTAS*, é assaz interessante; e, que chegou, mesmo, a ser compartilhada, em dado momento, por Rodolfo Garcia, Ronald de Carvalho, Luís Camilo de Oliveira Neto e Manuel Bandeira.

A atribuição a Tomás Antônio Gonzaga, que seria, em consequência, o famoso *Critilo*, isto é, o *Crítico*, a partir do estudo de Afonso Arinos de Melo Franco, empolgou a opinião geral; podendo-se dizer, quase sem medo de errar, que foi, dest’arte, de vez, encontrada a verdadeira autoria.

Ainda exaustivo trabalho de crítica e pesquisa, realizado pelo eminente filólogo português, Manoel Rodrigues Lapa, após acuradas,

pacientes e profundas investigações, grande parte das quais entre nós, também, conclui em considerá-las como obra de Tomás Antônio Gonzaga. Parece, pois, encontra-se definitivamente resolvido o problema da autoria das famosas *CARTAS CHILENAS*.

* * *

Seria, neste momento, assaz interessante, apresentar um estudo bio-bibliográfico, mais ou menos detalhado, de cada um dos *Árcades*, já citados, que constituíram a denominada “Escola Mineira” da décima-oitava centúria; no qual, consignássemos a vida e a obra de cada um. Torna-se, entretanto, mesmo assim, êsse tentamen inexequível, já que, sobremaneira, iria alongar o âmbito da presente dissertação. Somos, por isso, obrigados, muito a contra-gôsto, embora, colocando em seus justos e devidos limites, a abordar, apenas, de relance, todavia, as inconfundíveis figuras de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Graças às bem conduzidas pesquisas documentais de Alberto Lamago, sabemos nasceu *Cláudio Manoel da Costa*, em 5 de junho de 1729, na Cidade de Mariana, num dos distritos daquela localidade das Minas Gerais denominado *Vargem*, onde residiam seus pais: João Gonçalves da Costa e D. Teresa Ribeiro de Alvarenga.

Das suas recordações, sempre vivas e perenes, do torrão natal, a *Episcopal Mariana*, o primitivo *Arraial do Ribeirão do Carmo*, deixou-nos êle mostra na “Fábula do Ribeirão do Carmo”, da qual assinalamos o início:

“Aonde levantado
Gigante, a quem tocara,
Por decreto fatal de Jove irado,
A parte extrema, e rara
Desta inculta região, vive Itamonte,
Parto da terra, transformado em monte;
De uma penha, que espôsa
Foi do invicto Gigante,
Apagando Lucina a luminosa,
A lâmpada brilhante,
Nasci; tendo em meu mal logo tão dura,
Como em meu nascimento a desventura.”

Muito jovem, inicia, logo, “a gramática e estudos de latinidade, como ainda informa Alberto Lamago, debaixo da proteção de seu tio

o Dr. Frei Francisco Vieira, Opositor que foi na Faculdade de Coimbra, depois Procurador Geral da Religião da Santíssima Trindade no Estado do Brasil. Assistiu os primeiros quatorze ou quinze anos em Vila-Rica de Ouro-Prêto; passou a estudar filosofia no Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro; embarcou na era de 49 para Lisboa: formou-se em Coimbra na Faculdade de Cânones, em que lhe foi presente o Sr. Cristóvão de Almeida. Na era de 53 para 54 se recolheu à sua pátria, onde viveu no exercício de advogado: com assistência em Vila-Rica de Ouro-Prêto.”

É interessante, também, ajuntar que, na Universidade de Coimbra, defendeu tese cuja dedicatória é deduzida de versos de Virgílio.

Denunciada a *Inconfidência*, da qual fôra um dos mais eminentes próceres, na madrugada de 25 de maio de 1789, foi à casa de Cláudio, em Vila-Rica, cercada por uma escolta, sob o comando do Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho. Achava-se o poeta, doente, atacado de reumatismo, sendo prêso quando em seu leito se encontrava rezando.

Além de fundador da *ARCÁDIA ULTRAMARINA*, era Cláudio, sócio da *ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS*. Nesse sentido, conhece-se certa carta, conforme Alberto Lamêgo, que enviou “Aos Senhores Acadêmicos da Academia Brasílica dos Renascidos, na Cidade de S. Salvador, Bahia,” na qual diz, que “Quisera distintamente gratificar a cada um de V. Mecês. a preciosíssima honra de que me fizeram digno no concurso de seus votos: eu conheço os excessos da glória que êste grau me comunica; e quanto eu possa farei por dar a conhecer ao mundo, que procurarei com tôdas as minhas fôrças, não infamar a honrosa eleição de V. Mecês.”

Considerando, com justa razão, Cláudio Manoel da Costa, como o maior poeta lírico de sua época, cabe citar, dentre suas produções, além de “*O Parnaso Obsequioso*”, de que já nos ocupamos, seguindo a rota de João Ribeiro no já assinalado *Prefácio às Obras Poéticas* do vate mineiro, mais as seguintes: em 1751, “*Manúsculo Métrico*,” editado em Coimbra; do qual, é de registrar, encontramos o nome assinalado das mais diversas maneiras: *Minúsculo*, *Munúsculo* e *Monósculo*. Também, um “*Romance Heróico consagrado ao Ilmo. e Rev. Sr. D. Francisco da Anunciação, sendo segunda vez confirmado na dignidade de Reitor da Universidade de Coimbra.*” Ainda em 1753, dá a luz o “*Epicédio, consagrado à saudosa memória do Rev. Sr. Frei Gaspar da Encarnação, Reformador dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra.*” Nesse mesmo ano e cidade, publica um poema: *O Labirinto de Amor*.

As "*Obras Poéticas*" foram, igualmente, editadas em Coimbra, em 1768, sob o título integral de "*Obras de Cláudio Manoel da Costa, Arcade Ultramarino, chamado Glauceste Satúrnio.*" Afora estas obras, as inéditas e até mesmo algumas das primeiras já separadamente, apareceram em pequeno número de publicações gerais, tais como a "*Coleção de Poesias Inéditas,*" no "*Parnaso*" do Cônego Januário da Cunha Barbosa; no "*Florilégio*" de Varnhagen e nas páginas da "*Revista Brasileira,*" isto é, as últimas, publicadas por Ramis Galvão.

Quanto ao poema *Vila-Rica*, "dado à luz em obséquio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por um de seus sócios correspondentes", saiu em Ouro-Prêto, em 1839-41; sendo oferecido ao irmão do herói do *Uruguai*, conforme refere Varnhagen no "*Florilégio da Poesia Brasileira;*" ainda acrescentando que "deve ser mais consultado como uma memória histórica do que como um grande monumento poético." Realmente, como se vê na *Carta Dedicatória* do próprio Cláudio, é um poema da "fundação de Vila-Rica, Capital das Minas-Gerais, minha pátria," como se pode aquilatar por seus inícios :

"Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas; onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória,
Que enche de aplauso de Albuquerque a história.

Tu pátrio Ribeirão, eu em outra idade
Deste assunto a meu verso, na igualdade
De um épico transporte, hoje me inspira
Mais digno influxo; por que entoe a lira;
Por que leve o meu manto ao clima estranho
O claro herói, que sigo, e que acompanho :
Faze vizinho ao Tejo, enfim que eu veja
Cheias as ninfas de amorosa inveja."

Certa manhã, na prisão da "Casa dos Contos", em Ouro-Prêto, onde se encontrava encarcerado, apareceu, Cláudio morto, enforcado. "Há quem pense, escreve João Ribeiro, que foi assassinado, hipótese inútil, porque o govêrno tinha então o direito de matá-lo."

Lúcio José dos Santos, na "*Inconfidência Mineira*", aventa curiosa versão, vale dizer, que teria Cláudio morrido de morte natural em sua Fazenda da Vargem do Itacolomi. Consigna, então : "Alta noite foi o poeta retirado da prisão e conduzido àquele sítio. Pessoas houve que viram alguns soldados ajudando a caminhar, pelas ruas

silenciosas de Vila-Rica, o poeta alquebrado e doente. Não julgaram perigoso o velho poeta; respeitaram a sua idade e os seus serviços e deixaram-no morrer tranquilo, no silêncio e no segredo em sua Fazenda.”

* * *

Nasceu, *Tomás Antônio Gonzaga*, na Cidade do Pôrto, em 11 de agosto de 1744. Foram seus pais o Desembargador João Bernardo Gonzaga e Teresa Jason, esta, nascida nessa mesma localidade portuguesa.

Em 1751, partiria, o Desembargador João Bernardo Gonzaga, já viúvo, para o Brasil, a fim de ocupar o cargo de Ouvidor Geral de Pernambuco, consigo levando seu filho Tomás.

Foram as primeiras letras do jovem futuro *Dirceu*, feitas na Bahia, no Colégio da Companhia de Jesus. Seguiria, empós, em 1761, viagem para Portugal a fim de cursar a Universidade de Coimbra, na qual se graduaria em Leis, no ano de 1768.

Preparou-se, em seguida, talqualmente seu pai, para a magistratura. Vemo-lo, em consequência, em 1769, Juiz de Fora em Beja. Já 3 anos depois é nomeado Ouvidor de Vila-Rica, importante cargo na magistratura local da colônia, do qual toma posse no mesmo ano.

Refere, Manuel Rodrigues Lapa — *Prefácio às Obras Completas* do poeta — que governava, então, a Capitania das Minas Gerais, “D. Rodrigo José de Menezes, um jovem Capitão-General muito atilado e geralmente benquisto pelas suas sábias medidas governativas. Gonzaga logo passou a conviver com êle, em companhia do velho amigo, parente e condiscípulo, Inácio de Alvarenga Peixoto, que residia pròpriamente em São João d’El-Rei, e de Cláudio Manoel da Costa, poeta distinto com quem logo travou relações de amizade.”

Em Vila-Rica de Ouro-Prêto, fôra, Tomás Antônio Gonzaga, habitar residência assobradada, sita na ladeira de Antônio Dias, em frente ao largo onde acabara, o *Aleijadinho*, quer dizer, Manuel Francisco Lisboa, de construir a Igreja de São Francisco de Assis. “Foi nessa casa, conta Augusto de Lima Junior em “O amor infeliz de Marília e Dirceu”, que a alma do Ouvidor, que parecia forrada de resistência aos grandes amôres, viu-se um dia prêsa de tremenda paixão, por uma donzela de 15 anos... Maria Dorotea Joaquina de Seixas... uma das filhas do Capitão de Auxiliares da Nobreza de Vila-Rica, Baltazar João Mayrink e sua mulher D. Maria Dorotea Joaquina de Seixas.”

Ei-lo, então, a descrever os encantos de sua *Marília*, como passava a cognominar sua amada, ao mesmo tempo que, a si próprio, em arcádico epíteto, se apelidava *Dirceu* :

“Mal vi o teu rosto,
o sangue gelou-se,
a língua prendeu-se,
tremi e mudou-se
das faces a côr
Marília, escuta
um triste pastor.”

E passa a cantar o fiel retrato do objeto de seus amôres :

“Os seus compridos cabelos,
Que sôbre as costas ondeiam,
São que os de Apolo mais belos;
Mas de loura côr não são.
Têm a côr da negra noite;
E com o branco do rosto
Fazem, Marília, um composto
Da mais formosa união.

Tem redonda e lisa a testa,
Arqueadas sobancelhas,
E seus olhos são uns sóis.
Aqui vence amor ao céu;
Que no dia luminoso
O céu tem um sol formoso,
E o travesso amor tem dois.

Na sua face mimosa,
Marília, estão misturadas
Purpúreas fôlhas de rosa,
Branças fôlhas de jasmim.
Dos rubins mais preciosos
Os seus beijos são formados;
Os seus dentes delicados
São pedaços e marfim.”

Profundamente enamorado da bela Maria Dorotea, passa, a seguir, o poeta a grangear o seu afeto, cortejando-a :

“Eu, Marília, não sou algum vaquero,
que viva de guardar alheio gado,
de tósco trato, de expressões grosseiro,
dos frios gelos e dos sóis queimado.
Tenho próprio casal e nêle assisto;
dá-me vinho, legume, fruta, azcote;
das brancas ovelhinhas tiro o leite,
e mais as finas lãs, de que me visto.

Graças, Marília bela,
graças à minha estrêla !

Mas tendo tantos dotes de ventura,
só apreço lhes dou, gentil pastôra,
depois que o teu afeto me segura
que queres do que tenho ser senhora.
É bom, minha Marília, é bom ser dono
de um rebanho, que cubra o monte e prado;
porém, gentil pastôra, o teu agrado
vale mais que um rebanho e mais que um trôno.

Graças, Marília bela,
graças à minha estrêla” !

Passou-se algum tempo, cedendo, afinal, a família de sua bela; até que, “numa noite de junho de 1786, o solar dos Ferrões iluminara-se festivamente. Na grande sala de receber, encontravam-se os nomes mais ilustres da nobreza civil, militar e eclesiástica da capitania. As mais lindas e perfumadas flôres dos jardins de Vila-Rica enchiam os grandes jarrões de porcelana chinesa, postos sôbre consolos entre candlabros. Marília cercada de seus parentes e amigos, aguardava a hora da chegada de Tomás Gonzaga, que perante a fina sociedade ali reunida, faria, por seus padrinhos, o pedido oficial de casamento, cujo assentimento seria de pronto comunicado aos presentes.”

Neste entrementes se anuncia a chegada de Gonzaga, que vinha acompanhado de seus amigos Dr. Cláudio Manoel da Costa, Francisco Gregório Pires Montciro Bandeira, João Rodrigues de Macedo e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Chegara, para o poeta apaixonado, o supremo momento de sua vida.

E marcou-se a data do casamento; apressando-se, todavia, o noivo, em obter a necessária licença régia para efetuá-lo.

Nesse ínterim, entretanto, assumira o alto cargo de Governador e Capitão-General das Minas Gerais, D. Luiz Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Visconde de Barbacena. Dotado de rara cultura e inteligência, formado em filosofia e leis, era, também, um cientista de escol; pois substituíra, o célebre Vandelli, na Cátedra de História Natural na Universidade Conimbricense. Espírito brilhante, era membro fundador da “Academia Real das Ciências de Lisboa”.

Houvera sido, então, Gonzaga, por decreto-real, da Senhora D. Maria I, nomeado Desembatgador da Relação da Bahia, para onde, em breve, deveria partir.

Mas, já se estendera, pela capitania, a sombra da *Inconfidência*; e, Tomás Antônio Gonzaga, um dos implicados, é, na noite de 23 de maio de 1789, arrancado do leito por uma escolta, sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Antônio Rebelo.

Prêso, algemado sôbre um cavalo, entre soldados, partiria, para sempre, de Vila-Rica; sem que, nem sequer, lhe fôsse permitido falar à sua Marília.

Chegando ao Rio foi metido em tenebroso calabouço da Fortaleza da Ilha das Cobras, na maior incomunicabilidade.

Descrevendo os seus tormentos, com o pensamento voltado para sua amada diz :

“Nesta triste masmorra,
De um semi-vivo corpo sepultura,
Inda, Marília, adoro
A tua formosura
Amor na minha idéia te retrata,
Busca, estremoso, que eu assim resista
À dor imensa que me cerca e mata.”

Certo dia, gentil pássaro se pos a pipilar, suavemente, próximo à janela gradeada de sua prisão; o poeta, com o espírito pôsto, então, em sua amada, escreve êstes suaves versos :

“Meu sonoro passarinho,
Se sabes de meu tormento,
E buscas dar-me, cantando,
Um doce contentamento,

Ah ! não cantes mais, não cantes
Se me queres ser propício;
Eu te dou em que me faças
Muito maior benefício :

Ergue o corpo, os ares rompe,
Procure o pôrto da Estrêla
Sobe a serra e se cansares,
Descança num tronco dela.

Toma de Minas a estrada,
Na Igreja Nova, que fica
Ao direito lado e segue
Sempre firme à Vila-Rica.

Entra nesta grande terra,
Passa uma formosa ponte,
Passa a segunda, a terceira,
Tem um palácio defronte.

Êle tem ao pé da porta
Uma rasgada janela
É da sala aonde assiste
A minha Marília bela.

Para bem a conheceres,
Eu te dou os sinais todos
Do seu gesto, do seu talhe,
Das suas feições e modos.

O seu semblante é redondo,
Sobrancelhas arqueadas,
Negros e finos cabelos,
Carnes de neve formadas.

A bôca risonha e breve,
Suas faces côr de rosa,
Numa palavra, a que vires,
Entre tôdas mais formosa.

Chega, então a seu ouvido,
Dize que sou quem te mando,
Que vivo nesta masmorra,
Mas se alívio, penando.”

Prêso fica, ainda, Tomás Antônio Gonzaga, até 17 de abril de 1792, quando lhe é lido, juntamente com os de seus companheiros, o Acórdão da Alçada, condenando-o a degrêdo perpétuo em Angola. É, porém, essa pena comutada para 10 anos, mas, em Moçambique.

Já em terras africanas, aloja-se, Gonzaga, na casa residencial de negociante português Alexandre Roberto Mascarenhas.

A miúde escrevia êle para o Brasil, a amigos seus; sendo curioso assinalar foi, precisamente em uma dessas missivas, a dirigida ao Dr. Antônio Ferreira França, na qual o trata de *prezado amigo*, que aborda tema assaz interessante e controvertido.

Alberto Faria, autor de "*Acendalbas*", foi quem, em primeira mão, a divulgou, no prefácio da sua "*Marília de Dirceu*"; sendo, posteriormente, citada por diversos outros autores. Do contexto, dessa epístola e sua necessária interpretação, um dia, se Deus nos der saúde e vida, haveremos de tratar. Mas... como diria Kipling, isto já é outra história...

Como adinículo, vale, ainda, acrescentar que, em 9 de maio de 1793, na Igreja da Sé, Matriz de Moçambique, em África, ligava-se, o terno e poético apaixonado de Marília, pelos sagrados laços do himeneu, a uma jovem de 19 anos, filha do homem que lá o hospedara: D. Juliana de Souza Mascarenhas.

Como remate a êste assunto, digno de atenção é consignar que viveu, Marília desde essa época até 31 de agôsto de 1804, já então com 30 anos de idade, em companhia de sua irmã mais nova: D. Emerenciana de Seixas, de 26 anos, na casa de seu tio, o Tenente-Coronel João Carlos Xavier da Silva Ferrão, na qualidade de *Agregados*; conforme consta no recenseamento efetuado nessa data — 31 de agôsto de 1804 — em Vila-Rica, sob a denominação de "*Lista dos Habitantes do Distrito de ... do qual é Capitão ...*" Situava-se, o Solar dos Ferrões, no Distrito de Antônio Dias, constando, no entanto, nesse recenseamento, como no Distrito do Alto da Cruz.

São, tais revelações, oriundas de recente pesquisa documental do "Arquivo da Casa dos Contos", de Ouro-Prêto, efetuada por Herculano Matias.

* * *

Inácio José de Alvarenga Peixoto nasceu na Cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1743 e 1748, não se sabendo, ao certo, quando.

Era filho de Simão de Alvarenga Braga e D. Ângela Micaela da Cunha, conforme êle mesmo declarou no primeiro interrogatório, a que foi submetido, na *Devassa da Inconfidência Mineira*.

Surgiu, faz alguns anos, certa controvérsia, por parte de alguns autores, no que toca ao seu sobrenome "Peixoto"; como, por exemplo, ocorreu com Joaquim Norberto de Souza e Silva, em sua "*História da Conjuração Mineira*", na qual admite que, os pósteros, o chamaram *Alvarenga Peixoto* para diferenciá-lo, não só de Lucas José de Alvarenga, mas e principalmente, de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, também pertencente à *Arcádia Ultramarina*, na qual usava o poético epíteto de *Alcindo Palmireno*, famoso autor de uma série de poemas eróticos, denominada "*Glaura*".

É de ajuntar que, Lúcio José dos Santos, em "*A Inconfidência Mineira*", aceita essa versão como verdadeira, no que é contestado, porém, por José Pedro Xavier da Veiga, que, nas "*Efemérides Mineiras*", assim se expressa: "Possuímos cartas e outros documentos autógrafos do inditoso e ilustre inconfidente, sempre com a assinatura: *Inácio José de Alvarenga*, até o ano de 1785; e, invariavelmente, com a assinatura: *Inácio José de Alvarenga Peixoto*, dos fins do ano de 1785 a 1789, até pouco antes de sua prisão."

É, essa opinião do eminente historiador mineiro, na atualidade, inteiramente comprovada, graças, mais uma vez, às pesquisas de Herculano Matias, no "*Arquivo da Casa dos Contos*", de Ouro-Prêto.

Em sua cidade natal, o Rio de Janeiro, fêz, Alvarenga, seus estudos preparatórios, no Colégio da Companhia de Jesus. Daí passou para a Universidade de Coimbra; onde, "a facilidade, a graça e a gentileza com que se exprimia — escreve Joaquim Norberto — concorreram para que fizesse brilhante leitura do Desembargo do Paço, pelo que mereceu ser despachado Juiz de Fora de Sintra, onde serviu os três anos de praxe."

Por haver perdido seu pai, "regressou ao Rio de Janeiro, em 1776 — como assinala Augusto de Lima Junior, na "*Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais*", já consagrado nos conventículos literários de Lisboa como Árcade com o apelido de *Eureste Fenício*, sendo nomeado Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes. Liquidando todos os seus negócios no Rio de Janeiro, adquiriu propriedades em Minas, onde construiu fazendas, engenhos de açúcar e de mincirar, formando uma das maiores fortunas do seu tempo... Dois anos depois da sua chegada a Minas, casou-se com Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, de abastada família paulista, re-

sidente na Vila de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha, onde possuía lavras muito rendosas.”

A ela, dama dotada dos mais elevados sentimentos de altivez e dignidade, haveria, mais tarde Alvarenga, no cárcere da Ilha das Cobras, de dedicar os formosos versos :

“Bárbara bela,
Do norte estrêla,
Que o meu destino
Sabes guiar
De ti ausente
Triste sòmente
As horas passo
A suspirar.

Por entre as penhas
De incultas brenhas
Cansa-me a vista
De te buscar;
Porém não vejo
Mais que o desejo,
Sem esperança
De te encontrar.

Eu bem queria
A noite e o dia
Sempre contigo
Poder passar;
Mas orgulhosa
Sorte invejosa,
Desta fortuna
Me quer privar.

Tu, entre os braços,
Ternos abraços
Da filha amada
Podes gozar;
Priva-me a estrêla
De ti e dela
Busca dois modos
De me matar !”

Dêsse enlace lhe adviriam quatro filhos, dos quais, fôrça é destacar, Maria Efigênia, a quem, na intimidade do lar, chamavam *Princesa do Brasil*; e, à qual dedicaria acentuada afeição. A ela, em 1786, ao completar seus sete anos de idade, dedicaria, o poeta, um de seus mais famosos e ternos sonetos :

“Amada filha, é já chegado o dia
Em que a luz da razão, qual tocha acesa,
Vem conduzir a simples natureza,
É hoje que o teu mundo principia.

A mão, que te gerou, teus passos guia,
Despreza ofertas de uma vã beleza,
E sacrifica as honras e a riqueza
Às santas leis do filho de Maria.

Estampa na tu'alma a caridade,
Que amar a Deus, amar aos semelhantes,
São eternos preceitos da verdade.

Tudo o mais são idéias delirantes;
Procura ser feliz na eternidade,
Que o mundo são brevíssimos instantes.”

Foi, ainda, nessa mesma época nomeado Coronel Comandante do Corpo de Cavalaria Auxiliar da Comarca do Rio das Mortes, ao qual, extremadamente, se dedicou, chegando a fardar e armar, à sua própria custa, todos os seus soldados. Trocou, assim, o “título que lhe dava o diploma acadêmico pelo que lhe conferia a patente militar; e, desde então, tornou-se conhecido pelo Coronel Inácio José de Alvarenga.”

De sua mui extensa obra poética, nos inícios, é de consignar que, ao regressar da Europa à cidade que lhe fôra berço, escreveu um drama em verso: “*Enéias no Lácio*”; traduzindo, igualmente, “*Merope*”, de Cipião Maffei; trabalhos todos que, infelizmente, se perderam.

Sabe-se, como aliás informa Lúcio José dos Santos, que freqüentemente visitava Alvarenga a capital das Minas, Vila-Rica, onde se hospedava com seu compadre e amigo Desembargador Tomás Antonio Gonzaga, sendo costume de ambos tratarem-se de primos. Além da amizade, outro atrativo encontrava êle para sua permanência em Vila-Rica, isto é, o convívio das letras que tão intenso era entre Alvarenga, Gonzaga e o Dr. Cláudio Manoel da Costa.”

É de crer, pois, que daí advenha a razão porque, Sílvio Romero, atribuindo-lhe a autoria das *Cartas Chilenas*, escrevera: “Dos três poetas, o último — refere-se a Alvarenga — foi o que tomou parte mais ativa e entusiasta na conjuração. Quanto à natureza do seu espírito, era ainda dos três o de mais aqodamento e arrôjo, o de talento de feição mais objetiva, e por isso mais expansiva. Era o que tinha a veia cômica. Prova-o de sobejo a pequena poesia *Conselhos a meus filhos*”.

De tão familiar convivência, não tardou ver-se um dia, Alvarenga, metido em pleno conluio da conjuração mineira; tendo mesmo sugerido, para a bandeira da futura república, o lema: *Libertas quae sera tamen*, tirado dos versos de Virgílio, que substituiria outro, antes proposto por Cláudio Manoel da Costa: *Aut libertas, aut nihil*.

Eis senão quando, inteirado de denúncia feita ao Visconde de Barbacena, Governador e Capitão-General das Minas Gerais, terrível pavor apoderou-se de sua alma. “Seria difícil descrever a tempestade que desabou no ânimo do inconfidente diz Lúcio José dos Santos — Pareceu-lhe que à tamanha desgraça, só havia ainda um remédio, e êste era ir, sem detença, denunciar tudo ao Visconde de Barbacena, indicando-lhe todos os planos da conjuração e os nomes dos que nela estavam comprometidos.”

De tal ignomínia e infâmia o salva, entretanto, sua admirável e corajosa espôsa, quando, em lance da mais alta dramacidade, magnificamente retratado pelo estro esplêndido de José Maria Goulart de Andrade, altaneira, Bárbara Helidora assim se expande:

“Não! Não n’o farás! Que o teu feito derrama
Sôbre a infeliz família a pestilenta lama
Da infâmia e do perjúrio! Oh! Deseja o teu nome
Ainda que a miséria a morte pela fome
Traga, quero o teu nome imaculado e puro!

.....
... Se os teus lábios
Me tocassem depois, guardariam ressábios
De tão negra traição, e, ouve, eu teria pejo
De aceitar teu amor e dar-te dêle meu beijo!
Não! Eu te quero puro! se a desgraça vier,
Quero poder gritar: “Eu fui sua mulher,
Amei-o muito, amei-o, êle foi grande, amei-o!
Trouxe a sua cabeça achegada ao meu seio!
E quando alguém me vir na minha grande dor,

Não gritará, “Lá vai a mulher de um traidor!”
Não! Tu não dirás nada! Imagina a tormento.
Tôda a vez que eu ouvir de ti um juramento:
Enquanto o lábio teu me canté um verso lindo
Não saberei dizer se o lábio está mentindo,
E à dúvida imortal sucede-se a confiança!...
É que meu coração agora não descansa
Trabalhando esta angústia! Eu morrerei decerto,
Mas aos céus pedirei...

.....
De meu último alento, a tua liberdade,
O teu nome coroe! Ah! Não dirás palavra.
Olha, meu sangue ferve, e o desespêro lavra
No meu peito! Mas, tu não dirás...

.....
Eu apenas lamento a sorte cruenta e má
Que as arrasta comigo!
Quanto a mim...

.....
Sossega, morrerei de dor... mas a vergonha
Não tingirá meu rosto!...

Contendo-se, então, Alvarenga, “abraçou a sua consorte como sua maior amiga e beijou-a como anjo da sua guarda. Procurou uma ilusão para si e para ela, e não enxergou mais em tudo quanto se passara nos conventículos do que uma prática hipotética sôbre o que se devia fazer. Tranquilo com êste engano de sua alma, e êste raciocínio de seu espírito, adormeceu nos braços de sua espôsa. Antes nunca mais acordassem!”

Em 20 de maio de 1789, é êle prêso, em S. José d’El-Rei, por uma escolta comandada pelo Tenente Antônio José Dias Coelho, tendo, apenas, a dita de se poder despedir da família, que jamais, contudo, haveria de rever.

Transportado ao Rio de Janeiro, é logo, encarcerado nas masmorras da Ilha das Cobras; onde, com o coração torturado por pungente e constante recordação dos seus, escreveria êste inolvidável sonêto, intitulado “A Lástima”:

“Eu não lastimo o próximo perigo,
Nem a escura prisão estreita e forte;
Lastimo os caros filhos e a consorte,
A perda irreparável de um amigo.

A prisão não lastimo, outra vez digo,
Nem o ver iminente o duro corte;
É ventura também achar a morte
Quando a vida só serve de castigo.

Ah! quão depressa então acabar vira
Este sonho, êste enrêdo, esta químera,
Que passa por verdade e é mentira.

Se os filhos e consorte não tivera,
E do amigo as virtudes possuísse,
Só de vida um momento não quisera.”

* * *

Eis-nos, finalmente, chegados ao término do presente trabalho. No decurso da dissertação, outro intuito não nos moveu, senão, o de dignamente bosquejar, além do que foi a *Arcádia Ultramarina*, quer dizer, a “nascente colônia ultramarina” — como dizia o próprio autor das *Cartas Chilenas* — também, as destacadas e marcantes personalidades do movimento acadêmico-literário mineiro, da décima oitava centúria: Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga.

No debuxo panorâmico apresentado, procurados, com rápidas pinceladas embora, fazer sobressair tôda essa emprêsa de gloriosa fama, surgida nos pródornos da nossa emancipação política; e, que tenderia, necessariamente, para seu têrmo na Inconfidência. E por isso, sentimos quanto cabe, à feição e tão justamente, entoar um hino de honra e louvor à vetusta “Vila-Rica de Albuquerque”, rincão de poetas-heróis, que sonharam, um dia, para uma futura pátria livre, um porvir venturoso e feliz.

E nessa exaltação, grandiloqua e eloqüente, ninguém melhor do que o venerando poeta, Cláudio Manoel da Costa, elevou seu coração ao alto, nas estrofes magníficas com que encerrou sua altaneira epopéia à glória eterna da vetusta “Vila-Rica” :

“Emfim serás cantada, Vila-Rica,
Teu nome impresso nas memórias fica,
Terás a glória de ter dado o berço
A quem te faz girar pelo universo.”

Mário Ferreira França

BIBLIOGRAFIA

- MAX FLEIUSS — **Páginas Brasileiras**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.
- ALBERTO LAMEGO — **A Academia Brasílica dos Renascidos**, sua fundação e trabalhos inéditos, Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1923.
- ALBERTO LAMEGO — **Autobiografia e Inéditos de Cláudio Manoel da Costa**, Bruxelles, L'Édition d'Art. s/d.
- Registro da Correspondência do Marquês de Lavradio**, Cód. mss., Arquivo Nacional.
- Real Sociedade Baíense dos Homens de Letras**, mss., em **Documentos referentes à Bahia**, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- SILVIO ROMERO, **História da Literatura Brasileira**, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, Livreiro Editor, 1888, T. 1ª.
- Obras Poéticas de Cláudio Manoel da Costa**, Glaucete Saturnio, II. Garnier, Livreiro Editor, Rio de Janeiro, 1903.
- CRITILLO (TOMAS ANTÔNIO GONZAGA) — **Cartas Chilenas**, introdução e notas por Afonso Arinos de Melo Franco, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940.
- M. RODRIGUES LAPA — **As «Cartas Chilenas»**. Um problema histórico e filológico, com um prefácio de Afonso Pena Júnior, Rio de Janeiro, 1958.
- M. RODRIGUES LAPA — **Tomás Antônio Gonzaga, Poesias, Cartas Chilenas**, edição crítica de M. Rodrigues Lapa, ed. do Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1957.
- TOMAS ANTÔNIO GONZAGA — **Tratado de Direito Natural**, etc., *Ibidem*.
- LOURIVAL GOMES MACHADO — **O «Tratado de Direito Natural» de Tomás Antônio Gonzaga**, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1955.
- Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga**, edição crítica de Rodrigues Lapa, Comp. Editôra Nacional, Rio de Janeiro, 1942.
- CAIO DE MELO FRANCO — **O Inconfidente Cláudio Manoel da Costa, o Parnaso Obsequioso e as «Cartas Chilenas»**, Schimdt, editor, Rio, 1931.
- PEDRO CALMON — **História do Brasil**, Comp. Edit. Nac., 1943, 3ª vol.
- FRANCISCO ADOLFO DE VARNHANGEN — **Florilégio da Poesia Brasileira**, Publicações da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1946.
- LÚCIO JOSÉ DOS SANTOS — **A Inconfidência Mineira**, Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira, S. Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1927.
- AUGUSTO DE LIMA JUNIOR — **O Amor Infeliz de Marília e Dirceu**, Editôra «A NOITE», Rio, 1936.
- AUGUSTO DE LIMA JUNIOR — **Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais**, ed. do autor, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1955.
- J. NORBERTO DE SOUZA SILVA — **História da Conjuração Mineira**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- MANUEL INACIO DA SILVA ALVARENGA — **Glaura, Poemas Eróticos**, Imprensa Nacional, Min. da Educação e Saúde, Inst. Nac. do Livro, 1943.
- EDUARDO FRIEIRO — **O Diabo na Livraria do Cônego**, Editôra Itatiaia Limitada, Belo Horizonte, 1957.
- HAROLDO PARANHOS — **História do Romantismo no Brasil, 1500-1830**, Edições Cultura Brasileira S/A, S. Paulo, 1937.
- Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial**, por Sérgio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1952, Vol. II.
- J. M. GOULART DE ANDRADE — **Teatro**, Segunda Série. «Os Inconfidentes», H. Garnier, Livreiro-Editor, Rio de Janeiro, 1910.
- FERDINAND WOLF — **O Brasil Literário** (História da Literatura Brasileira), trad., prefácio e notas de Jamil Alamnsur Haddad, Comp. Edit. Nac., S. Paulo, 1955.

A ABERTURA DO RIO AMAZONAS AO COMÉRCIO
MUNDIAL — EM BELÉM DO PARÁ A SOLENIDADE
HISTÓRICA EM 1867

Donato Mello Júnior

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

“1.º — Convém ao Brasil conservar a navegação do Amazonas fechada a tôdas as bandeiras?”

“2.º — Caso convenha, poderá êle assim mantê-la por muitos anos?”

“3.º — Se o não pode, qual é a política preferível; empregar todos os meios a seu alcance para conservar o maior tempo possível o regime atual, ou franquear desde já a navegação, mediante algumas garantias e cautelas?”

Ministro Sérgio Teixeira de Macedo (1850)

A 7 de setembro de 1867 a cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará viveu momentos históricos de transcendência para a História do rio Amazonas, para a História do Pará e mesmo para a História do Brasil. Naquele dia Belém, pórtico da Amazonas, executava um decreto-imperial que abria, simbolicamente, ao mundo comercial a navegação pela estrada líquida do riomar. Há cem anos, solenizava-se na cidade de Caldeira de Castelo Branco a abertura do rio Amazonas ao comércio mundial, iniciando-se com isto um novo capítulo na vida econômica da Amazônia e nela se escreveu, de fato, solenemente um documento para a posteridade: o “*Alto de abertura do rio Amazonas e outros à navegação comercial de tôdas as nações amigas do Brasil*”, documento precioso com que o Brasil, abrindo mãos de seus direitos, permitiu às nações amigas o livre trânsito pelo imenso rio, Santa Maria de La Mar Dulce de Vicente Pinzon.

regulamentos p[ro]visoria e finais.

Artigo 4.º As presentes disposições, em virtude da União a el. seccao da, de que prescreverem as tratadas e regulas de navegacao e commercio com as Republicas de Euzi, e de Vincimela, conforme os regulamentos ja expedidos para esse fim.

Artigo 5.º Os meus Ministros, e Secretarios de Estado pelas repartições competentes promoverão os ajustes de que trata o artigo 3.º, e expedirão as ordens e regulamentos necessarios para a effecção, e execução, deste Decreto. Antonio Coelho de Sa e Albuquerque, que de meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assinou e tinha, e ordenado, do e faza executar.

Palacio de Rio de Janeiro, sete de Dezembro de mil setecentos e sessenta e seis quadragésimo, sexto do Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade O Imperio.

Antonio Coelho de Sa e Albuquerque, Visconde de S. Antonio, Sua Excellencia, em Nome de Sua Magestade O Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, inclinou abertos, a navegacao das bandieiras commerciaes de todas as Nações e rios Amazonas, até a fronteira de Brazil. Tocantins até Cameta, Tapajoz até Santarom, Madeira até Birba e rio Negro até Macris, seguindo se depois a correnteza da Bacia das aguas dos rios Amazonas e Tocantins até Muito Reverendo Thomaz Vigario Geral e Governador do Brazil. Antonio Coelho de Sa e Albuquerque.

Terminada a cerimonia religiosa e mundana e acto com rias e tabas de estylo, e rias abnancando seguiu aquas acima acompanhada de todas as embarcações que se achavam presentes e que não se requiridos. Corveta a helico Mathew, Comandante Capitão de Mar e Guerra Pedro Antonio Luis Ferreira, os imperios da Companhia de navegacao e commercio de Amazonas Pedro Comandante Capta de Corveta reformado José Lopes de Sa; Louro, Comandante Alvaro de Sa, de S. Francisco, e Louro, Comandante Salomão de S. Francisco, e S. Francisco, todos os tres sob o comando do Capitão de

Maria Guano, gentileza e respeito Antonio José Pereira Paul, a cargo da
 Comandancia de Intendencia portuaria de Maranhão, Antonio Mendes de
 Miranda, Joaquim Figueira da Costa Santos, e os superiores de Freguesia
 a saber: padre Francisco Juruporã, Comandante Francisco de
 Paula Liberal, Luis Conde de Orléans, e José Comandante de
 Antonio José Martins, e em nome de um freguesia de Ilha de Anapuama
 da Sua Excellencia signal de parada e no mesmo dia, e se
 cretaria para a Cidade de Belém.

E para que conste ao todo e sempre um facto de conhecimento
 e transaccão de todo para o processo e desenvolvimento das
 Provisões habilitadas pelas aquelles ditas, e para as
 Provisões commerciantes de todo, e quando mandou Sua Excellencia
 o Senhor Presidente da Provincia fazer e presente a este
 que assignado pelo mesmo Excellentissimo Senhor, pelo qual
 se achava presentes e por meio Antonio Gregorio de
 Official da Secretaria do Governo que se creou e em
 por Sr. Ferreira Tenente, Secretario interno da Provincia, e
 foi e subscrito.

Joaquim Blumstein de Lameira
 Sr. da Silva de Moraes

Almirante Sebastião Borges de Góes
 Visconde de Torres

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

Sr. da Silva de Moraes

José Bastião Lisboa
Daniel Luiz Rosa
Cari d'Arany Ponce Anin pag d'ruis.
Jacquies Barbosa Lima
P. Henrique de Lira

Antônio de Souza Imperador de Portugal

Luiz Gomes de S. Almeida

Pedro de Albuquerque Santa Rosa

Ant. Pires de Albuquerque

Martinho de Sousa Sousa Guimarães

Alvaro Pinto de Sousa Sousa

Francisco e Henrique Carreira

Luiz José de S. Costa

Tomás de S. Costa e Sousa

Alfonso de S. Costa Cabral

José Domingos de S. Costa e Sousa

Joaquim Victoriano de S. Costa

Ant. Pires de S. Costa e Sousa

Francisco de S. Costa e Sousa

José de S. Costa e Sousa

Pedro Honorato de S. Costa e Sousa

Manoel de S. Costa e Sousa

José Manuel de S. Costa e Sousa

Francisco de S. Costa e Sousa

Joaquim de S. Costa e Sousa

Ant. de S. Costa e Sousa

D. Joaquim de S. Costa e Sousa

José de S. Costa e Sousa

José de S. Costa e Sousa

Ant. de S. Costa e Sousa

Alfonso de S. Costa e Sousa

José de S. Costa e Sousa

Ant. de S. Costa e Sousa

João de Almeida Albuquerque governador do Rio de Janeiro
Cachoeira de São Paulo 17 de Junho de 1763

João de Almeida Albuquerque governador do Rio de Janeiro
Antônio José de Sousa Cavalcanti Coronel
João Francisco Gonçalves de Almeida
Alfonsinho de Almeida
Antônio de Almeida

Antônio de Almeida
Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida
Antônio de Almeida
Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida

Antônio de Almeida



Fernando Xavier de Costa Alfândega
 Antonio G. S. Alfândega
 Antonio Alfândega
 José José Alfândega
 Manoel José Alfândega
 Capitão Alfândega
 José Alfândega
 José de Lima Alfândega
 João Alfândega
 Paulo Alfândega

Não tendo concorrido mais pessoa alguma a assinar o processo, feito de ordem de S. Ex.ª o Sr. Presidente da Província assim o declarou, servindo esta declaração de termo de encerramento.

Domingos Soares Ferreira Passos
 Secretário interino da Província.

A abertura do rio Amazonas culmina todo um capítulo da nossa história econômica e diplomática, após um longo processo que envolvia interesses do Brasil, soberano de vastíssima região de riquezas suspeitadas e inexploradas, e os interesses comerciais de diversas nações.

D. Pedro II, para “engrandecimento do Império”, repetindo D. João, Príncipe Regente, em 1808, permitiu por aquêlc documento o acesso internacional à grande rêde fluvial, criando há cem anos incentivos à Amazônia, igualmente como hoje procedem os Governos do Amazonas e Pará em têrmos de planejamento e desenvolvimento.

O Decreto 3.749 de 7 de dezembro de 1866

Em 7 de dezembro de 1866 D. Pedro II, pelo Decreto 3.749 determinou a abertura do rio Amazonas ao comércio mundial. Declara o referido decreto : “No intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais e animando a navegação e comércio do rio Amazonas e seus afluentes, dos rios Tocantins e São Francisco, ouvido o meu Conselho de Estado, hei por bem decretar o seguinte :

Art.º 1.º — Ficará aberta desde o dia sete de setembro de mil oitocentos e sessenta e sete aos navios mercantes de tôdas as nações a navegação do rio Amazonas até a fronteira do Brasil, do rio Tocantins até Cametá, do rio Tapajós até Santarém, do Madeira até Borda e do rio Negro até Manaus”.

Em outros artigos o mesmo decreto abre à navegação internacional o rio São Francisco e trata do assunto em relação aos países limítrofes.

À grande figura de Aureliano Cândido Tavares Bastos se deve a efetivação do decreto imperial da Abertura do Rio Amazonas, numa campanha de muitos anos. Após percorrer e estudar a região amazônica, debater e escrever defendendo a tese da Abertura, conseguiu êle apoio, às suas idéias, de vultos como os do Visconde de Sinimbu, Senador João Luís Vieira Cansanção do Sinimbu, do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, de José Antônio Pimenta Bucno e de outros.

Foi no Gabinete de 3 de agosto de 1866, sendo Presidente do Conselho Zacarias de Gois e Vasconcelos, que culminou a idéia liberal da Abertura.

B

1344

1811

1812

1813

1814

1815

1816

1817

1818

1819

1820

1821

1822

1823

1824

1825

1826

1827

1828

1829

1830

1831

1832

1833

1834

1835

1836

1837

1838

1839

1840

1841

1842

1843

1844

1845

1846

1847

1848

1849

1850

1851

1852

1853

1854

1855

1856

1857

1858

1859

1860

1861

1862

1863

1864

1865

1866

1867

1868

1869

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

1901

1902

1903

1904

1905

1906

1907

1908

1909

1910

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931

1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

2100

2101

2102

2103

2104

2105

2106

2107

2108

2109

2110

2111

2112

2113

2114

2115

2116

2117

2118

2119

2120

2121

2122

2123

2124

2125

2126

2127

2128

2129

2130

2131

2132

2133

2134

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

2143

2144

2145

2146

2147

2148

2149

2150

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167

2168

2169

2170

2171

2172

2173

2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

2185

2186

2187

2188

2189

2190

2191

2192

2193

2194

2195

2196

2197

2198

2199

2200

2201

2202

2203

2204

2205

2206

2207

2208

2209

2210

2211

2212

2213

2214

2215

2216

2217

2218

2219

2220

2221

2222

2223

2224

2225

2226

2227

2228

2229

2230

2231

2232

2233

2234

2235

2236

2237

2238

2239

2240

2241

2242

2243

2244

2245

2246

2247

2248

2249

2250

2251

2252

2253

2254

2255

2256

2257

2258

2259

2260

2261

2262

2263

2264

2265

2266

2267

2268

2269

2270

2271

2272

2273

2274

2275

2276

2277

2278

2279

2280

2281

2282

2283

2284

2285

2286

2287

2288

2289

2290

2291

2292

2293

2294

2295

2296

2297

2298

2299

2300

2301

2302

2303

2304

2305

2306

2307

2308

2309

2310

2311

2312

2313

2314

2315

2316

2317

2318

2319

2320

2321

2322

2323

2324

2325

2326

2327

2328

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342

2343

2344

2345

2346

2347

2348

2349

2350

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381

2382

2383

2384

2385

2386

2387

2388

2389

2390

2391

2392

2393

2394

2395

2396

2397

2398

2399

2400

2401

2402

2403

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

2428

2429

2430

2431

2432

2433

2434

2435

2436

2437

2438

2439

2440

2441

2442

2443

2444

2445

2446

2447

2448

2449

2450

2451

2452

2453

2454

2455

2456

2457

2458

2459

2460

2461

2462

2463

2464

2465

2466

2467

2468

2469

2470

2471

2472

2473

2474

2475

2476

2477

2478

2479

2480

2481

2482

2483

2484

2485

2486

2487

2488

2489

2490

2491

2492

2493

2494

2495

2496

2497

2498

2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

2510

2511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

2519

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

2530

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537

2538

2539

2540

2541

2542

2543

2544

2545

2546

2547

2548

2549

2550

2551

2552

2553

2554

2555

2556

2557

2558

2559

2560

2561

2562

2563

2564

2565

2566

2567

2568

2569

2570

2571

2572

2573

2574

2575

2576

2577

2578

2579

2580

2581

2582

2583

2584

2585

2586

2587

2588

2589

2590

2591

2592

2593

2594

2595

2596

2597

2598

2599

2600

2601

2602

2603

2604

2605

2606

2607

2608

2609

2610

2611

2612

2613

2614

2615

2616

2617

2618

2619

2620

2621

2622

2623

2624

2625

2626

2627

2628

2629

2630

2631

2632</



D. Pedro II — Óleo de Poluceno Silva

No Arquivo Histórico do Itamarati (Correspondência - Código 306=2-1), encontramos o registro de um expediente do Deputado e Ministro da Pasta de Estrangeiros Martim Francisco Ribeiro de Andrade, de 14 de agosto de 1866, dirigida a Zacarias de Gois — “Submetendo o Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado sobre a abertura do Amazonas, com um projeto do respectivo decreto. Dêle resultou o decreto n.º 3.749 sacramentado com os autógrafos de D. Pedro II e do Senador e Ministro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque.

Em 1966, divulgamos em aula ⁽¹⁾, pela imprensa ⁽²⁾ e na I Reunião Paraense de Professores de História ⁽³⁾, a importância deste fato histórico, lembramos à proximidade de dois centenários e sugere-

rimos algumas comemorações. Não encontramos ou não lemos, naquela ocasião, referências aos dois centenários, o do decreto e o da solenidade em Belém, razão de os divulgarmos então.

Portugal conseguira, à custa de esforços inauditos, deslocar o meridiano de Tordesilhas, ampliando ambiciosamente seus domínios pela vastíssima planície amazônica sob o olhar complacente da Espanha que preferia as ricas alturas andinas. Os portugueses, com sua capacidade colonizadora nos trópicos, planejaram e executaram uma rede de fortificações que lhes permitiu defender-se das ambições inglesas, holandesas, francesas e espanholas (4). E para sua melhor defesa zelou ciumentamente pela Colônia, mantendo-a praticamente isolada das outras nações durante os séculos XVII e XVIII. Só com a abertura dos portos, em 1808, começou o Brasil Colônia a ter contatos com os outros países.

Com Pinzon que sulcara um mar de águas doces, com a viagem infeliz de Diogo de Lepe, com Pedro Martyr d'Anghiera, divulgador de Pinzon, começam as lendas do gigante fluvial inicialmente conhecido como Marañon. Em meados do século XVI, a imaginação dos colonizadores espanhóis cria a lenda do "El Dorado" após as aventuras dos irmãos Pizarro e Francisco de Orellana, este último responsável pelas famosas Amazonas, por êle testemunhadas e que dariam o nome ao fantástico rio.

Francisco Caldeira de Castelo Branco plantará estrategicamente Belém como sentinela avançada do imenso domínio e Pedro Teixeira sobe o Amazonas, chega a Quito e volta a Belém. Impossibilitado de explorar o mundo amazônico, Portugal, entretanto, consegue manter política de portas fechadas e permite em sua expansão a obra magnífica das missões religiosas, dos bandeirantes, dos engenheiros militares e dos capitães-generais.

La condamine (1745), Bernardo Berredo (1749), Padre João Daniel (1767), Monteiro de Noronha (1778) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), iniciam o conhecimento científico, econômico e histórico da Amazônia (5) conhecimento que será desmesuradamente ampliado pelas missões científicas do século XIX em que brilham as contribuições documentárias e bibliográficas de Humboldt, de Spix e Martius, de d'Orbigny, de Adalberto da Prússia, de Castelnau, de Tardy de Montravel, de Wallace, de Bates, de Agassiz e muitos outros estrangeiros (6), acrescidas das explorações de cientistas e cronistas pátrios tais como Antônio Ladislau Monteiro Baena (7), José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, Couto de Magalhães, Domingos Soares Ferreira Penna e outros mais (8).

A Europa, informada pelas lendas e pela bibliografia científica ou literária, interessava-se por suas potencialidades econômicas. Mais tarde os Estados Unidos sentiram a mesma atração. Paralelamente à curiosidade científica, a Amazônia despertou a “Cobiça Internacional”, expressão do especialista de assuntos amazônicos, Arthur Cezar Ferreira Reis, autor de um livro que focaliza realísticamente a evolução histórica do interesse internacional, principalmente nos meados do século XIX e onde um dos capítulos se intitula “Expedições científicas escondiam propósitos e outro “A Navegação do Amazonas” (9).

Os Estados Unidos e a Inglaterra particularmente se interessaram pela abertura do rio Amazonas. Em 1850 o tenente norte-americano Matthew Fontaine Maury (10) inicia uma campanha pelos jornais, pleiteando a alteração da política de porta fechada mantida pelo Brasil e exposta depois em seus livros: — “The Amazon River and Atlantic slopes of South America”, Washington, 1953 e “El rio Amazonas, las regiones que formam su hoya y las vertientes atlanticas de Sud America, La Paz, 1854.

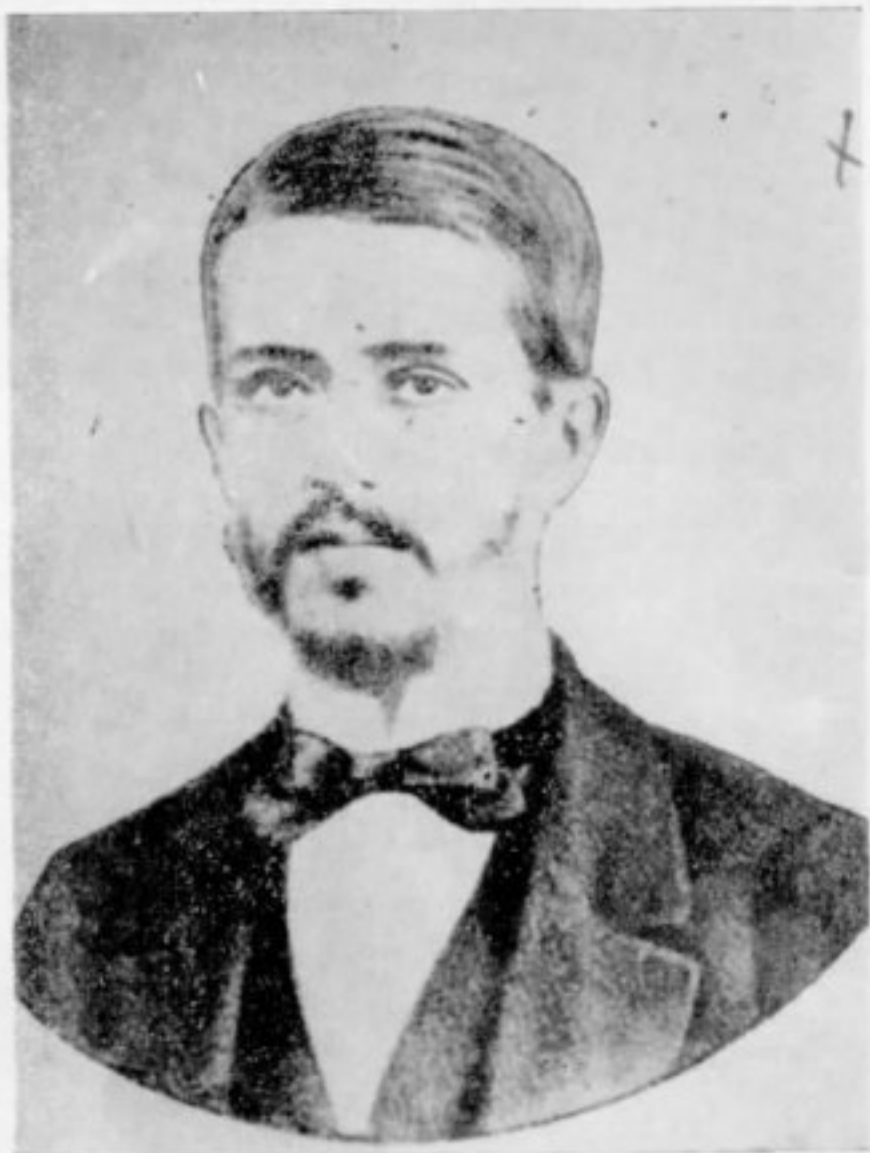
Conforme Cezar Reis (opus. cit., págs. 84 e 85) Pedro de Angelis no trabalho “De la navigation de l’Azazone” (Montevideu) e João Batista de Castro Morais Antas in “O Amazonas; Breve resposta à memória do Tenente de armada americana F. Maury sobre as vantagens de livre navegação do Amazonas”, “divulgaram o pensamento oficial brasileiro, defenderam-no, sustentando a sem razão das alegações contrárias”.

Em Washington, nosso Ministro, Sérgio Teixeira de Macedo, sentiu diretamente a opinião norte-americana contrariada pela diplomacia brasileira do Rio de Janeiro. Sentindo de perto o problema, Teixeira de Macedo aos poucos convenceu-se e justificou uma atitude de acordo que pudesse satisfazer ambas as partes.

Encabeçamos nossa crônica com três perguntas de Teixeira de Macedo, dirigidas ao Governo Imperial e que sintetizam suas idéias naquela época. Fazem elas parte do texto de um longo informe reservado, datado de 14 de novembro de 1850 e dirigido ao Ministro Soares de Souza, documento hoje no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis (11). É um relato fiel do problema e êle enfrenta realísticamente a opinião contrária de parte da política imperial que reagirá ainda por longos anos. A diplomacia norte-americana no Rio de Janeiro não desanimou e a 31 de outubro de 1853 o novo Ministro, — Mr. W. Trousdale, apresentou um pedido formal ao Governo do Império (12).



Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Conselheiro, Senador,
Ministro e Secretário de Estado. Referendou o decreto 3749
de 7 de dezembro de 1866.



Aureliano Cândido Tavares Bastos. Foto publicada na "História do Brasil" de Pedro Calmon, vol. 5, pág. 1931. Durante alguns anos liderou a campanha pela Abertura do Amazonas.

O Senador Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, Ministro da Seção dos Negócios Estrangeiros, em sessão do Conselho de Estado de 17 de janeiro de 1854, apresentou um relatório reservado ⁽¹³⁾. Diz o documento, extensamente argumentado, em certa altura: "A Seção foi informada de que o atual Ministro dos Estados Unidos nesta Côrte, Mr. Trousdale, em conferência verbal insistiu pela abertura do rio Amazonas, declarando que era opinião do seu Govêrno que os ribeirinhos apenas tinham o direito de regular o uso da navegação dos rios que possuem em comum, não podendo excluir dela as demais nações, visto que os grandes rios deviam ser considerados como outros tantos mares abertos pelo direito natural ao comércio do mundo. Mr. Trousdale não declarou os fundamentos

dêste nôvo estranho direito de que o seu Govêrno não mostrou ter idéia nas renhidas e minuciosas discussões que tem tido sôbre êstes assuntos. A Seção não pode descobrir êstes fundamentos e entende que a continuar a insistência do ministro americano lhe deverá ser de forma oficial a fim de entrar no seu exame e discussão regular". Nosso Govêrno Imperial a 13 de setembro de 1854 respondeu : Não.

Simultâneamente a Inglaterra pleiteou a tese norte-americana, a 23 de novembro do mesmo ano por intermédio do Ministro inglês H. F. Howard (14). Coerente o Govêrno também respondeu pela negativa.

O problema diplomático perduraria por mais treze anos ainda. Curioso notar que a política paraense defendeu mais tarde, no Parlamento, a abertura do rio Amazonas. Tito Franco de Almeida, Domingos Antônio Raiol, Aureliano Cândido Tavares Bastos, Francisco Carlos de Araújo Brusque, o Visconde de Souza Franco e outros foram os defensores, conforme nos esclarece o historiador do rio Amazonas, Henrique Santa Rosa (15).

Nesta ocasião, a bancada paraense consegue aos poucos pesar sua opinião e influir numa nova interpretação do problema (16).

Entre 1862 e 1864 o Barão de Ladário, Capitão-de-Fragata José da Costa Azevedo, dirige o levantamento hidrográfico do grande rio (17).

Convencendo-se o Govêrno Imperial das vantagens da tese da abertura do rio Amazonas, pelo decreto n.º 3.749 de 7 de dezembro de 1866, determinou-a para o dia 7 de setembro de 1867.

Diversas nações sul-americanas já haviam liberado seus rios ao comércio internacional : — Nova Granada (7-4-1852), Equador (26-11-1853), Bolívia (27-1-1853).

O Auto da Abertura do Rio Amazonas

*A ABERTURA DO RIO AMAZONAS AO COMÉRCIO
MUNDIAL — EM BELÉM DO PARÁ A SOLENIDADE
HISTÓRICA EM 1867*

A 7 de setembro de 1867, Belém engalanou-se para a abertura solene do rio Amazonas ao comércio das nações amigas do Brasil. Chefia o executivo paraense o Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raimundo Delamare. Conforme programa, previamente anunciado, houve Te Deum rezado na Catedral, às 8 horas da manhã com oração do Cônego Luiz Barroso de Bastos, parada militar com

salvas, assistida do Palácio do Govêrno, seguida de cortejo em sala especialmente decorada em face dos retratos de Suas Majestades Imperiais. Às 10 horas o Presidente da Província embarcou na corveta "Paraense" acompanhado de altas autoridades e seguido por diversas embarcações, dirigiu-se para as proximidades da ilha de Cotijuba, lendo a bordo o Decreto 3.749. Finda a leitura, Sua Excelência "Em nome de Sua Majestade o Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, declarou abertos à navegação das bandeiras comerciais de tôdas as nações os rios Amazonas até a fronteira do Brasil, Tocantins até Cametá, Tapajós até Santarém, Madeira até Borba e Rio Negro até Manaus".

Logo após Sebastião Borges de Castilho, Reverendo Cônego, Vigário Geral e Governador do Bispado, benzeu as águas do rio, cerimônia seguida de salvas de estilo e vivas. Ao chegar à altura da ilha Arapiranga a parada naval retrocedeu, voltando a Belém.

O Presidente Delamare no ano seguinte em sua "Fala" de 6 de agosto de 1868 relatou as cerimônias realizadas.

Na Capital paraense existem na Biblioteca e Arquivo Público vários documentos pertinentes : — A minuta e três cópias do "Auto da Abertura" (18). Na ocasião não conseguimos localizar o original do "Auto da Abertura" mas desconfiamos podê-lo encontrar no Arquivo Nacional. De fato, em janeiro de 1967 conseguimos consultar o original na Seção Histórica do Arquivo Nacional e do qual conseguimos uma cópia fotostática. Consta de 7 fôlhas manuscritas.

Esta ata transmite para a posteridade os atos realizados e reúne uma coleção preciosa de autógrafos das personalidades presentes (19). Entre outras assinaram a ata Joaquim Raimundo Delamare, João Maria de Moraes, Cônego Sebastião Borges de Castilho, Visconde de Arari, Domingos Antônio Raiol, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães, Pedro Miguel de Moraes Bitancourt, João Maria de Moraes Junior, José Caetano Ribeiro, Procópio Antônio Rolla Sobrinho, James de V. Drummond Hay, Cônsul; James B. Bond, Cônsul dos N.S.A., João Lourenço Paes de Souza, Vice-Cônsul da Dinamarca; H. Bambeer, Cônsul interino de Bremen; Joaquim Francisco Fernandes, Vice-Cônsul de Portugal, Áustria, Hamburgo e Uruguai; Antônio Nicolau Monteiro Baena, Theodosio Lacerda Chermont, Fortunato Alves de Souza, Vicente Chermont de Miranda, Carlos Seidl e outros. Contamos cerca de 123 firmas. Assim termina a ata :

"E para que conste em todo o sempre um fato de semelhante transcendência tanto para o progresso e desenvolvimento das Provín-

cias banhadas pelas águas dos ditos rios, como para as Nações comerciantes de todo o mundo, mandou Sua Excelência o Senhor Presidente da Província lavrar o presente auto que vai assinado pelo mesmo Excelentíssimo Senhor, pelas pessoas que se achavam presentes e por mim, Antônio Gregório da Fonseca, Oficial da Secretaria do Governo que o escrevi. E eu Domingos Soares Ferreira Pena, Secretário interino da Província o conferi e subscrevi”.

Comemorações pelo Centenário

Não sabemos de providências para a comemoração da data centenária. Sugerimos, em 1966 (20), que a mesma fôsse comemorada pelo Brasil e pela Amazônia, especialmente em vista do desenvolvimento da época do “rush” da borracha que permitiu a Belém e Manaus luxos arquitetônicos e urbanísticos, de que hoje ainda nos be-



Monumento comemorativo da Abertura do Rio Amazonas à navegação internacional em Manaus. Foto publicada na Revista “Kosmos” de março de 1904.

neficiamos. Lembramos então um monumento simples, um selo comemorativo (20) e uma exposição. “Alguma coisa poderia ser providenciada pelo Governo Estadual, pelo Município de Belém, pela Universidade Federal do Pará, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pelo Rotary Clube que, creio, saberão honrar a data centenária, como símbolo do desenvolvimento da Amazônia atualmente sob o signo da Operação Amazônica, graças ao esforços do Governo Federal em prol da grande planície (22), escrevemos.

Poder-se-ia ter divulgado o Decreto 3.749 e o “Auto da Abertura” e divulgá-los pelas escolas. O *Te Deum* poderia ter repetido na Catedral, a parada militar e até a viagem simbólica e a recepção palaciana... Fizemos então esta sugestão...

Sonhamos com um simples monumento estudado no Curso de Arquitetura de U.F.P., sem o luxo do que existe em Manaus frente ao seu grande Teatro.

Tudo isto seria uma homenagem aos homens de ontem que sonharam com o “engrandecimento do Império”, como hoje sonhamos com o desenvolvimento do Brasil. A História ainda não escreveu profundamente esta história. Esperamos pelo historiador que nos sintetizará a documentação do Itamarati, os debates do Parlamento a bibliografia e o noticiário dos jornais.

Belém não deveria ter-se omitido da comemoração. Foi nela que se executou solenemente o decreto imperial. E dizia a crônica que se festejou, há cem anos, por três dias.

A Belém, no centenário quase esquecido, dediquei êstes lembretes (23).

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

- 1 — A abertura do Amazonas permitiu o grande florescimento arquitetônico de Manaus e Belém na «Belle Epoque», razão de fazermos constar o «Centenário» nos programas de 1966 e 1967 para a disciplina Arquitetura no Brasil no Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará. Divulgamos o assunto em aulas de setembro de 1966.
- 2 — «Abertura do Amazonas ao Comércio Mundial», artigo publicado na Fôlha do Norte, de Belém, a 11 de dezembro na edição dedicada à Operação Amazônia.
- 3 — Comunicação a 13 de dezembro em reunião promovida, na Faculdade de Filosofia da U.F.P., pela Associação dos Professores de História do Estado do Pará. Na sessão final sugeri e foi aprovada a sugestão de se solicitar à Universidade Federal do Pará a promoção de uma mostra bibliográfica e iconográfica do rio Amazonas, por ocasião do centenário.

- 4 -- Para sentirmos o planejamento das fortificações na Amazônia basta consultar:
- a) «A Fortaleza de Macapá» por Fernando Alvares da Costa, in Revista da Sociedade de Estudos Paraenses, n.º 1 — 1894.
 - b) «As Fortificações da Amazônia - I — As Fortificações do Pará», por Arthur Vianna, nos «Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará», Pará, 1905, tomo quarto.
 - c) «Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas» por Arthur César Ferreira Reis, in Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 6 — 1942, Rio de Janeiro.
 - d) «Das Condições Defensivas da Capitania do Pará» por Arthur César Ferreira Reis na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 7 de 1943, Rio de Janeiro.
 - e) «Fortificações do Brasil» pelo Coronel Anibal Barreto, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1958.
 - f) «Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará», 4.º Alvarás, Cartas Régias e Decisões nos. 290, 298, 308 e 319; tomo 6.º (n.º 372; tomo 7.º (n.º 430 e 437); respectivamente de 1905, 1907 e 1910.
- 5 — As pesquisas de Alexandre Rodrigues Ferreira ainda não se acham divulgadas «in totum». Sua extensão pode ser avaliada no folheto «Alexandre Rodrigues Ferreira — Catálogo de Manuscritos e Bibliografia» — Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1952.
Veja-se do mesmo o «Diário da Viagem Philosophica» publicado pela Revista do I.H.G.B., ns. 48 de 1885, 49 de 1886, 50 de 1887, 51 de 1888.
- 6 -- A bibliografia sobre a região amazônica é vasta. A obra «Amazônia — Bibliografia», Rio de Janeiro, 1963 do Conselho Nacional de Pesquisas é essencial, embora incompleta, principalmente no tocante à bibliografia de arte. Anota 7.688 itens. A melhor biblioteca sobre assuntos amazônicos é a do Museu Goeldi. Dentre algumas obras estrangeiras podemos citar:
- a) «Voyages aux regions equatoriales du nouveau continent fait en 1799 — 1800 — 1802 — 1803 — 1804 par Humbolt et Bonpland»;
 - b) «Reise in Brasilien» de Spix e Martius, Munich, 1823-1831;
 - c) «Travels of his, Royal Highness» do Príncipe Adalberto da Prússia, Londres, 1849;
 - d) «Expedition dans les parties centrales de l'amerique du Sud de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Pará», de Francis Castelnau, Paris, 1850-1859;
 - e) «Memoire sur la decouverte du fleuve des Amazones» de Tardy de Montravel, Paris, 1857;
 - f) «A narrative of travels on the Amazon», de Alfred Russel Wallace, Londres, 1853;
 - g) «The naturalist on the river Amazon», de Henry Walter Bates, Londres, 1863;
 - h) «Voyage aux provinces bresiliennes du Para et des Amazones en 1860», Londres, 1861, por A. de Belmar;
 - i) «A journey in Brasil» de Agassiz e Senhora, Boston, 1868.
- 7 — «Compêndio das Eras da Província do Pará, 1838, Belém e Ensaio corográfico, 1839, Belém. Obras raras e importantes.
- 8 — RAMOS DUÍLIO — «História das Explorações Geográficas Brasileiras» in Annaes do 3.º Congresso de Geographia, Bahia, 1918.
SAMPAIO, TEODORO — «Os Naturalistas Viajantes dos Séculos XVIII XIX — Revista do I.H.G.B. — Tomo especial, 1915. Rio de Janeiro.
MOURA, INACIO — Exploração Científica do Rio Amazonas no Século XVIII — Idem no Século XIX, in «Anuário de Belém — Em comemoração do seu Tricentenário 1616-1916» — Belém, 1915.

- 9 — «A Amazônia e a Cobiça Internacional», 1.ª edição 1960, 2.ª em 1965, 3.ª em 1968, Rio de Janeiro.
- 10 — Oficial da Marinha, superintendente dos serviços hidrográficos e astrônomo do Observatório Naval de Washington. (Cézar Reis, opus. cit. pág. 62).
- 11 — Divulgado na íntegra por Cézar Reis (opus. cit., pág. 65 a 79). O mesmo autor transcreve outro informe reservado do mesmo Ministro, datado de 26 de dezembro de 1850, sobre o assunto em pauta.
- 12 — Documentação no Museu Imperial de Petrópolis e referida sob o n.º 5.927 no Inventário dos inestimáveis documentos históricos do arquivo da Casa Imperial... Vol. LV dos Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1933 (i.é. 1939).
- 13 — Consultamos este documento no Arquivo Nacional, Códice 760-1). Assina-o também o Marquês de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida.
- 14 — Documentação no Museu Imperial de Petrópolis, e referida sob o n.º 5.933 no Inventário dos inestimáveis documentos históricos do arquivo da Casa Imperial... Vol. LV dos Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1933 (i.e. 1939).
- 15 — «História do Rio Amazonas» Pará, 1926, pág. 113.
- 16 — RAIOL, DOMINGOS ANTÔNIO, BARÃO DE GUAJARA — «Abertura do Amazonas»; extrato dos debates no Parlamento brasileiro acerca do projeto de lei sobre a abertura do rio Amazonas à navegação e ao comércio do mundo.
Reflexões sobre a colonização, liberdade religiosa e vários assuntos. Pará, 1867.
- 17 — SANTA ROSA, opus. cit. pág. 109.
Para a cartografia da Amazônia é essencial a obra de Isa Adonias «A Cartografia da Região Amazônica» Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, Rio de Janeiro.
- 18 — Códice 1.013 trazendo na capa o título «Auto d'Abertura do Rio Amazonas e outros à navegação comercial de todas as nações amigas do Brasil — Decreto 3.749 de 7 de dezembro de 1866». Sua leitura nos inspirou o artigo que publicamos na «Fôlha do Norte».
- 19 — Códice 760-2 capado de veludo verde e decoração de vinhetas douradas sob o título: «Auto de Abertura do Rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Rio Negro — 7 de Setembro de 1867. No verso as armas imperiais. Antigamente achava-se exposto no mostruário n.º 3 do Arquivo Nacional — (Vol. XXXIX das Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1957, pág. 19).
- 20 — MELLO JUNIOR, DONATO — Abertura do Amazonas ao Comércio Mundial — in «Fôlha do Norte», em 11 de dezembro de 1966, Belém do Pará. Divulgado anteriormente no Curso de Arquitetura da U.F.P. em apostila mimeografada (Centenário da Abertura do Amazonas ao Comércio Mundial, novembro de 1966).
- 21 — Um selo comemorativo normalmente é pleiteado por uma instituição particular ou oficial e submetido a aprovação da Comissão Filatélica da Seção Filatélica do Departamento de Correios e Telégrafos. Tivemos um contato com a Seção como cidadão particular, mas fora do prazo regulamentar e de programação previstas em 1966 para 1967.
- 22 — MELLO JUNIOR, DONATO -- 7 de Setembro há 100 anos — in «Fôlha do Norte» de 7 de setembro de 1967, Belém do Pará. Na publicação, o jornal alterou o título original e a extensão do trabalho.
- 23 — Dentre os poucos trabalhos publicados, lembramos o do Eng.º Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque Filho, estampado na Revista do Clube de engenharia n.º 354, março de 1966 sob o título «I Centenário da Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional».

ADENDO

1 — O original do Decreto n.º 3.749 de 7 de dezembro de 1866 consta da “Coleção dos Decretos Executivos da Seção do Poder Legislativo do Arquivo Nacional”.

Foi o mesmo publicado no Diário Oficial do Império do Brasil n.º 289, pág. 1 de 8 de dezembro, observando-se aí a falta do número do decreto e o engano de “46.º” ano da Independência em vez de “45.º”. Acha-se transcrito na “Coleção das Leis do Brasil” (1866, pág. 362).

Tavares Bastos reproduziu-o no seu “O Valle Amazonas — Estudo sôbre a Livre Navegação do Amazonas...” Rio de Janeiro, 1866.

Mais recentemente foi divulgado na Revista do Clube de Engenharia, n.º 354, março de 1966, no trabalho de Luiz Rodolfo Cavalcanti Filho, “I Centenário da Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional”.

Por gentileza do Arquivo Nacional, conseguimos fotostáticas do “Decreto n.º 3.749” e do “Auto”, até agora inéditos e ora publicados.

2 — O Anuário do Museu Imperial, vol. XVII, 1956 ao publicar o Diário de D. Pedro II referente a 1862, divulgou um pensamento do Imperador no que tange ao problema da abertura do Amazonas. Escreveu êle: “Contudo a abertura do Amazonas a tôdas as nações sob certas regras há muito que ocupa minha atenção tendo eu sempre chamado atenção dos Ministros para o Pará, cujas imensas riquezas é dever aproveitar; mas tudo custa a fazer em nossa terra e a instabilidade de ministérios não dá tempo aos ministros para iniciarem depois do necessário estudo as medidas mais urgentes”.

Redigiu o Imperador o trecho acima a 31 de março de 1862, após ler um dos artigos de Tavares Bastos no “Correio Mercantil” da Côrte sôbre o assunto da abertura. Preocupado, dia 2 de abril, voltou ao assunto da abertura — “...que não pode ser adiada por muito tempo” ao conversar com o Conselheiro Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

3 — Tavares Bastos publicou em forma de livro sua campanha pelo “Correio Mercantil” — “Cartas do Solitário ao Redator do Correio Mercantil — Liberdade de Cabotagem — Abertura do Amazonas — Comunicações com os Estados Unidos.”, Rio de Janeiro, 1862. A Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5 — Brasiliana, vol. 115, São Paulo, 1938, publicou uma terceira edição das cartas.

Tavares Bastos ainda versando o mesmo assunto escreveu outra obra — “O Valle do Amazonas — A Livre Navegação do Amazonas, Estatística, Produções, Commercio, Questões Fiscaes do Valle do Amazonas”, Rio de Janeiro, 1866, reeditada em São Paulo, 1937.

4 — Pedro Calmon em sua “História do Brasil”, vol. V, 1959, ao tratar no Cap. XXXI — Questões Internacionais” tem um subtítulo — “A abertura do Amazonas” (pág. 1716) que focaliza a campanha de Maury, o pensamento imperial, a reação e o liberalismo de Tavares Bastos e os aspectos diplomáticos.

5 — A campanha de Matthew Fontaine Maury obteve imensa repercussão não só na América do Norte, como no Brasil e mesmo no resto da América Latina.

Pedro de Angelis preparou uma resposta à memória de Maury (Montevideu, 1854 e Caracas, 1857). Aqui no Rio. Maury foi traduzido e publicado com o título “O Amazonas e as Costas Atlânticas da América Meridional”, 1853.

6 — O Itamarati guarda preciosa documentação sobre o assunto, mas não explorada ainda em suas várias fontes. Uma delas, já catalogada, nos conduziu ao grande diplomata Ponte Ribeiro. No “Arquivo Histórico do Itamaraty, Parte III, Arquivos Particulares, Barão da Ponte Ribeiro”, Rio de Janeiro, 1965, págs. 14 a 17, acham-se catalogadas várias memórias de Ponte Ribeiro no subtítulo “Navegação Fluvial — Pretensão Norte-Americana”. A seguir, encontram-se correspondências e diversos outros documentos relacionados ao problema. A documentação encontra-se na lata 265, maços 6, 7, 8, 9 e 10. Em súmula encontramos :

- a) Memória n.º 47 — Análise da carta de Mr. Clay, Ministro do E.U.A. no Peru, publicada em Washington, 1853.
- b) Memória n.º 52 — Análise da “Exploração do Vale do Amazonas” pelos Tenentes Lewis Herdon e Lardner Gibbon, Washington, 1853.
- c) Memória n.º 54-A — Reflexões sobre a notícia que depois de desembarcar o novo Ministro dos Estados Unidos correu na Praça do Comércio, de ter o governo Americano impedido a saída da Expedição de aventureiros destinados a subir o Amazonas até o Peru. 1853.
- d) Memória 54 — Sobre a pretensão dos americanos em subirem o Amazonas. 1853.
- e) Memória 55 — Pró-memória demonstrativa de serem exageradas as vantagens da abertura. 1853.

- f) Memória n.º 60 — Ameaças dos norte-americanos a devassar o interior do rio Amazonas. 1854.
- g) Análise do Folheto do Tenente Maury. 1855.
- h) Memória s/n.º — Sôbre a pretensão de possíveis posses naquela região por aventureiros norte-americanos.

Entre os demais documentos encontramos em cópia o “Memorial apresentado ao Congresso dos Estados Unidos”, 1854, a “Exploração do Vale do Amazonas” por Gibbon, 1852, a “Exploração do Rio Tocantins” pelo Capitão-Tenente Paraibuna Reis, 1864, Histórico da Navegação do Amazonas (1637-1640), s.d. e outros mais.

Na lata 283, maços 7, 8 e 9 está reunida numerosa documentação sôbre a navegação com o Peru.

No arquivo da “Correspondência”, que ainda não exploramos deve haver preciosas luzes sôbre a batalha diplomática Washington-Rio de Janeiro de 1850 a 1866.

Valiosos subsídios fornecerão ainda os Anais da Câmara e os Anais do Senado da mesma época.

8 — Duarte da Ponte Ribeiro e Manuel Ferreyros foram os plenipotenciários que em 8 de julho de 1841 negociaram em Lima o “Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação” no qual se tratava da navegação do rio Amazonas entre o Brasil e o Peru. Conforme nos esclareceu o Embaixador Teixeira Soares, o Govêrno Brasileiro não aprovou o tratado. Ponte Ribeiro se adiantara à política imperial conservadora. Sômente dez anos mais tarde, a 23 de outubro de 1851 pela “Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites” os plenipotenciários Bartolomé Herrera, pelo Peru e novamente Duarte da Ponte Ribeiro pelo Brasil, negociaram a navegação comum a ambos os países pelo rio Amazonas.

Esta convenção influenciou diversos atos diplomáticos sul-americanos de liberalismo quanto à navegação fluvial. Mais tarde o Peru, a 17 de dezembro de 1868 após o nosso decreto, abriu seus rios à navegação internacional, conforme nos informa Alberto Wagner de Reyna no seu livro “Los Limites del Perú”, Lima, 1861.

9 — Pouco antes da abertura oficial, o Govêrno do Império, pelo Decreto n.º 3.920 de 31 de julho de 1867, regulamentou a navegação do rio Amazonas e seus afluentes e do São Francisco, trazendo êle a assinatura do Conselheiro Zacarias de Góis Vasconcelos. Encontramo-lo como anexo ao “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa em segunda sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado João Silveira de Souza”, Rio de Janeiro, 1868.

10 — Na Coleção Tereza Cristina Maria, guardada na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, identificamos 3 fotografias do dia solene, em Belém, da Abertura do Amazonas. São fotos de Fidanza & Cia., representando duas, o arco festivo levantado no trapiche da Companhia do Amazonas e outra, a fachada do Palácio do Governo. Fizeram elas parte do Catálogo da Exposição de História do Brasil, debaixo da referência: “17561 — Festejos no Pará por ocasião de... Série de 3 estampas phg por Fidanza & Cia., s.d. Contém :

- a) Vista do Largo do Palácio e dos três pavilhões de iluminação;
- b) Arco da Companhia do Amazonas, vista do Rio;
- c) Arco da Companhia do Amazonas vista da terra”.

(Annaes da Bibliotheca Nacional, Vol. IX, 1881-1882, Rio de Janeiro, pág. 1479 — C.F.H.B.)

11 — Ainda como decorrência do decreto da abertura o Brasil, em 27 de março de 1867, assinou com a Bolívia um “Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação” na cidade de La Paz.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MOBILIÁRIO MODERN STYLE E A SUA ÉPOCA

Marco Paulo Alvim

*Breve histórico do desenvolvimento do Modern Style e seus
antecedentes*

O panorama das realizações artísticas ao findar a primeira metade do século dezenove não era dos mais promissores. Uma forte tendência ao historicismo, isto é, ao gosto excessivo pelos estilos já passados, levava os artistas, de modo geral, a produzir pastichos e mediocridades. O mercado abarrotava-se de pseudocriações. Poucos eram os que conseguiam manter-se incólumes nessa babel e fazer vir à luz idéias novas e originais. Florescia também, com exagêro fetichista, o culto à arte popular. A Europa via-se a braços com arraigados preconceitos, liberalidades sem meta, profundas inquietações. A Guerra de 1870 vibraria um golpe ao estilo Napoleão III, até então em vigência.

Com os rápidos avanços da tecnologia e o incremento da industrialização, ocorridos em fins do século, deu-se uma quebra nos padrões de qualidade artesanal, nas mais diversas manifestações ligadas ao processo artístico criador. Num esforço para solucionar o desequilíbrio de ordem sócio-cultural e moral que acompanhou a Revolução Industrial, surgiu na Inglaterra, entre os anos de 1880 e 1890, uma reação de protesto que teria no *Arts and Crafts Movement* o seu mais poderoso veículo. Seus ideais eram uma volta ao espírito que regia tôda e qualquer exteriorização de arte na Idade Média, a saber, a preocupação com o fino acabamento e o cuidado na realização do *design*, único método utilizável no combate à simples imitação na arquitetura e à crescente produção em massa dos objetos. Liderando o movimento estava Walter Crane, e, como precursores, os revivificacionistas góticos, os pré-rafaelitas e John Ruskin.

Já anteriormente surgira, ainda na Inglaterra, a proeminente figura de William Morris, que, adotando o pensamento de Ruskin, postulava que o abismo existente entre artista e artesão só seria eliminado caso um tornasse a se fundir no outro. Fundou, com a colaboração de Ernest Gimson e membros da família Barnsley, além de outros componentes, a firma Morris, Marshall & Faulkner, destinada a desenvolver trabalhos manuais, entalhe, fabrico de móveis, pintura e artigos variados em metal. Mas, no tocante à forma, Morris não conseguiu um estilo próprio, recaindo muitas vêzes num historicismo, onde o gótico exercia papel de destaque. Suas linhas curvas, longas e sensíveis, utilizadas na decoração de livros, papéis, cartazes, mobiliário e utensílios domésticos, reservam-lhe, no entanto, lugar de importância como um dos pioneiros na abertura de caminhos para maiores liberdades de criação, tornando-o responsável pelo renascimento das artes decorativas.

Em 1882, Arthur Heygate Mackmurdo, arquiteto e desenhista inglês, criava o *Century Guild* para artesãos, e fazia, pouco depois, reviver a prensa manual com a edição da revista *The Hobby Horse*. Decorador de talento, Mackmurdo desenhava motivos de inspiração seminaturalista para tecidos e papéis pintados, que já eram um prenúncio do gosto em voga nos 1900.

Centralizado em Glasgow, Escócia, vemos ainda outro grupo dar sangue novo ao movimento, com Charles Rennie Mackintosh na vanguarda. Arquiteto, desenhista e aquarelista, conseguiu reputação internacional com a feitura de cartazes, objetos de decoração e mobiliário.

Assim, na última década do século, já se encontrava preparado o bastidor para receber a trama nervosa, tensa e serpeante do *Art Nouveau*.

A influência oriental tomava a Europa de assalto. Com efeito, desde 1862, quando na Feira Mundial realizada em Londres os artigos e a arquitetura japonesa obtêm ótima acolhida dos ocidentais, essa influência alastra-se e se alia ao estilo que surge, na mesma proporção em que o estilo chinês se aliara ao Rococó no século XVIII.

A luz elétrica, incipiente, fazia suas incursões nos interiores e proporcionava a possibilidade de novos efeitos na decoração. Foi Samuel Bing, decorador parisiense, quem primeiro usou, em 1898, o termo *Art Nouveau*, assim designando a galeria de arte que abriu dois anos antes em Paris. As recentes tendências foram primeiramente conhecidas por *Style Belge* e *Style Nouveau*, sendo a Bélgica o local onde se fez a sua primeira aplicação de maior vulto na arquitetura, na vila de Uccle, com Henry Van de Velde. Devido ao sucesso do

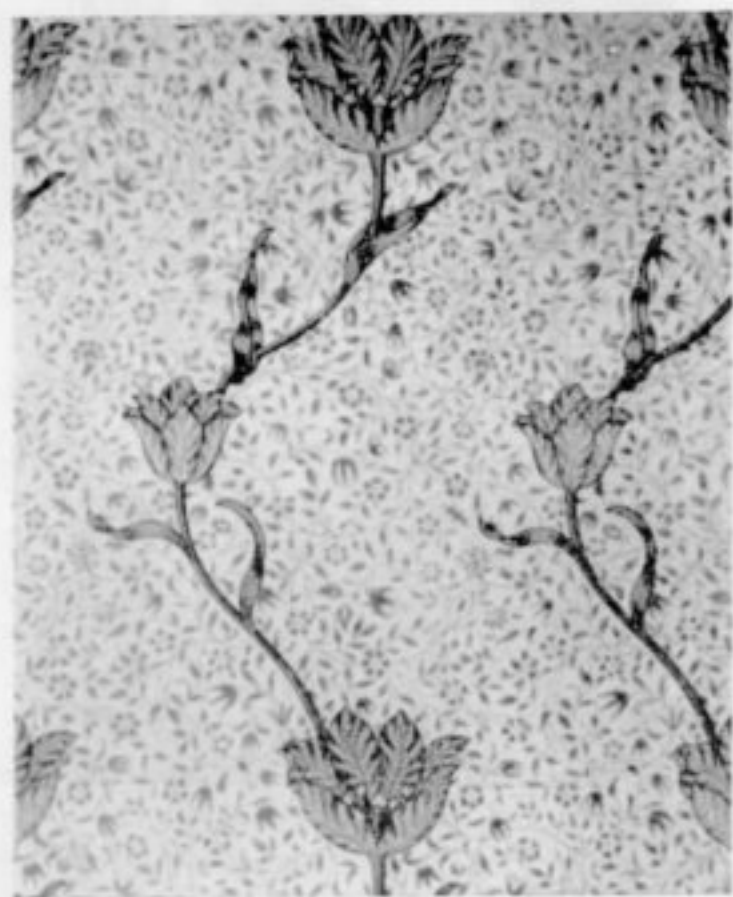


ÉMILE GALLÉ
Vaso — Coleção Hening Gran,
Oslo.



C. F. A. VOYSEY

Papel de parede "Tóquio", 1894.
Museu Victoria and Albert,
Londres.



WILLIAM MORRIS

Papel de parede "Tulipa", 1885 —
Museu Victoria and Albert,
Londres.



ALPHONSE MUCHA

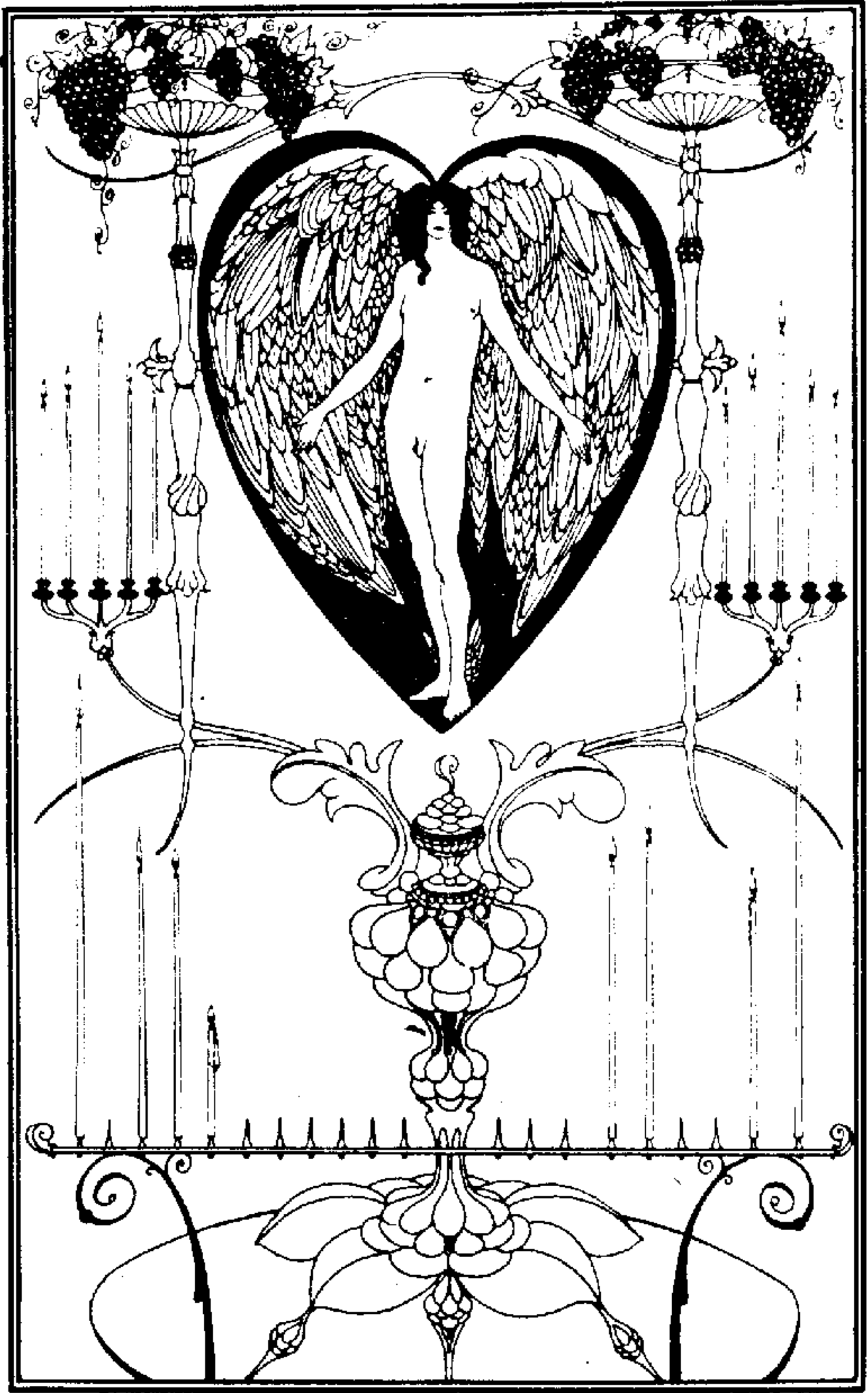
Cartaz para os papéis de cigarro "Job", 1897.

projeto, Samuel Bing decidiu convidar Van de Velde a participar da exposição de Dresden, em 1897, passando a promover a difusão das idéias recém-surgidas, entre os decoradores franceses da época. Várias outras exposições iriam ampliar o seu raio de ação. A Exposição Universal de Paris, em 1900, consagraria o estilo que irrompia, assim como a de Turim, em 1902. O *Art Nouveau* ou *Modern Style* receberia ainda diversas denominações: estilo 1900, *Style Nouille*, *Stile Liberty*, *Stile Floreale*, *Morris Style*, *Métro Style*, *Whiplash*, *Sezession*, *Jugendstil*, *Yachting Style*, *Glasgow Style*, *Lilienstil* e *Wellesnstil*.

Lançado pelos arquitetos belgas Victor Horta e Henry Van de Velde, tem o *Art Nouveau*, como vimos, as raízes bem fundadas no individualismo de William Morris, no *Arts and Crafts Movement* e numa atitude proveitosa com relação ao incremento trazido pelos novos processos mecânicos. O *Art. Nouveau* e o *Arts and Crafts Movement* aproximam-se no ideal de combater o renascimento dos estilos históricos, aparecendo juntos em diversas manifestações na Bélgica, França e Alemanha, bem como em publicações e revistas. É assim que, em 1900, Van de Velde iria reorganizar a Academia de Arte de Weimar nos moldes ingleses de *crafts school*, e seu sucessor, Walter Gropius, ao transformá-la na Bauhaus, conservaria dêles algumas características. O *Arts and Crafts Movement*, no entanto, opõe-se ao *Art. Nouveau* ao repudiar de modo absoluto a industrialização.

O *Art. Nouveau* se nos apresenta, então, como um fenômeno cultural perfeitamente definido, lutando pela unificação formal de todos os aspectos da vida. A partir de 1892 suas idéias e concepções plásticas dominam as exposições de vanguarda, tomam conta dos periódicos e refletem uma espécie de arte de elite. Com efeito, todos os expoentes dêste movimento constituíam parte mais esclarecida da burguesia intelectual, muitas vêzes ligados aos interêsses lítero-musicais da época.

A escolha da temática e das formas no *Art Nouveau* traduzia, de maneira acentuada, um sentimento nostálgico e projetava imagens subconscientes de metamorfoses intra-uterinas sofridas pelo homem. Seus intentos voltavam-se mais para as fôrças vitais que controlam a existência do que pròpriamente para a natureza, tal qual esta se nos depara. Há grande preocupação com formações rudimentares de vida, expressas na estrutura de um vaso de Gallé, artista notável de Nancy, nos contornos de um móvel de De Feure, ou em uma jóia de Lalique. A primeira fase é a floral, mais fantasiosa, mais sobrecarregada de elementos ornamentais, de curvas e contracurvas, que aos poucos dá lugar a uma crescente geometrização, com o emprêgo de ângulos retos, na procura de um despojamento e simplicidade maiores. Não se



AUBREY BEARDSLEY

"The Mirror of Love" - desenho. Museu Victoria and Albert,
Londres.



pode, contudo, enquadrar as manifestações do *Art Nouveau* dentro de um estilo uniformizante. O que ocorre são variações, suspensas de um mesmo fio norteador, que se fecha sobre si mesmo, e que, em rápidos movimentos de tensão e expansão, sintetiza todo o espírito de uma época.

É possível visualizar claramente, nos padrões decorativos *Art Nouveau*, uma estreita ligação com o período romântico do século XIX, com o Barroco, o Rococó, o Biedermeier, e mesmo com os maneiristas do século XVI. Percebem-se também influências orientais, assim como o estímulo de culturas mais primitivas.

Em sua iconografia são poucos os temas preferidos: elementos de botânica em profusão — fôlhas, botões e flôres de longas hastes, papoulas, tulipas, íris, lírios, orquídeas, e raramente a rosa; aves, como o cisne e o pavão, cujos olhos estampados nas penas de seu leque, são motivos bastante divulgados em desenhos.

Tôdas as artes são atingidas pelo ideal estético em curso. Assim, cita-se a pintura de Gustav Klimt, Ferdinand Hodler, Edward Munch, Maurice Denis, Jan Thorn-Prikker, Giovanni Segantini, Whistler, Louis Anquetin, Giovanni Boldini, Helleu, Laszlo, La Gandara, e certos trabalhos de Kandinsky; os cartazes de Toulouse Lautrec, Jean Atché, Alphonse Mucha, Julius Klinger, Van de Velde, Manuel Orazi e Jules Chéret; o grafismo de Aubrey Beardsley, Eugène Grasset, Jan Toorop, Thomas Theodor Heine e Paul Ranson; as encadernações de Victor Prouvé, Kieffer e Josef Hoffmann; as jóias de René Lalique, Ferdinand Hauser, Paul Albert Beaudoin, Koloman Moser, Vever, Falize e Massin; os papéis de parede de William Morris, Charles Voysey, Georges Lemmen e Otto Eckmann; os vidros de Louis Comfort Tiffany e Karl Koepping; as esculturas de Alfred Gilbert, Raoul Larche, Théodore Rivière e William Reynolds Stephens; as cerâmicas de Paul Gauguin, Émile Muller, Gébleux, Artus van Brigghe e William de Morgan; a música de Debussy e Delius; a arquitetura de Hector Guimard, Mackintosh, Van de Velde, Louis Sullivan, Victor Horta, Eiel Saarinen, Joseph Maria Olbrich, Voysey, Hoffmann, Giuseppe Sommaruga, Raimondo d'Aronco, Pierre Roche, Auguste Perret, Otto Wagner, Lluís Domènech y Montaner, e as fantásticas estruturas de Antonio Gaudí (Barcelona).

Acontece, no entanto, que a rapidez com que o *Art Nouveau* se implanta e se difunde, nos mais variados setores, faz com que suas formas sejam copiadas muitas vezes incorretamente e sem a devida atenção aos seus princípios. O movimento seguinte, o Expressionismo, vai afastar-se da concepção de vida e da obra de seus antecessores. Vemos, contudo, um prolongamento do *Art Nouveau* no núcleo da

Bauhaus, já citada anteriormente, no abstracionismo, no surrealismo, no dadaísmo, e até mesmo nas manifestações de vanguarda da atualidade, como na *pop* e na *op art*. É em Viena que o *Art Nouveau* tem seus últimos momentos, marcados pelo desequilíbrio entre uma curta duração e um tão longo preparo cultural. A trajetória por êle percorrida e a aceitação quase unânime pelos mais diversos locais onde ficaram gravados seus postulados obrigam-nos a reconhecer em sua essência a presença de valores profundos, ainda que de vôo efêmero, mas cuja dimensão estética e humana constituiu etapa necessária para o desenvolvimento da arte de nossos dias.

O móvel e suas características

O móvel *Modern Style* enquadrava-se em uma das duas tendências estéticas da época, que conflitavam em diversos pontos :

- Tendência simbolista e fantasista, marcada de sobrenatural e onírico (Victor Horta, Serrurier-Bovy, Majorelle, Gallé, etc.).
- Tendência funcional, que apregoava o despojamento (Henry Van de Velde, C. F. A. Voysey, e outros).

Entre 1897 e 1900 chega a haver certa unidade de expressão artística. A mesma diretriz era seguida, tirante as diversidades inerentes a cada estilo criador, pela escola de Nancy e pelos adeptos da corrente funcional.

O princípio estrutural do móvel *Modern Style* é o esqueleto e a membrana. Suas linhas, carregadas de energia, seguem contornos ininterruptos, curvas axiais transversas. Há constante procura de assimetria nas formas. As superfícies recurvas e conturbadas da primeira fase cedem lugar, depois, a cortes retilíneos, numa ânsia de geometrização, como se o móvel aí procurasse a calma, tranquilidade e imobilidade que não tivera no período anterior.

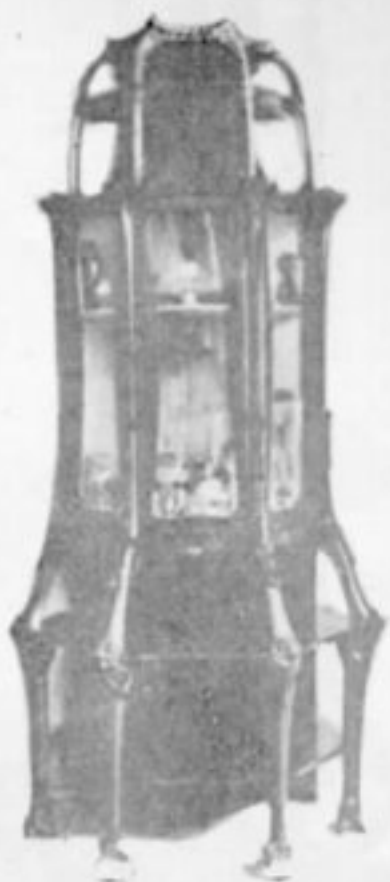
Na decoração, nota-se aos poucos nos ambientes o desaparecimento do acúmulo de quadros, bibelôs, potiches, tapeçarias, etc. Aparecem em profusão flôres, fôlhas e outros motivos da natureza, que chegam a encobrir a arquitetura e se multiplicam pelos aposentos, em azulejos, soalhos e frisos, ou se espalham pelas paredes em painéis e papéis pintados, debruados de molduras curvilíneas. É a obsessão do elemento vegetal, quase um *leit-motiv Art Nouveau*, mas um vegetal a estiolar-se, aclorofilado, embora sob um manto de graça, leveza e elegância se disfarce, num afã de sobreviver a si próprio e à sua época.



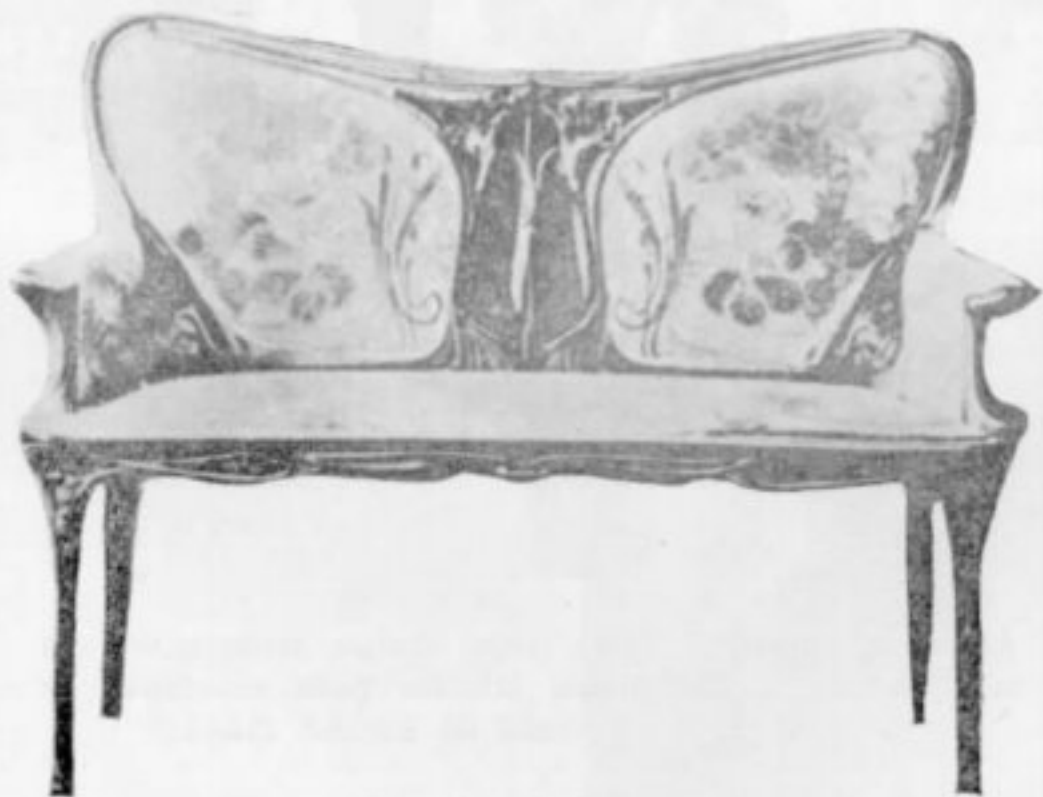
JOSEPH MARIA OLBRICH
Interior — Exposição Universal de Paris, 1900.



ERNESTO BASILE
E DUCROCQ
Cadeira de braços em mogno,
com elementos dourados.
Coleção particular - Itália.



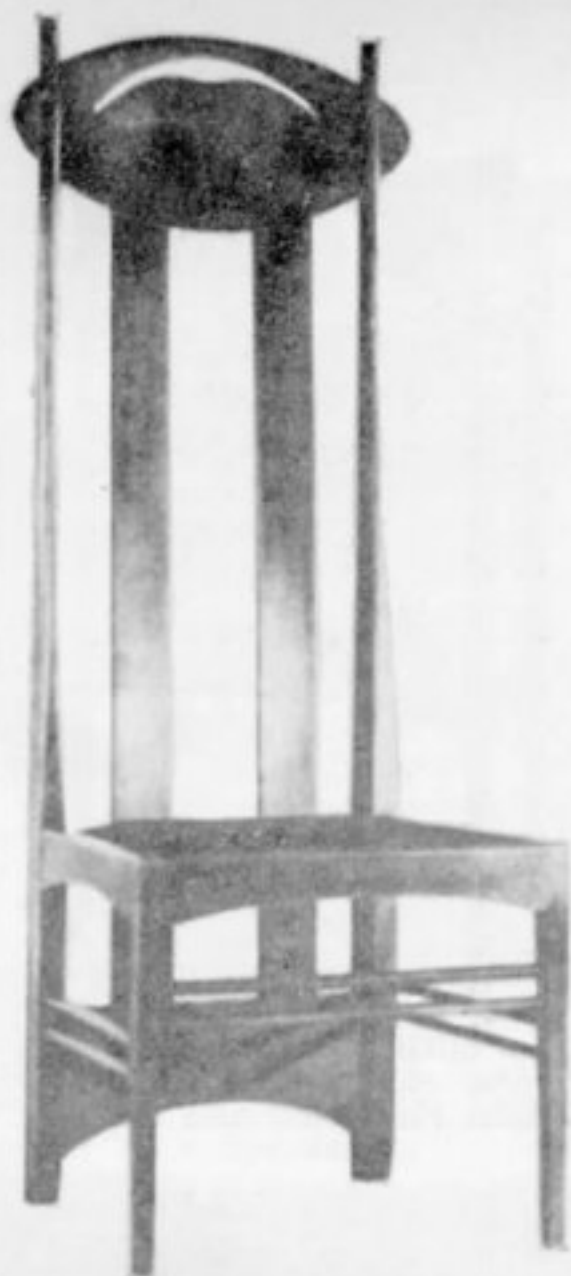
BERNHARD PANKOK
Armário, 1900.
Stadtmuseum,
Munique.



GEORGE DE FEURE
Canapé, c. 1900 — Coleção particular, Paris.



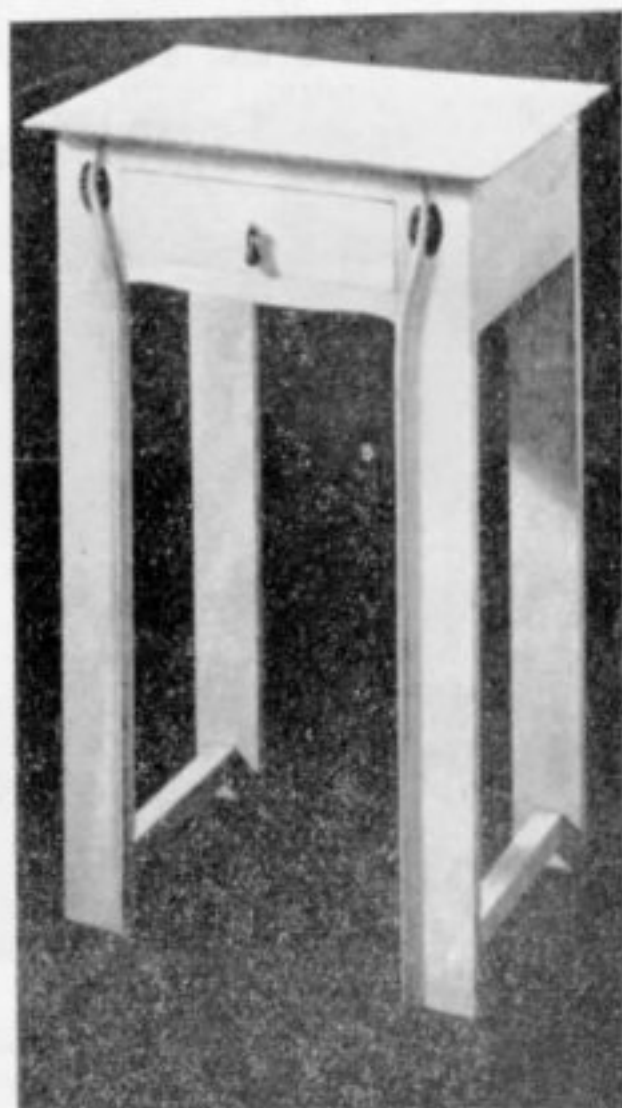
Autor ignorado — Mesa com tampo trabalhado em marquetaria, e acréscimos laterais para colocação de vasos, c. 1898 — Vasos de EMILE GALLE.



CHARLES RENNIE MACKINTOSH
Cadeira, 1900 — Museu de Arte
Moderna, Nova Iorque.



C. R. MACKINTOSH
Cadeira em carvalho, 1900.
Escola de Arte de
Glasgow.



C. R. MACKINTOSH
Mesa de cozinha, 1900.
Universidade de Glasgow



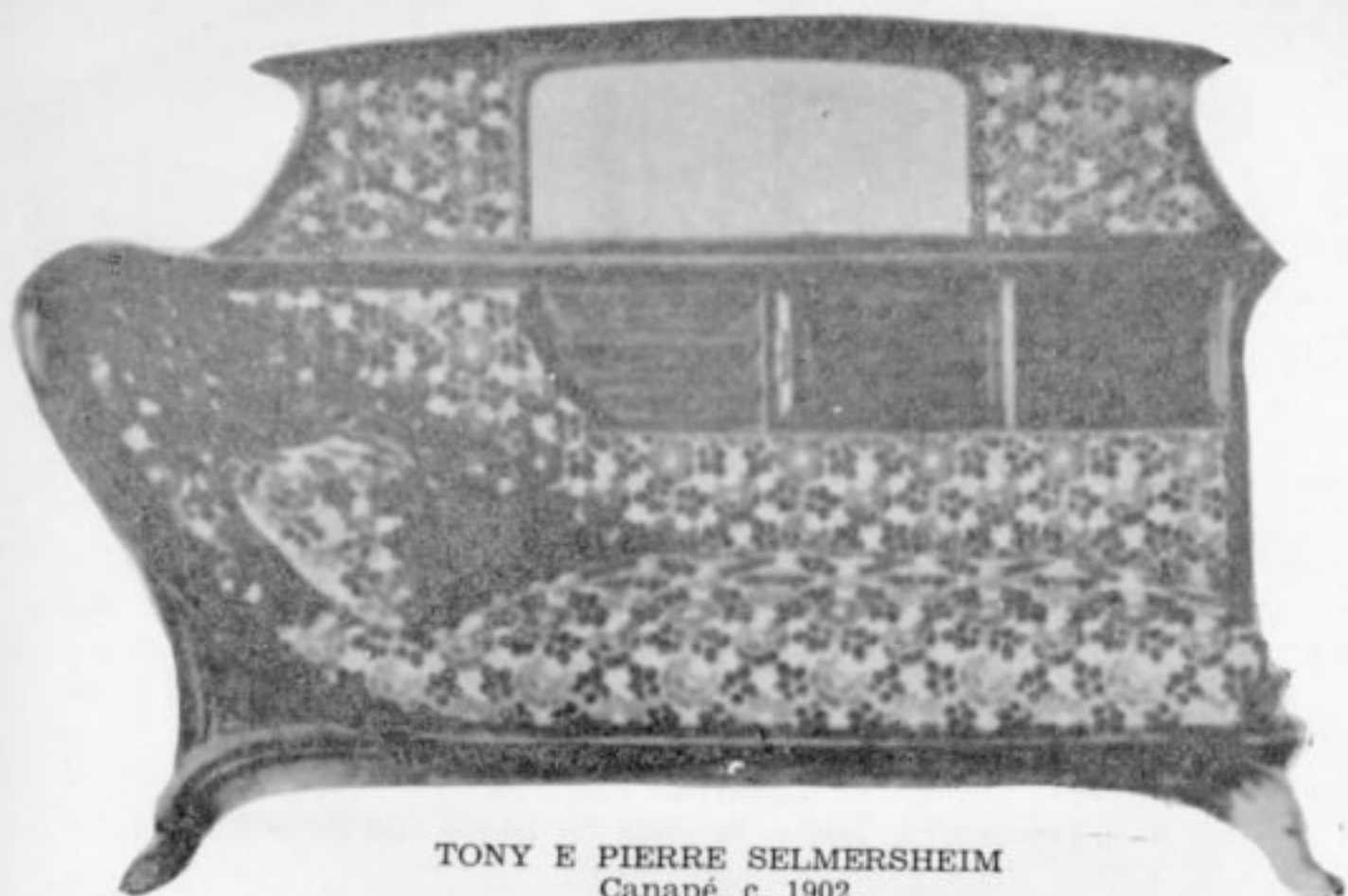
C. F. A. VOYSEY
Cadeira em carvalho, 1899 —
Museu Victoria and Albert,
Londres.



EUGÈNE COLONNA
Armário envidraçado, c. 1902 —
Museum für Kunst und Gewerbe,
Hamburgo.



HERMANN OBRIST
Mesa, 1900 — Stadtmuseum, Munique.



TONY E PIERRE SELMERSHEIM
Canapé, c. 1902.



AUGUST ENDELL
Mesa, c. 1900 —
Coleção particular,
Alemanha



ERNEST GIMSON
Armário com embutidos de marfim
1890.



CHARLES PLUMET
Penteadeira, 1900 — Museum für Kunst und Gewerbe,
Hamburgo.



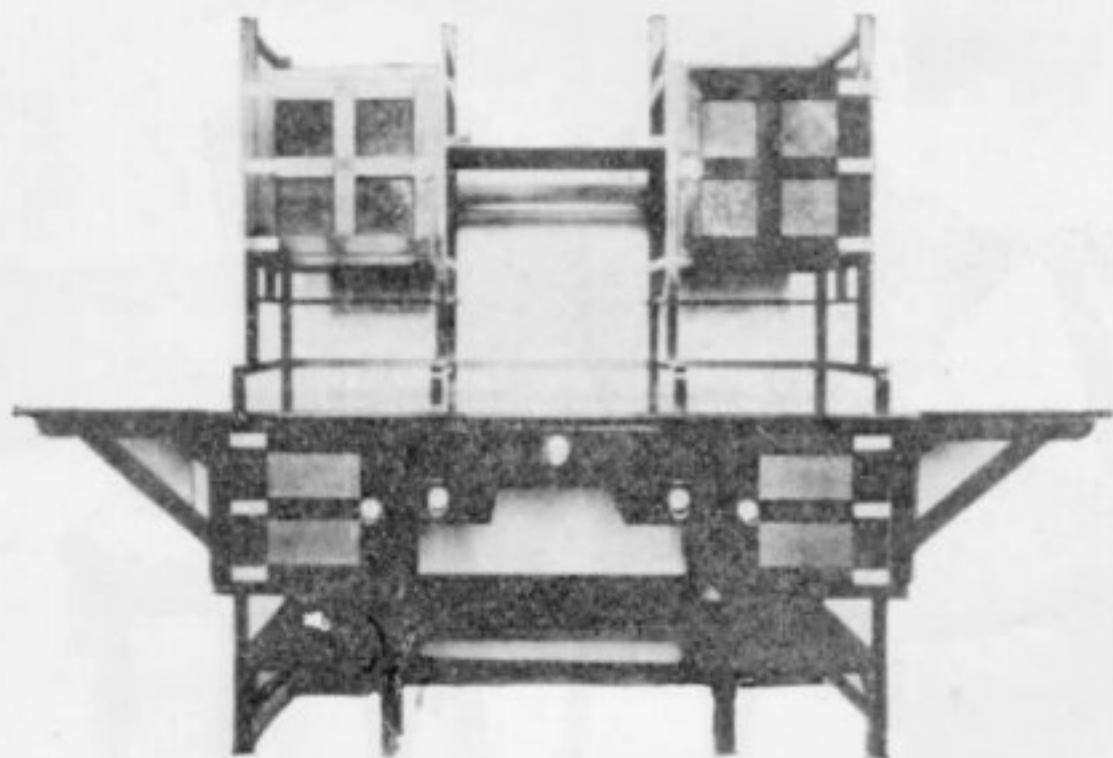
RICHARD RIEMERSCHMID
Armário, c. 1900 —
Stadtmuseum, Munique.



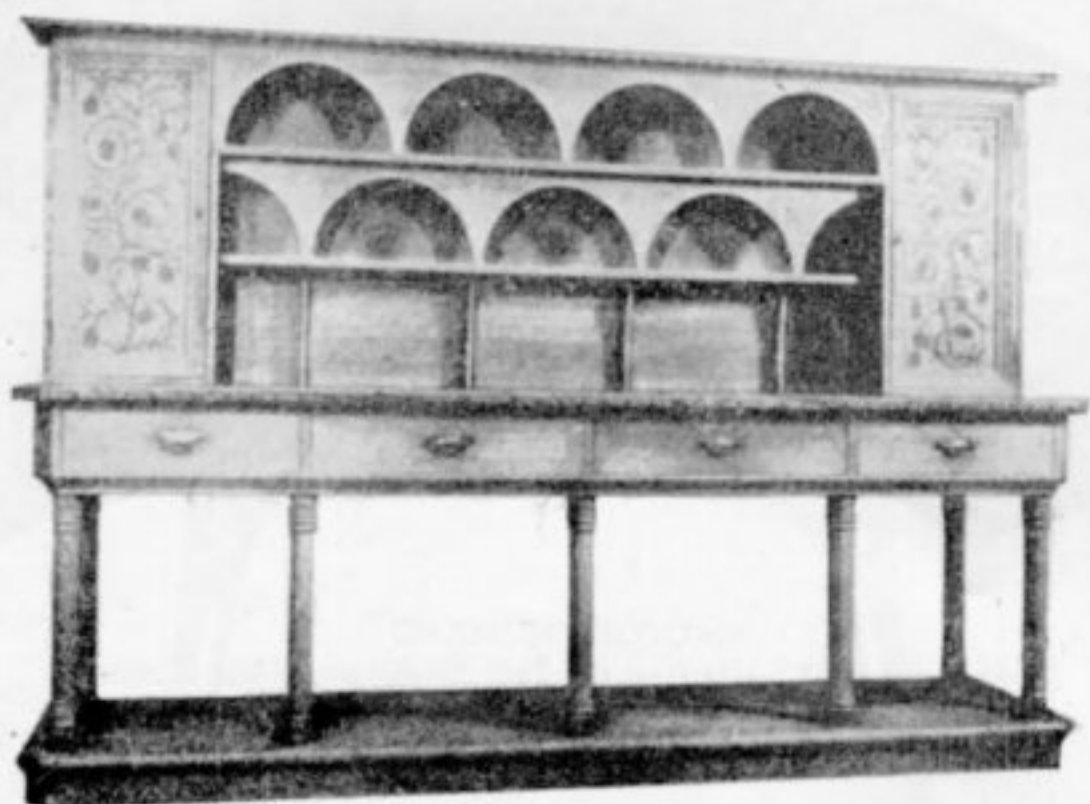
OTTO WAGNER
Cadeira, c. 1900.
Osterreichisches
Postsparkassenamt,
Viena.



HECTOR GUIMARD
Secretária, 1903 — Museu de Arte Moderna, Nova Iorque.



EDWARD WILLIAM GODWIN
Cristaleira, 1867 — Museu Victoria and Albert, Londres.



W. R. LETHABY

Armário para copa, em carvalho embutido de ébano e mogno, 1900. — Museu Victoria and Albert, Londres.



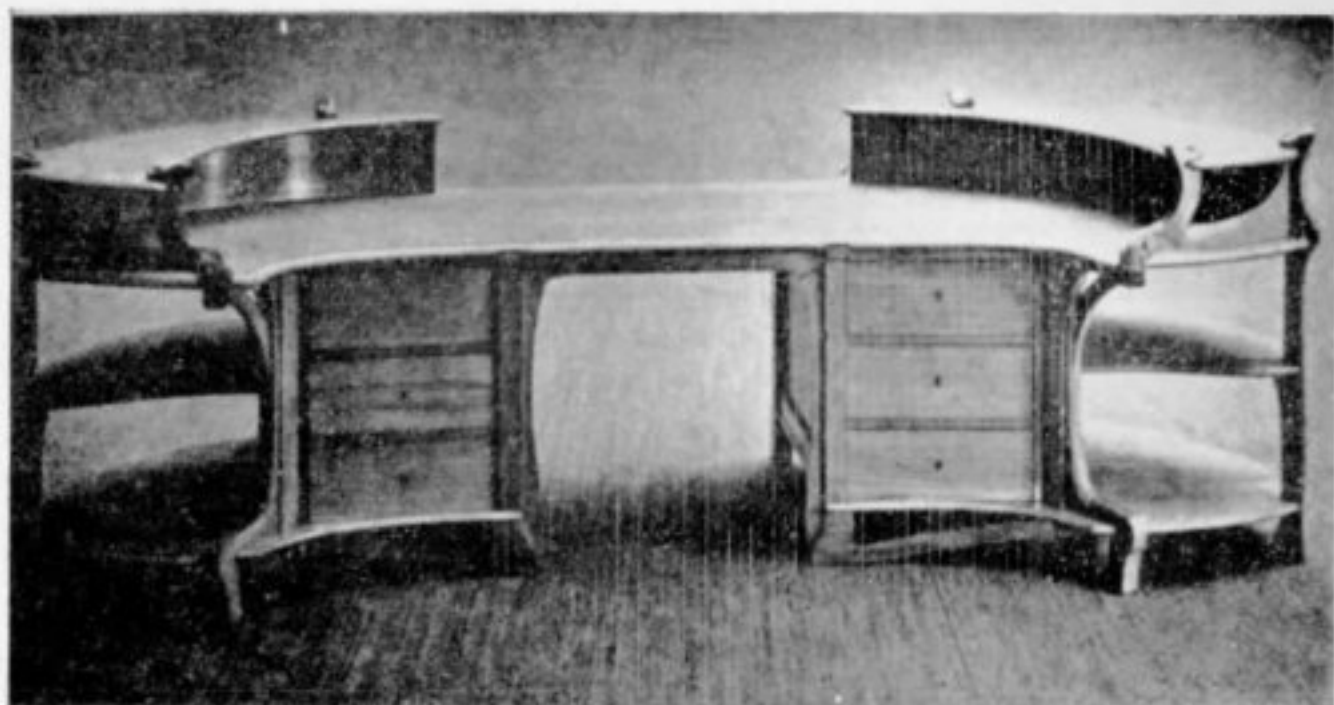
BRUNO PAUL

Cadeira de braços, c. 1900 —
Coleção particular, Munique.



EUGENE VALLIN

Cadeira, c. 1900 — Museu
da Escola de Nancy.



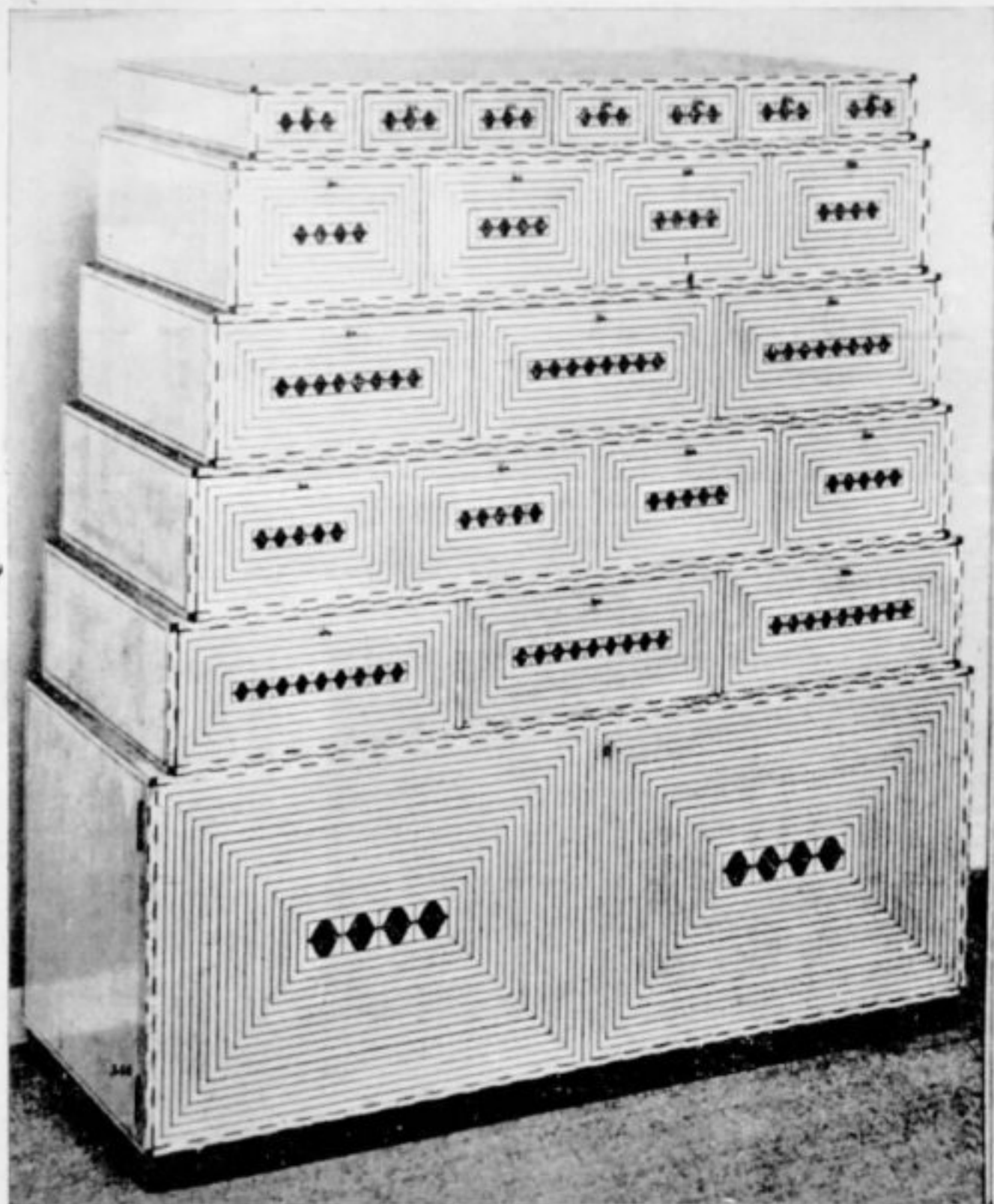
HENRY VAN DE VELDE
Secretária, 1897-1900 — Österreichisches
Museum für Angewandte Kunst, Viena.



HENRY VAN DE VELDE
Xicara, c. 1900 — Coleção Dr. S. Wichmann.
Starnberg, Alemanha.

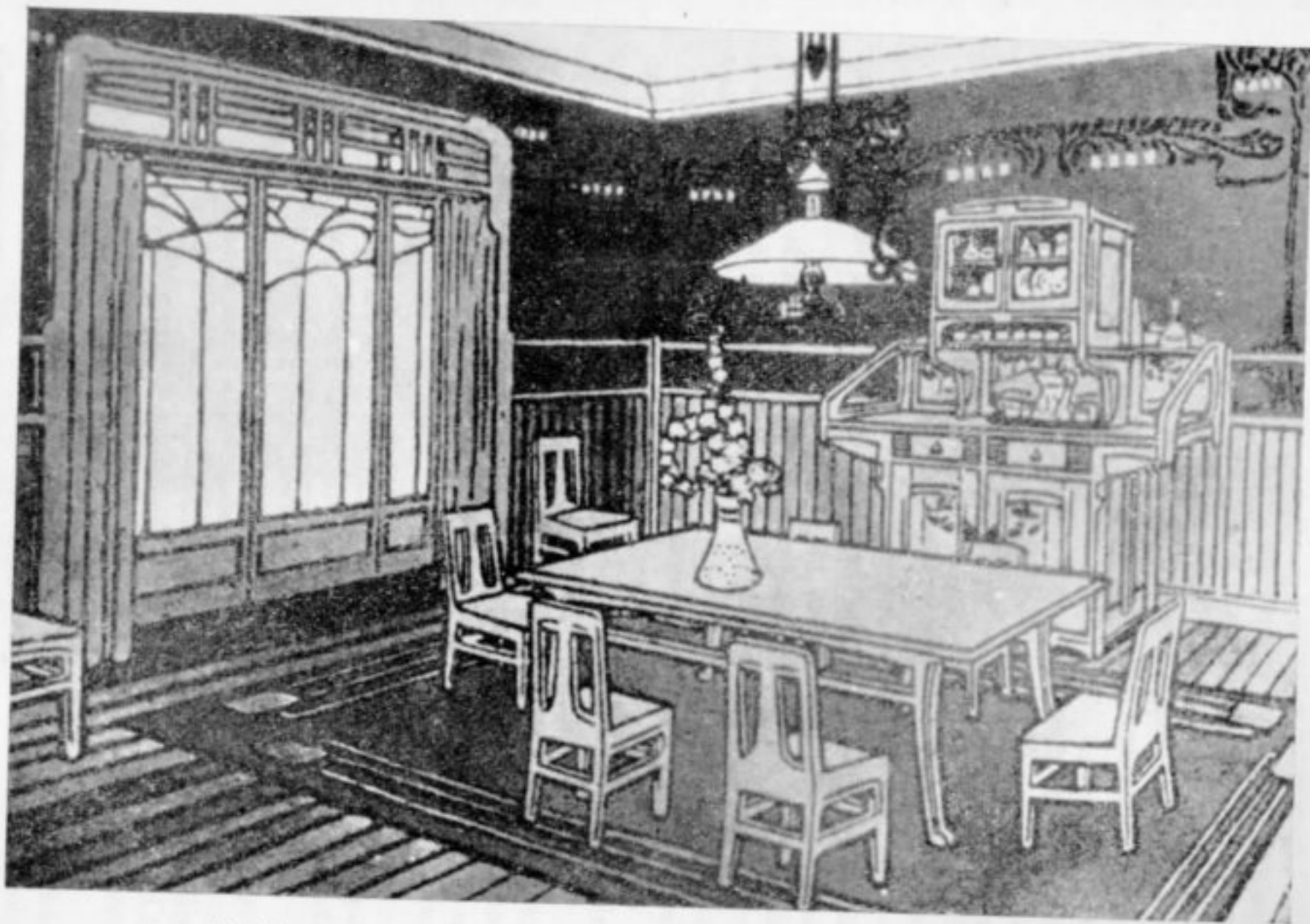


ALPHONSE MUCHA
Esboço para cartaz —
Guache, 1900
Coleção Mucha,
Praga.



JOSEF HOFFMANN

Móvel para guardar charutos, com incrustações de ébano e madre-
pérola. — Osterreichisches Museum fur Angewandte Kunst, Viena.



Projeto para uma sala de jantar — 1º prêmio no concurso Art et
Décoration, 1905 — Biblioteca Doucet, Paris.

O continente europeu é o celeiro onde se combinam, se entrecrocavam e se fundem as diversas influências do *Art Nouveau*, muito mais que a Inglaterra ou a América. Entre os ingleses, já em 1900, não mais se encontra o estilo no auge da moda, aparecendo apenas em algumas formas comercializadas de armários e secretárias decoradas de cordões entrelaçados, tulipas de cobre, corações recortados, vulgarizando-se e caindo em descrédito. Deve-se à Inglaterra, no entanto, o pioneirismo na decoração interior *Modern Style*, sobretudo na divulgação dos modelos propostos pela revista de arte *The Studio*, seguidos e copiados pela França e Alemanha. Com êsse incentivo os fabricantes ingleses passam a vender também no continente. Com o nome de um deles, Liberty, ficou conhecido o estilo na Itália.

Em 1887, William Morris inaugurara o *verticalismo* nos móveis, fabricando bufetes onde os montantes serviam para a colocação de castiçais, e mesas em que os pés se prolongavam sobre o tampo, terminando em coroamento quadrangular. Êsses acréscimos aumentavam a utilidade das peças e acentuavam o caráter híbrido da composição. Armários-secretárias, mesas-credências, etc., atestam sua freqüente utilização através do desenvolvimento do estilo. Observava-se o repúdio à coluna, substituindo-a, por exemplo, na sustentação de mesas, por falsa raiz de árvore, contorcida, e ornamentada com flôres.

O móvel aparecia às vêzes laqueado de branco, escondendo a madeira; o material empregado ficava, assim, dependente direto da forma externa que se lhe imprimia, moldando-se às exigências do autor. Certos exemplares recebiam ainda aposição de ferragens, espelhos, apliques, detalhes em cerâmica e pinturas.

Os canapés eram baixos, eventualmente terminados por altos suportes que continham lâmpadas elétricas, e com almofadas coloridas, de diversos tamanhos e formatos, dispostas sobre o assento.

A influência oriental, principalmente do Japão, atingia a decoração em larga escala. No terceiro quartel do século já essa influência se fazia exercer na Inglaterra, suscitando a procura de maior simplicidade de linhas, como se nota nos trabalhos de Edward Godwin e Christopher Dresser. Também o gosto pela Antiguidade transparecia em certas peças de mobiliário.

Charles Rennie Mackintosh (1868-1928), acompanhado freqüentemente de sua mulher Margaret na execução de projetos, ocupava-se dos mínimos detalhes na decoração das casas por êle construídas. Seus móveis, que podem ser considerados uma variante do estilo, eram desenhados em Glasgow, e previamente destinados a determinado local e disposição. As cadeiras têm espaldar alto e grande elegância de formas. A estrutura dos móveis e da decoração metálica por êle

utilizada é tão alongada que valcu, à sua escola e ao grupo que nela colaborava, o epíteto de “Escola dos Espectros” (*Spook School*). Seus ambientes eram em geral sóbrios, em branco e negro, com maior predomínio do branco, alguns toques de rosa, malva ou prateado. O motivo de enfeite mais empregado era a rosa estilizada, incrustada de marfim ou vidro colorido, às vèzes impressa em tapeçarias.

Charles Francis Annesley Voysey (1857-1941) exerceu intensa atividade no continente, com o lançamento de móveis e tecidos. Suas características são linhas verticais acentuadas, ferragens em feitio de coração e pássaros estilizados. Deve-se-lhe a primeira tentativa de real sucesso na busca de simplificação de interiores.

Henry Clemens Van de Velde (1863-1957) é um dos artistas de maior fôrça e talento da época. Buscava inspiração em formas orgânicas e da natureza, bem como em estampas japonesas. Seus móveis, em geral desenhados em *suite*, conferiam ao ambiente a noção de conjunto. Foi êle talvez o único a conseguir uma posição de equilíbrio entre os excessos ornamentais da escola de Nancy e a aridez simplicista dos pioneiros da Bauhaus.

As ilustrações que acompanham o presente trabalho podem dar uma idéia, se bem que incompleta, do espírito que animava os marceneiros e artesãos do final do século XIX e princípios dêste, ao alvorecer do modernismo.

Relacionamos em seguida, a título de informação, os nomes de vários artistas que se distinguiram na feitura de móveis, objetos de adôrno e outras manifestações ligadas à decoração *Modern Style*: além de Mackintosh, Van de Velde, Voysey, Horta, Mackmurdo, De Feure, Gallé, Lalique e outros já citados, mencionamos Herbert e Frances Mac Nair, Charles Plumet, Tony e Pierre Selmersheim, Erwin Puchinger, Eugène Colonna, Franz von Stuck, Georges Hoentschell, Rupert Carabin, Bernhard Pankok, August Endell, Richard Riemerschmid, Ernesto Basile, Ducrocq, Hermann Obrist, Jean-Auguste Damp, Joseph Cuypers, Gotthold Riegelmann, Mackay Hugh Baillie Scott, Frank Lloyd Wright, Alexandre Charpentier, Albert Besnard, Hendrik Petrus Berlage, Léopold Savine, André Metthey, Leonard Wyburd, E. A. Taylor, Sir Frank Brangwyn, Armas Lindgren, Oscar Leuwe, Edmond Faragò, Nicolas Roerich, Louis Spatc, Carl Spindler, Zinoviev, Clement Frommel, Carl Westman, Sigmund Jaray, Rosa Drenn, Bellery-Desfontaines, Jack Gruber, Maurice Dufrene, Decorchemont, Waroquier, George Walton, Bracquemond, Henry Eyles, George Gagey, Eugène Vallin, Léon Jallot, F. Siegel, Eugène Gaillard, J. J. Graf, Bruno Paul, Hans Borgensen, Henri Sauvage, C. Sarazin, Francisco Berenguer, Alejo Clapés, Arthur Biberfeld.

O Brasil e o Art Nouveau

Na penúltima década do século XIX, através de exposições e publicações, o Brasil passa a aceitar e assimilar os novos postulados, ao mesmo tempo em que, por virtude das facilidades de intercâmbio comercial com as capitais européias, tem início a importação de objetos e materiais diversos, como papéis de parede, estatuetas de *biscuit*, vidros de Gallé, Richard e Daum, porcelanas de Copenhague e Rosenthal, jóias de Lalique, tapeçarias de Maillol, lustres, apliques e castiçais de Jules Chéret, móveis de Majorelle, vasos de Bussière, pinho-de-riça para soalhos e madeiramento dos telhados (mais barato que as madeiras nacionais), telhas Roux-Frères (de Marselha), vidraças, lavatórios de porcelana florida, etc. No Rio, a Exposição Nacional de 1908, na Praia Vermelha, reunia para o público as últimas novidades artesanais, aumentando a propagação do *Art Nouveau*.

A arquitetura abandona as formas tradicionais e as neoclássicas, aqui desenvolvidas por Montigny e seus discípulos, e se lança com ímpeto às inovações. As residências tornam-se apalacetadas, com acréscimos e ornamentos que lhes conferem muitas vezes um caráter híbrido. São vários os palacetes então construídos no estilo em voga, principalmente no Rio e em São Paulo, como a mansão dos Álvares Penteado, projeto de Eckmann, e ex-sede da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Victor Dubugras foi outro arquiteto que, em São Paulo, distinguiu-se na construção de moradias.

O prédio da *Torre Eiffel* (Rua do Ouvidor, 97/99), já demolido, baseava-se nos cânones ditados pelos *stores* e *magazines* europeus da época, de acordo com o projeto de C. Arno Gierth. Assim o descreve um artigo publicado na "Revista da Semana", em 25/1/1916: "Constitui-se (o edifício) em vasto salão de cerca de 300 m², para exibição de mercadorias. Para esse salão, que tem pé direito muito alto, abrem-se três ordens de galerias por onde, junto às paredes perimetrais, distribuem-se armários-depósitos. É a reprodução, na cidade (Rio), dos grandes *magazines* que se espalham em Paris, nos fins do século XIX, como o *Printemps* e o *Au Bon Marché*". E mais adiante: "Os guarda-corpos das galerias são interessantes, trabalhados em ferro, dentro do mais característico *Art Nouveau* que aqui se estabeleceu". Alguns elementos internos da *Torre Eiffel* foram preservados e se encontram à espera de instalação em um museu local.

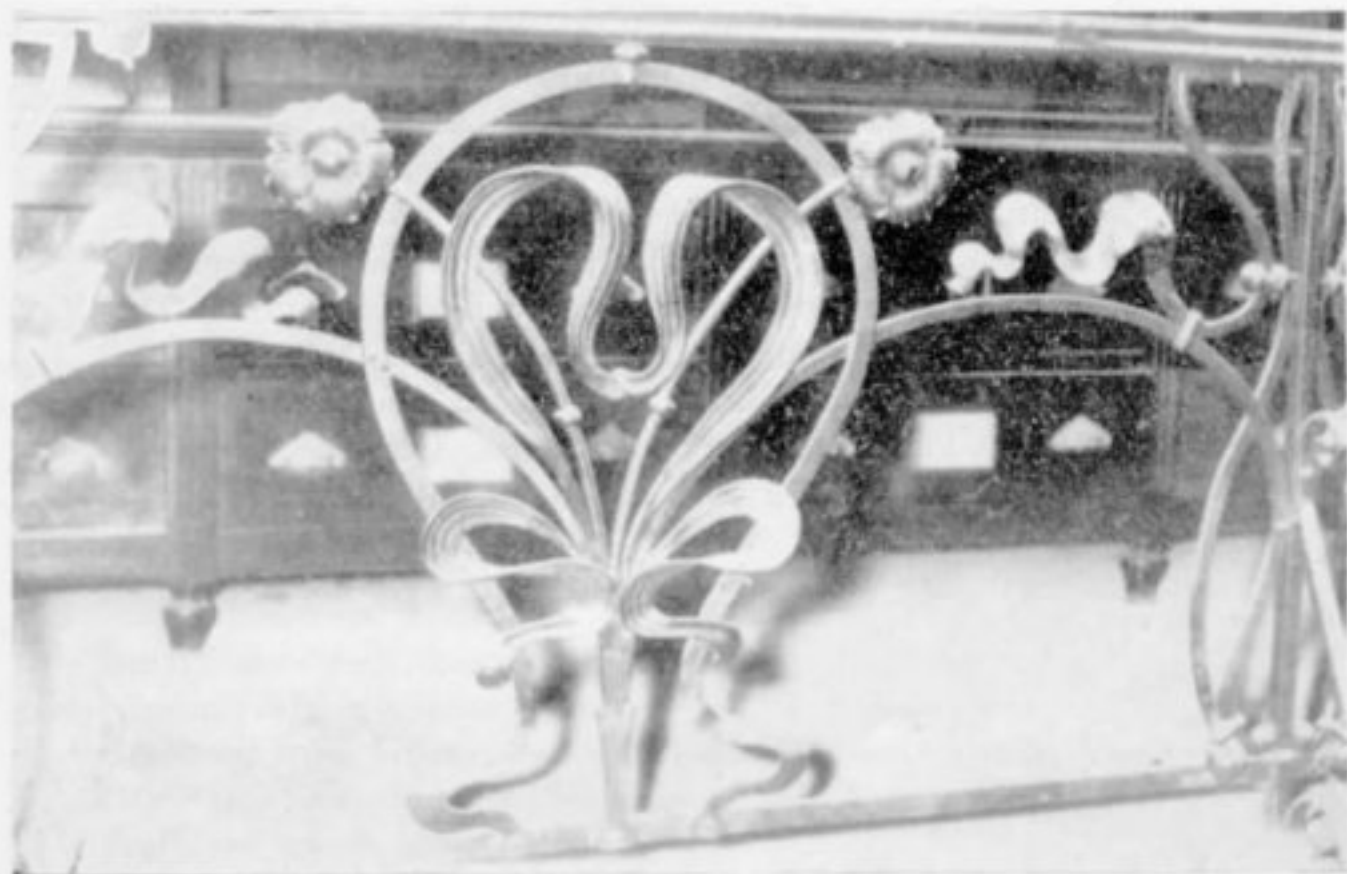
Vários outros exemplares são dignos de nota, como o prédio do Elixir de Inhame, na Glória, também recentemente demolido, a Casa



Peça de mobiliário da
"Tôrre Eiffel", na
Rua do Ouvidor,
Rio de Janeiro.



ELISEU VISCONTI
Capa da "Revue du Brésil", 1896.



Guarnição de ferro. "Tôrre Eiffel", Rio de Janeiro.

Java (Largo de São Francisco), a Joalheria Bernacchi (Rua Gonçalves Dias, 28) a Charutaria Pará (Rua do Ouvidor, 120) e a Confeitaria Colombo (Rua Gonçalves Dias, 32/36), todos no Rio de Janeiro. A instalação da Colombo, obra do desenhista e industrial Álvaro Auler, aluno de Adolfo Morales de los Rios, embora não possa a rigor ser enquadrada nos moldes típicos do estilo, possui requintes decorativos que abrangem técnicas diversas, indo da marcenaria ao vitral e à azulejaria. Foi ainda Álvaro Auler o responsável pelo projeto e fabrico de peças de mobiliário para consumo interno, visto que, até então, as que aqui existiam eram importadas.

As casas de chá eram ponto de encontro obrigatório de personalidades da época. A Cavé, esquina da Rua Uruguaiana com Sete de Setembro, que conserva painéis e azulejos no mais puro gosto *Art Nouveau*, acolhia figuras de projeção da política, da sociedade e do mundo das artes, como o memorialista Luís Edmundo, o cronista João do Rio, os caricaturistas Nair de Teffé, Emílio Cardoso Aires e Raul Pederneiras, o humorista Calixto Cordeiro, o mestre do lápis e da *charge* J. Carlos.

No norte do país, em Belém do Pará e Manaus, graças ao alto poder aquisitivo e à prosperidade decorrentes do surto da borracha, que vinha facilitar as transações com o continente europeu, foi grande a influência do novo estilo nas construções e na decoração interior, manifesta principalmente em palacetes e estabelecimentos comerciais. É o caso do magazine *Paris n'Amérique*, exemplar belenense bem ao gosto de seus congêneres em França. No sul, em Santa Catarina e Rio Grande, há também modelos típicos na arquitetura.

Cumpre-nos mencionar que o pintor Eliseu Visconti, de regresso da Europa, onde estudara quatro anos com Eugène Grasset, aqui introduziu a pintura decorativa de inspiração *Art Nouveau*, que iria aparecer nos trabalhos por êle realizados para o Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Nas artes gráficas também deixou êsse mestre sua colaboração, como é exemplo a capa da *Révue du Brésil*, fundada logo após a proclamação da República (1.º número em novembro de 1896), por Afonso Pena, Herculano de Freitas, Quintino Bocaiúva, Afonso Arinos, Alfredo Pujol e mais alguns, e editada em Paris.

MUSEUS E COLEÇÕES ONDE ENCONTRAR PEÇAS
RELACIONADAS COM ÊSTE TRABALHO :

Bethnal Green Museum, Londres
Casa Museo Gaudi, Parque Güell, Barcelona
Castelo de Haar —Vleuten, Países Baixos
Coleção Baron Frédéric, Bruges
Coleção Brockstedt, Hamburgo
Coleção Édouard Roditi, Paris
Coleção Emilio Bertonati, Milão
Coleção Hélène Bouché, Nova Iorque
Coleção Maurice Rheims, Paris
Coleção M. e Mme. Soyer, Bruxelas
Coleção Robert S. Walker, Paris
Coleção Schwabe, Paris
Finnish Society of Crafts and Design, Helsinki
Galleria Internazionale d'Arte Moderna, Veneza
Gemeentemuseum, Haia
Glasgow School of Art, Glasgow
Graphische Sammlung Albertina, Viena
Hessisches Landesmuseum, Darmstadt
Karl Ernst Osthaus Museum, Hagen
Kunstgewerbemuseum, Zurique
Kunsthhaus, Zurique
Kunsthistorisches Museum, Viena
Landesgewerbemuseum, Stuttgart
Musée Carnavalet, Paris
Musée Chéret, Nice
Musée de l'École de Nancy, Nancy
Musée des Arts Décoratifs, Paris
Musée des Beaux-Arts, Estrasburgo
Musée Galliéra, Paris
Musée National d'Art Moderne, Paris
Musées Royaux des Beaux-Arts de Belgique, Bruxelas
Museum für Kunst und Gewerbe, Hamburgo
Museum of Modern Art, Nova Iorque
Nationalmuseum, Estocolmo
Nationalmuseum, Helsinki
Neue Pinakothek, Munique
Nordiska Museet, Estocolmo
Österreichische Galerie des XIX und XX Jahrhunderts, Viena
Österreichisches Museum für Angewandte Kunst, Viena
Paffrath Galerie, Düsseldorf

Residência Leyland, Londres
 Residência Solvay (atual Wittamer de Camps), Bruxelas
 Residência Stoclet, Bruxelas
 Schmuckmuseum, Pforzheim
 Städtische Galerie, Munique
 Stadtmuseum, Munique
 Stedlijk Museum, Amsterdã
 The Art Institute of Chicago, Chicago
 The Brooklyn Museum, Nova Iorque
 The Cooper Union Museum for the Arts of Decoration, Nova Iorque
 The Corning Museum of Glass, Nova Iorque
 The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque
 The Museum of the City of New York
 The National Gallery of Art, Washington
 The National Gallery, Londres
 Universidade de Glasgow
 Victoria and Albert Museum, Londres
 William Morris Gallery, Walthamstow, Inglaterra

BIBLIOGRAFIA

- AULER, HUGO — **Art Nouveau e seus Reflexos na Aristocracia Brasileira**, in *Mirante das Artes*, nº 10, p. 10, julho e agosto, 1968.
- BARDY, CLAUDIO — **A Belle Époque Carioca — Estórias da História**, in *Jóia*, nº 168, 1967.
- BARILLI, RENATO — **Il Liberty**. Fratelli Fabbri Editori, Milão, 1966.
- BATTERSBY, MARTIN — **Art Nouveau**. The Colour Library of Art, Paul Hamlyn, Londres.
- BROPHY, BRIGID — **Black and White — A Portrait of Aubrey Beardsley**. Jonathan Cape Ltd., Londres, 1968.
- COELHO, OLÍMIO GOMES PASCHOAL. — **Torre Eiffel é Bom Gôsto em Art Nouveau**. Arquivos da D.P.H.A.N.
- COSTA, LÚCIO — **Arquitetura Brasileira — Os Cadernos de Cultura**, Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- COTRIM, ALVARO — **Emílio Cardoso Aires, um Lápis da Belle Époque**, in *O Cruzeiro*, novembro de 1965.
- CRESPILLE, J. P. — **Les Maitres de la Belle Époque**. Hachette, Paris, 1966.
- Documentário Arquitetônico nº 2** — Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1960.
- Documentário Arquitetônico nº 5** — Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1961.
- ÉMILE-BAYARD — **L'Art de Reconnaître les Styles**. Librairie Garnier Frères, Paris.
- HUTTER, HERIBERT — **Art Nouveau**. Methuen & Co. Ltd., Londres.
- JANNEAU, GUILLAUME — **De l'Échoppe au «Shopping-Center»**, in *L'Oeil*, nº 26, 1957.
- LETHÈVE, JACQUES — **De 1870 a 1914 (Des Impressionnistes aux Cubistes)**. Vincent, Fréal et Cie., Éditeurs, Paris, 1967.

- LIMA, HERMAN — J. Carlos — *O Rio e o seu Cronista do Lápis*, in *O Cruzeiro*, novembro de 1965.
- LUIZ EDMUNDO — *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Conquista, 2.^a ed., Rio, 1957.
- MACLEOD, ROBERT — *Charles Rennie Mackintosh*. Country Life Books, Londres, 1968.
- MADSEN, S. TSCHUDI — *Art Nouveau*. Ediciones Guadarrama, S.A., Madrid, 1967.
- MANNONI, EDITH — *Meubles et Ensembles Style 1900*. Edition Charles Massin, Paris.
- MOTTA, FLAVIO — *Art Nouveau: Um Estilo entre a Flor e a Máquina*, in *Cadernos Brasileiros*, n.º 28, p. 54.
- MOTTA, FLAVIO — *Contribuição ao Estudo do Art Nouveau no Brasil*. São Paulo, 1957.
- PEVSNER, NIKOLAUS — *Pioneers of Modern Design*. — Penguin Books, Londres, 1968.
- PRAZ, MARIO — *L'Ameublement — Psychologie et Évolution de la Décoration Intérieure*. Tisné, Paris.
- READE, BRIAN — *Art Nouveau and Alphonse Mucha*. Her Majesty's Stationery Office, Londres, 1963.
- RHEIMS, MAURICE — *L'Objet 1900*. AMG.
- RHEIMS, MAURICE — *The Age of Art Nouveau*. Thames and Hudson, Londres.
- SCHMUTZLER, ROBERT — *Art Nouveau*. Harry N. Abrams, Inc. Publishers, Nova Iorque.
- The Complete Encyclopaedia of Antiques* — «The Connoisseur» L. G. G. Ramsey, F. S. A., Londres.
- TOCANTINS, LEANDRO — *Santa Maria do Belém do Grão-Pará*. Ed. Civilização Brasileira, Rio.

CURIOSIDADES DO MUSEU HISTÓRICO DO PARÁ

— O CANHÃO DO UNA —

Prof. Orlando L. M. de Moraes Rêgo

INTRODUÇÃO

Peça encontrada pela firma B. H. Engenharia, durante a execução dos serviços dragagem efetuados nas obras do lançamento subaquático dos esgotos de Belém, às proximidades do Igarapé Una, e que se encontrava enterrada na lama a uma profundidade de aproximadamente cinco metros.

A referida peça foi ofertada ao Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pelo Dr. Fernando José Leão Guilhon, Diretor Presidente da Companhia das Docas do Pará, no dia 11 de fevereiro de 1969.

Descrição da Peça

Falconete rodízio de bronze de 1/4 libra com 39 centímetros de comprimento total, pesando 11 quilos e usado antigamente pelas embarcações, especialmente nos lanchões, que os empregavam para dar sinal de chegada em algum lugar, ou para tiro rápido em qualquer direção.

Anel de bôca lisa sem mira para pontaria, alma lisa e bolada com 18 centímetros de comprimento sem vestígios de brasões ou nome do canhão. Primeiro refôrço circundado por um anel de três fitas, tendo no lado esquerdo do anel uma punção com marca de armeiros de Toledo, provàvelmente Alonzo de Sahagun, 1570.

Munhões sem apresentar vestígios do pêso da peça ou a procedência do metal, estão situados no segundo refôrço também sem gravações de símbolos ou legendas.

Faixa da culatra sem alça de mira ou qualquer indicação, com moldura reforçada por cinco fitas e, na parte superior onde se limitam o segundo refôrço e a faixa da culatra encontra-se o ouvido.

Na parte superior da cascavel, de forma muito simples, bem junto da culatra nota-se uma soldagem, feita provàvelmente depois da fabricação da peça.

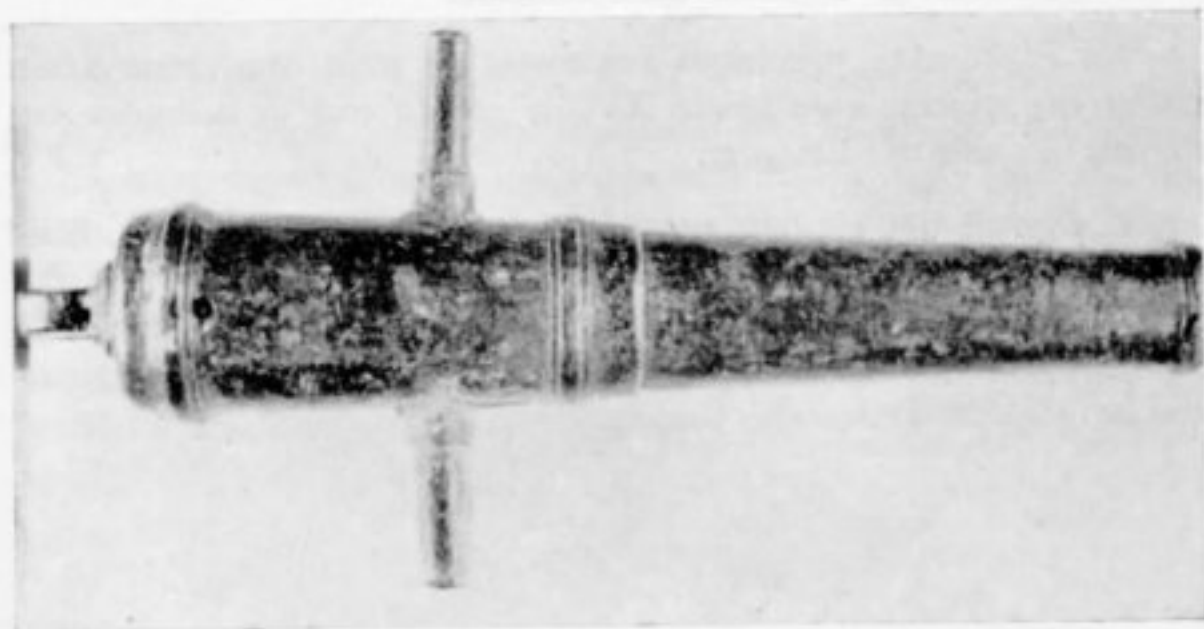
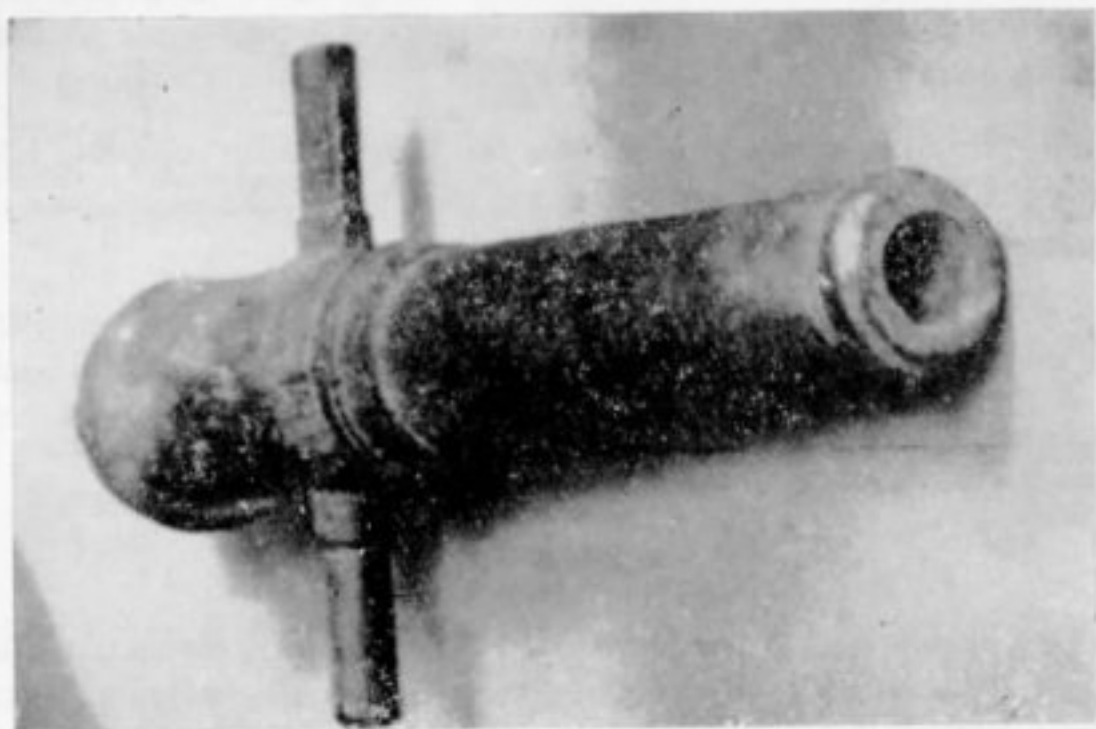
Os Falconetes, segundo os conceitos de armaria, são pequenas peças de artilharia de calibre e feitio variados, pesando no máximo 300 quilos, que atiravam um projétil de ferro de 1 a 4 libras com um alcance de 400 passos.

Comentários

Os canhões de bronze passaram a ser fabricados do século XVI (1500) ao século XVIII (1700). Êste pequeno Falconete de procedência espanhola foi provàvelmente fundido entre 1570 e 1600, com as características já descritas anteriormente.

Na Espanha os primitivos Falconetes de ferro começaram a ser usados em princípios do século XV, de acôrdo com as deduções das crônicas do sítio de Balaguer.

A peça de que estamos tratando deve ter caído n'água, acidentalmente, de alguma embarcação no local onde foi encontrada, num período que vai de 1617 até 1626, justamente na fase que os capuchos de Santo Antônio tiveram seu hospício de recolhimento nas proximidades da foz do Igarapé Una.



ASPECTOS DA CONQUISTA DA CAPITANIA DO CABO DO NORTE NO SÉCULO XVII

Professor Affonso Celso Villela de Carvalho
Coordenador do Curso de Museus do M.H.N.

Nossos estudos sôbre essa parte da grandiosa Amazônia, no século XVII, confirmou-nos uma tese que julgamos válida e que pode ser traduzida da seguinte maneira : — apesar dos esforços de civis, militares e religiosos, foi tôda ela, assim como de quase tôda a Amazônia, calcada em soluções e empreendimentos puramente militares, forjados dentro de nossas características climáticas, de nossos recursos e das necessidades impostas pelas condições políticas que as envolveram.

Uniformes, armamentos, homens de combate, todos resultantes dessas condições brasileiras.

A História Amazônica poderia ser explicada como tão bem fêz Euclides da Cunha, em sua obra "A Margem da História", página 17.

"A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da Colônia, as mais importantes expedições e solenes visitas pastorais rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. Para lá, os mais veneráveis bispos, os mais garbosos capitães-generais, os mais lúcidos cientistas. E do amanho do solo que se tentou afeiçoar às exóticas especiarias, à cultura do aborígine que se procurou erguer aos mais altos destinos, a metrópole longínqua demasiara-se em desvelos a terra que sôbre tôdas lhe compensaria o perdimento da Índia portentosa".

Dividimos êsse pequeno e despretencioso trabalho em três partes, que julgamos marcantes para o tema a que nos propomos estudar.

A — A Criação do Estado do Maranhão;

B — Bento Maciel Parente;

C — A Capitania do Cabo do Norte.

A Criação do Estado do Maranhão

O Estado do Maranhão foi criado pela Carta Régia de 13 de junho de 1621 e abrangia o litoral da baía da Traição à foz do Amazonas.

Como entidade política que teria seccionado o Brasil nascente, não constitui na realidade uma criação arbitrária que significasse um propósito negativo, uma decisão tomada sem maior exame ou visando mesmo dividir para melhor administrar, como foi o espírito da política colonial britânica.

Nessa repartição não influiu apenas a diversidade que era flagrante entre uma e outra, particularmente com o insucesso das doatórias distribuídas na costa acima do Rio Grande do Norte, deixando ali a coroa com as mãos livres para realizar nova tentativa de ocupação em outras bases.

Influiu também a navegação : era difícil ao tempo das técnicas do navio à vela, ligar a área ao Estado do Brasil, era mais prático ligá-la diretamente à Metrópole.

Deu-lhe realidade com efeito, o Decreto Régio de 13 de junho de 1621, que dividiu as terras da América Portuguesa em dois estados independentes : o do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará.

Assinado por Felipe IV referendou-o o regente Conde de Olivares.

Com o passar dos tempos entretanto, apesar das dificuldades, era necessário atentar para a área do Estado do Maranhão. Dois motivos tornam flagrante essa necessidade: a fascinação do ouro despertada com as narrativas dos navegadores espanhóis que haviam descido o Amazonas no século XVI, e a concorrência estrangeira, com as feitorias que holandeses, franceses e ingleses estabeleceram em diversos pontos da costa, acima do Rio Grande do Norte.

Agora, entretanto, a ocupação obedeceria a outros métodos.

Tratava-se de :

- 1 — Expulsar os ocupantes estrangeiros;
- 2 — Ocupar com elementos metropolitanos.

As operações para satisfazer a primeira exigência começaram no Maranhão em 1615, com a expulsão dos franceses.

Mas já no ano seguinte, fundava-se o que seria a cidade de Santa Maria de Belém.

Daí por diante e notadamente depois da restauração da autonomia portuguesa, travaram-se as lutas para expulsar da Amazônia, ingleses, franceses e holandeses.

Ao mesmo tempo, devassava-se o interior percorrendo a rede hidrográfica e submetendo o indígena.

A expedição de Pedro Teixeira encerrada em 1639, marca a fase das penetrações exploradoras.

Daí por diante o Estado do Maranhão oscilava ao influxo de seus extremos de características diferentes, o Maranhão propriamente dito e a Amazônia, criando-se num destaque de quase três séculos da vida brasileira que se realizava do Ceará para cima, isto é, em direção ao Rio Grande do Norte, que viria a constituir fronteira extrema setentrional.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará cresceu em direção norte e principalmente em direção oeste, provocando na expansão efetuada, o aumento da base territorial e da área de atividade econômica, portanto de atividade social.

Não tivesse existido o Estado e possivelmente aquêlê território não teria sido obtido na extensão que apresenta. Os governantes do Brasil não poderiam atender ao assunto com energia e a rapidez necessárias. (Como tão bem expôs Artur Cezar Ferreira Reis, prefaciando o livro do General Carlos Studart Filho — Fundamentos Geográficos do Estado do Maranhão e Grão-Pará).

Bento Maciel Parente

Português, muito jovem, veio para o Brasil criando-se em Pernambuco, onde se dedicou à carreira das armas. Participou da conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte, descobriu salitre na Bahia, estêve em São Vicente fazendo pesquisas em minas, participou em 1615 da expedição de Alexandre de Moura que expulsou os franceses do Maranhão, fêz entradas pelo interior do Maranhão e do Pará; combateu índios revoltosos e em 1621 era Capitão-mor do Grão-Pará.

Além de fazer guerra contra o gentio, combateu holandeses na foz do grande rio entre 1623 e 1626. Em 1627, viajou para o reino a fim de mostrar os seus serviços e propor várias medidas administrativas. Entre as quais propunha a concessão de capitánias, para inclusive conter o gentio.

Recebeu diversas recompensas, entre ellas a Capitania do Cabo do Norte onde iniciou o povoamento.

A doação foi feita em 14 de junho de 1637 por Felipe IV, considerando-o grande militar, sertanista e administrador.

Estendia-se essa concessão por trinta ou quarenta léguas de costa, do cabo do Norte até o rio Pinzón ou Oiapoque e pela terra adentro do rio Amazonas, acima do canal que vai sair no mar, oitenta para cem léguas até o rio Surubiú.

Foi uma das seis capitanias hereditárias concedidas no Estado do Maranhão no século XVII. As outras 5 (cinco) foram: Cumá, Caeté ou Gurupi, Cametá, Ilha Grande de Joanes e Xingu.

Diz Varnhagen que não parece impossível que na preferência desse território em favor de um guerreiro distinto, entrasse em conta a notícia que na França se havia antes em 1633 estabelecido uma companhia para colonizar a Guiana com idêntica denominação de terras do cabo do Norte, e conviria opor-se-lhe outra do lado do Brasil.

Em 1638, foi nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão onde se continuou distinguindo na luta contra o invasor estrangeiro e índios hostis.

Em 1641, quando da invasão holandesa ao Maranhão foi prêso pelo Almirante Lichthard, após heróica resistência, vindo a falecer quando era transportado de Pernambuco para o Rio Grande do Norte, no ano seguinte.

Por Alvará de 1637 lhe foram concedidas novas armas com o apelido de Parente, sendo as mesmas hereditárias.

Como curiosidade aqui as descrevemos pois acreditamos sejam pouco conhecidas :

“Um escudo aquartelado com ponta e no primeiro quartel em campo sanguíneo um tigre a seu direito saltante e parte em tôda sua ferocidade; no segundo quartel uma coroa da sua côr com seis cabeças ou meio-corpos em mar de prata; no terceiro quartel em campo azul uma fortaleza de prata picada de prêto, assentada sôbre um pé verde junto a um mar; e no quarto quartel em campo verde uma penha grande fincada de ouro com uma cova aberta ao pé dela, assombrada de prêto e três homens de ouro na bôca da cova e na ponta do escudo um mar azul. Timbre : um meio leão de ouro.

Vê-se portanto, que por seu brasão, êsse ilustre militar e sertanista pautou sua vida com lances de grande heroísmo.

A Capitania do Cabo do Norte

Já expusemos aqui a localização dessa Capitania setentrional que corresponde hoje ao atual Território Federal do Amapá.

Nos primórdios de sua História, teve durante muito tempo como sede a aldeia de Iaucuara, localizada próxima ao forte do Destêrro construído por seu primeiro donatário, Bento Maciel Parente, em 1638.

É hoje em dia conhecida pelo nome de Almerim.

Passaremos agora a descrever cronològicamente alguns dados que sem dúvida ajudarão o entendimento do primeiro século de sua existência e que foi sem dúvida o século da consolidação da conquista ou melhor da anexação do território aos domínios portugueses na América.

Criada em 1637, já dois anos depois, era visitada pelo padre Cristóvão de Acunã que por ali passou deixando registrada em suas notas de viagem a existência da aldeia de Iaucuara, do forte do Destêrro, que na ocasião estava guarnecido por 30 homens e de alguns canhões tomados dos piratas que incursionavam por seu litoral, assim como de duas outras povoações de nativos avassalados pelos missionários: a de Curupatuba atualmente Monte Alegre e Surubiú hoje Alenquer.

Antes porém da doação, os inglêses haviam construído um forte na ponta de Macapá chamado de Camaú, o qual foi tomado aos mesmos pelo Capitão Pedro Baião de Abreu no dia 9 de julho de 1632.

Em socorro da guarnição veio um navio inglês comandado por Roger Frey, que entretanto não conseguiu cumprir seus objetivos por ser interceptado no dia 14 do mesmo mês pelo Capitão Aires de Souza Chicorro comandando algumas canoas e alguns soldados. O embate foi travado perto da ponta de Macapá.

Em 1642, com a morte de Bento Maciel Parente, ficou como Capitão-mor da Capitania do Cabo do Norte o sertanista Capitão João Velho do Vale, sobrinho do primeiro, o qual combateu holandeses que arribaram naquele litoral, vencendo-os prontamente.

Alguns fatos ocorridos depois da concessão merecem menção, como por exemplo a destruição de um núcleo holandês, situado nas proximidades do lago Maracaru que na ocasião era chefiado por

Baldregues. Esta conquista militar foi efetuada pelo Capitão-mor Lucena de Azevedo.

Três anos depois, já em 1645, o restaurador português D. João IV confirmou a Capitania ao filho primogênito e homônimo de Bento Maciel Parente, pela Carta Patente de 9 de julho.

O terceiro donatário foi outro filho de Bento Maciel Parente, Vital Maciel Parente que falecendo sem descendentes, a Capitania reverteu a Coroa.

Na segunda metade do século XVII já reinando em Portugal D. Pedro II, foi por êle determinado ao Governador do Estado do Maranhão, Gomes Freire de Andrade que levantasse na região quantas fortalezas fôsem necessárias para impedir a infiltração francesa vinda da Guiana e que há muito se fazia sentir, sem entretanto abalar a hegemonia portuguesa naquele território.

O Capitão-mor do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, dando cumprimento às determinações reais, pessoalmente acompanhou os preparativos para a defesa da Capitania. Assim foi que, em 1685, achavam-se prontos os fortes do Paru, do Toeré, de Santo Antônio de Macapá e do Araguari.

As plantas dêses fortes foram feitas pelo engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro.

Na ilha do Camaraxiri, foi estabelecida uma missão chefiada pelos jesuítas Antônio Pereira e Bernardo Gomes.

Neste mesmo ano de 1685 um francês, o Marquês de Farrolles apresentava-se diante do Forte do Araguari com 3 capitães e trinta soldados, reclamando a posse do Território em nome do Rei de França, Luis XIV.

Negou-se o comandante de entregar-lhe a praça forte e Farrolles, por não vir preparado em homens e armas, retirou-se.

Em maio de 1697, seguindo instruções de Luis XIV, para aumentar as fronteiras de Caiena, regressa já na qualidade de Governador em Caiena, a frente de 60 homens da guarnição dessa cidade e muitos índios.

Arrasou o forte do Paru, comandado pelo Tenente Melchior de Ornelas, o mesmo fazendo com o Toeré e apossou-se do Santo Antônio de Macapá em 3 de maio, que na ocasião era comandado pelo Cabo Manuel Pestana de Vasconcelos que não lhe opôs resistência.

O quarto forte, construído por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o do Araguari, havia sido arrasado pela pororoca.

Após êsses êxitos, comunicou a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho que na oportunidade era o Governador, que cumpria ordens de seu rei por estarem os luso-brasileiros em território francês.

A ocupação francesa no forte de Macapá foi efêmera, pois o Governador já citado envia para recuperá-la uma expedição comandada por Francisco de Souza Fundão e por João Muniz de Mendonça, constituída de 160 homens e 150 índios.

De início aprisionam alguns soldados franceses e o padre Claude de Lamaousse, próximo à Praça de Macapá.

Posteriormente, acercam-se dêste ponto e após alguma luta conseguem recuperar a fortificação que na ocasião estava sob o comando do Capitão La Torréc, já que Farrolles havia voltado a Caiena.

A luta foi intensa devido a resistêcia francesa. Houve necessidade de escalar as muralhas para sua tomada final.

Tôda a guarnição caiu prisioneira, assim como o trem de guerra. Êste fato deu-se em 10 de junho de 1697.

O Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho não descansou, a integridade do território ainda era pendente.

Mandou reconstruir as fortificações tomadas pelo inimigo e com a ajuda dos padres de Santo Antônio e dos padres jesuítas, procurou trazer para a comunidade lusa os índios Tocaju, Aruan e outros que estavam comprometidos com os franceses.

Para a conquista da Capitania do Cabo do Norte, não poderíamos deixar de fazer referêcia ao elemento religioso, o qual associado ao militar também contribuiu para a fixação dos luso-brasileiros nesta parte do território nacional.

Era necessário a conversão do gentio.

Os franciscanos foram os primeiros a enfrentar os problemas relacionados com a catequese na Capitania do Cabo do Norte. Com base na ilha de Marajó lançaram-se à conquista espiritual do atual Amapá.

Também os jesuítas foram incansáveis nesta lida. Receberam por Carta-Régia de 1.º de abril de 1680, a tarefa da conquista do indígena desta região.

Dentre vários, salientamos os padres Pier Luigi Gonsalves e Aloísio Conrado Pfeill.

O primeiro Vice-provincial da Campanha no Estado e o segundo era matemático, pintor, cartógrafo e humanista.

Além da missão espiritual a que estavam entregues, os religiosos muito contribuíram junto às autoridades militares e civis para a conquista territorial, acompanhando-os e lutando lado a lado com aquela brava gente.

Ao terminar o século XVII, estava praticamente consolidada a conquista do Cabo do Norte, conquista esta confirmada em favor dos portugueses pelo Tratado de Aliança pela França e Portugal, celebrado em Lisboa em 1701 e confirmado pelo Tratado de Utrecht em 1713, que aqui transcrevemos um pequeno trecho :

“pelos têrmos mais fortes e mais autênticos e com tôdas as cláusulas que se requerem, assim em seu nome como de seus descendentes, sucessores e herdeiros de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sôbre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas sôbre o rio das Amazonas e o de Oiapoque ou de Pinzon, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade Portuguesa”, etc...

CARTA DE LEI DE 14 DE JUNHO DE 1637

*Faz Doação da Capitania do Cabo do Norte a
Bento Maciel Parente.*

“D. Felipe, por graça de Deos, Rei de Portugal e dos Algarves d’aquem e d’além mar, em Africa Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India.

Faço saber aos que esta minha Carta de Doação virem que tendo consideração aos serviços que o Conde de Basto, sendo Governador deste Reino, me representou em uma consulta no anno de 1634, que havia feito Bento Maciel Parente, fidalgo de minha casa, e aos mais que até o anno de 1634 fez em Pernambuco, cujos papeis apresentou na côrte de Madrid: houve por bem por cartas minhas de 18 de maio de 1634 e 13 de agosto de 1636, de lhe fazer mercê de algumas terras no Rio de Amazonas, além do fôro de fidalgo com dous mil réis de moradia de que se lhe passou portaria na côrte de Madrid; tudo com obrigação de ir servir a Pernambuco trez annos, por quanto seria alli de proveito pela muita pratica que tinha daquella guerra; e que a senhora princeza Margarida, minha muito amada e presada senhora prima, remetteu ao Conselho da Fazenda com ordem que se lhe nomeasse a dita Capitania, não sendo nenhuma das que tendo escolhido para minha Corôa, nem das terras que estão dadas a terceiro. E porque no Conselho da Fazenda, tomadas as informações necessarias, sendo ouvido o procurador della, se lhe nomeou ao dito Bento Maciel, a Capitania do Cabo do Norte, que tem pela costa do mar trinta até quarenta leguas de districto, que se contão do dito Cabo até o rio de Vicente Pinçon, onde entra a repartição das Indias do Reino de Castella, e pela terra dentro Rio das Amazonas arriba, da parte do canal que vai sahir ao mar oitenta pera cem leguas, até o rio dos Tupuyosús.

E não he nenhuma das que tenho dado a terceiro, hei por bem de lhe fazer mercê da dita Capitania do Cabo do Norte, na maneira

referida, e que se lhe passe Carta della, como ultimamente se passou a Alvaro de Souza de outra Capitania, de que fiz mercê no mesmo Estado, e com a mesma jurisdicção; e pagou de meia annata desta Capitania cincoenta mil sete centos e vinte réis ao thesoureiro della, João Paes de Matos, que he o mesmo que della se pagava na Chancellaria que lhe forão carregados em Receita á folhas cento e dez do 1.º e 3.º de seu recebimento.

Pedindo-me o dito Bento Maciel Parente, que visto ter eu já escolhido conforme as minhas ordens sitio das Capitancias, que hão de ser cabeça daquelle Estado do Maranhão, e pera como se via da certidão do Secretario Francisco de Lucena, que apresentava, pela qual consta haver eu por bem, de resolver por Carta minha de 13 de abril de anno de 1633, que ficassem reservadas para minha Corôa as duas Capitancias do Maranhão e Pará, demarcando-se a do Maranhão com suas ilhas desde o rio Paraossú, até a ponta de Tapuytápéra, em que se entende ha de costa cincoenta leguas.

E que se devia esta Capitania das mais por a boca do rio Meary e por o Pinary arriba, e a Capitania do Pará se comece no Rio Maracanã, cortando pela ponta delle, pela boca do Pará arriba; e que pelo primeiro braço do mesmo rio, da parte de Leste, vá cortando até o primeiro salto do rio e provincia dos Tocantines, que se diz dista do mar cento e cincoenta leguas, e tem por costa até á ponta do Separará trinta leguas, e incluye nella a cidade de Bethlem, e pela dita declaração nomeou Alvaro de Souza, que elle escolhia para sua Capitania as terras que jazem desde o Tury até o rio Cayté, com os mesmos rios que dentro dellas estiverem entrando juntamente nesta nomeação.

E escolha os ditos rios Tury e Cayté, que ficarão ambos d'entro da demarcação por onde há de demarcar a dita Capitania, que poderão ser quarenta e cinco até cincoenta leguas de districto por costa, e conforme a dita declaração se lhe passou ao dito Alvaro de Souza Carta de Doação da dita Capitania, se lhe mandasse passar a elle dito Bento Maciel sua Carta de Doação da dita Capitania do Cabo do Norte, de que eu tambem lhe tenho feito mercê.

E visto por mim seu requerimento e a forma da Portaria relatada, porque lhe fiz esta mercê ao dito Bento Maciel, com a mesma qualidade, jurisdicção e obrigação, com que foi concedida a outra Capitania ao dito Alvaro de Souza, e as mais do Estado do Brasil, e considerando eu quanto serviço de Deos e meu, e bem commum de meus Reinos e Senhorios, dos naturaes sub-ditos delles, e ser a minha costa e terra do Brasil, Maranhão e Pará mais povoada do

que até agora foi, assim para se nella haver de celebrar o culto divino e se exaltar a nossa Santa Fé Catholica, como trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra infieis e idolatras como pelo muito provcito que se seguirá a meus Reinos e Senhorios.

E aos naturaes e subditos delles em se a dita terra povoar e aproveitar, houve por bem de mandar repartir e ordenar as Capitánias de certas em certas leguas para dellas prover as primeiras que bem me parcesse, pelo qual havendo respeito aos serviços que me fez e espero me faça o dito Bento Maciel Parente, e por folgar de lhe fazer mercê em satisfação delles, usando de meu poder Real e absoluto, certa sciencia, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê como em effeito, faço por esta Carta irrevogavel doação entre vivos, valedoura deste dia para todo sempre de juro e herdade para elle e todos seus filhos, netos e herdeiros, e successores, que apoz elle vierem assim descendentes como transversaes e colaterão, segundo ao diante irá declarado das terras que jazem no Cabo do Norte com os rios que dentro nellas estiverem, que tem pela costa do mar, trinta até quarenta leguas de districto que se contão do dito Cabo até o rio de Vicente Pinçon, aonde entra a repartição das Indias do Reino de Castella, e pela terra dentro Rio das Amazonas arriba, da parte do canal que vai sahir ao mar oitenta para cem leguas até o Rio dos Tapuyosús, com declaração que nas partes referidas por onde acabarem as trinta e cinco até quarenta leguas de costa de sua Capitania se porão marcos de pedra, e estes marcos correrão via recta pelo sertão dentro.

E bem assim, mais será do dito Bento Maciel Parente e seus successores as ilhas que houver até dez leguas ao mar na fronteira e demarcação das ditas trinta e cinco até quarenta leguas de costa de sua Capitania, as quaes se estenderão medidas via recta, e entrarão pelo sertão e terra firme adentro pela maneira referida até o rio Tapuyosús, d'ahi por diante tanto quanto poderem entrar e fôr de minha conquista, da qual terra, ilhas e rios pelas sobreditas demarcações lhe faço doação e mercê de juro e herdade para todo sempre como dito he. E quero e me praz que o dito Bento Maciel e todos seus herdeiros e successores, que as ditas terras herdarem, e nellas sucederem, se possam chamar, e se chamem Capitães Generaes, e governadores dellas.

Outrosim, faço doação e mercê de juro e herdade para todo sempre para elle e seus descendentes, e successores, no modo sobredito de jurisdição civil e crime da dita Capitania, da qual elle dito Bento Maciel Parente e seus herdeiros, e successores, uzarão na forma e maneira seguinte a saber:

Poderá, e por seu Ouvidor estar a eleição dos juizes e officiaes, e alimpar e apurar as pautas, passar cartas de confirmação aos ditos juizes e officiaes, aos quaes se chamarão pelo dito Capitão governador.

E elle proverá o Ouvidor, que poderá conhecer de acções novas, dez leguas ao redor, d'onde estiver e de appellações e aggravos conhecerá em toda a dita Capitania e governança, e os ditos juizes darão appellação para o dito seu Ouvidor nas cousas que mandão minhas Ordenações, e do que o dito seu Ouvidor julgar assim, por acção nova, como por apellação e aggravo, sendo em causas civeis, não haverá appellação nem aggravo até quantia de cem mil rs.

E d'ahi para cima dará appellação á parte que quizer appellar, e nos casos crimes, hei por bem, que o dito Capitão e governador e seu Ouvidor tenham jurisdição e alçada de morte natural, inclusive em escravos e gentios.

E assim mesmo em taes Christãos homens livres em todos os casos, assim para os absolver, como para condemnar sem haver appellação nem aggravo; e porém, nos quatro casos seguintes a saber:

Herezia quando o heretico lhe fôr entregue pelo ecclesiastico; e traição e sodomia e moeda falsa, terão alçada em toda a pessoa de qualquer qualidade que seja, para condemnar os culpados à morte, e dar suas sentenças á execução sem appellação nem agravo.

E porém nos ditos quatro casos para absolver da morte, posto que outra pena lhe queira dar, menos da morte, darão appellação e aggravo, e appellarão por parte da justiça, e nas pessoas de maior qualidade, terão alçada de dez annos de degredo e até cem cruzados de pena sem appellação nem aggravo.

E outrosim me praz que o dito seu Ouvidor possa conhecer das appellações e aggravos que a elle houverem de ir em qualquer villa ou lugar da dita Capitania em que estiver, posto que seja muito apartado desse lugar onde assim estiver, contanto que seja na propria Capitania, e o dito Capitão e Governador poderá pôr meirinho diante o dito seu Ouvidor; e Escrivães e outros quaesquer Officiaes necessarios e acostumados nestes Reinos, assim na correição da Ouvidoria, como em todas as villas e lugares da dita Capitania e Governança.

E serão o dito Capitão e Governador e seus successores obrigados, quando a dita terra fôr povoada em tanto crescimento que seja necessario outro Ouvidor, de o pôr onde por mim ou por meus successores fôr ordenado.

E outrosim me praz que o dito Capitão e Governador e todos seus successores possam por si fazer Villas, e quasquer Povoações que na dita terra se fizerem e a elles lhes parecer que o devem ser,

as quaes chamar-se-hão Villas, e terão termo e jurisdição, liberdade e insignias de Villa, segundo o fôro e costume dos meus Reinos.

E isto, porém, se entenderá que poderão fazer todas as Villas que quizerem das Povoações que estiverem ao longo da costa da dita terra e dos rios que se navegarem, porque por dentro da terra firme pelo sertão as não poderão fazer menos espaço de seis leguas de uma a outra, para que possam ficar ao menos tres leguas de terra de termo a cada uma das ditas Villas.

E ao tempo que assim fizerem as ditas Villas, ou cada uma dellas, lhe limitarão e assignarão logo termo para ellas, e depois não poderão da terra que assim tiverem dado por termo fazer outra Villa sem minha licença.

E outrosim me praz que o dito Capitão e Governador, e todos seus successores que á esta Capitania vierem possam novamente crear e prover por suas Cartas os Tabelliães do publico e judicial que lhe parecerem necessarios nas Villas e Povoações das ditas terras, assim agora como pelo tempo á diante, e lhe darão suas cartas assignadas por elles, e selladas com seus sellos, e lhe tomarão juramento, que servirão seus officios bem e verdadeiramente, e os ditos Tabelliães servirão pelas ditas suas Cartas sem mais tomarem outras de minha Chancellaria.

E quando os ditos officios vagarem por morte ou renunciação, ou por erros, se assim he, os poderão por isso mesmo dar, e lhes darão os Regimentos por onde hão de servir conforme aos de minha Chancellaria.

E hei por bem que os ditos Tabeliães se possam chamar e chamem pelo dito Capitão e Governador, e lhe pagarão suas pensões, segundo a forma do Foral do Estado do Brasil, das quaes pensões lhe faço assim mesmo doação e mercê de juro e herdade para todo o sempre.

Item: outrossim lhe faço doação e mercê, de juro e herdade para todo o sempre, das alcaidarias-móres de todas as ditas Villas e Povoações da dita terra, com todas as rendas e direitos, fóros e tributos que a elles pertencem, segundo he declarado no dito Foral do Estado do Brasil as quaes o dito Capitão e Governador e seus successores haverão e arrendarão para si no modo e maneira no dito Foral contido, e segundo a forma delle e as pessoas que as ditas alcaidarias-móres fôrem entregues da mão do dito Capitão e Governador; e elles lhes tomarão a menagem dellas, segundo a forma das minhas Ordenações.

Item: outrosim me praz por fazer mercê ao dito Bento Maciel e a todos os seus successores, que a esta Capitania vierem, de juro

e herdade para sempre, que elles tenham e hajão todas as moendas d'agua, marinhas de sal, e quaesquer outros engenhos de qualquer qualidade que sejam, que na dita Capitania e Governança se poderem fazer.

E hei por bem que pessoa alguma não possa fazer as ditas moendas, marinhas, nem engenhos senão o dito Capitão e Governador, ou aquelles a que elle para isso dêr licença, de que lhe pagarão aquelle fôro ou tributo que com elles se concertar.

Outrosim lhe faço doação e mercê, de juro e herdade para sempre, de deseseis leguas de terra de longo da costa da dita Capitania, que entrarão por dentro do sertão tanto quanto puderem entrar e fôrem de minha conquista, a qual terra será sua, livre e isenta, sem della pagar direito, fôro nem tributo algum, sòmente o dizimo á Ordem do Mestrado de nosso Senhor Jesus Christo.

E dentro de vinte annos do dia que o dito Capitão e Governador tomar posse da dita terra poderá escolher e tomar as ditas deseseis leguas de terra em qualquer parte que mais quizer, não as tomando, porém, juntas senão repartidas em quatro ou cinco partes, e não sendo de uma a outra menos de duas leguas, as quaes terras o dito Capitão e Governador e seus successores poderão arrendar e aforar em fatiota ou em pessoas, ou como quizerem e bem lhes convier, e pelos fóros e tributos que quizerem, e as ditas terras não sendo aforadas, e as rendas dellas quando o fôrem, virão sempre a quem succeder à dita Capitania e Governança pelo modo nesta doação conteúdo; e das novidades que Deos nas ditas terras dêr, não será o dito Capitão e Governador, nem as pessoas que de sua mão as tiverem ou trouxerem obrigados a me pagar fôro ou direito algum, sòmente o dizimo de Deos á Ordem, que geralmente se ha de pagar em todas as outras terras da dita Capitania, como abaixo vai declarado.

E o dito Capitão e Governador, nem os que após elle vierem, não poderão tomar terra alguma de sesmaria na dita Capitania para si, nem para sua mulher, nem para filho e herdeiro della; antes darão, e poderão dar e repartir todas as ditas terras de sesmaria a quaesquer pessoas, de qualquer qualidade e condição que sejam e bem lhes parecer, livremente, sem fôro nem direito algum, sòmente o dizimo de Deos, que serão obrigados a pagar á Ordem de tudo o que nas ditas terras houverem, segundo he declarado no dito Foral, e pela mesma maneira as poderão dar e repartir por seus filhos fóra do morgado, e assim por seus parentes; e, porém, aos ditos seus filhos e parentes não poderão dar mais terra da que derem ou tiverem dado a qualquer outra pessoa estranha, e todas as ditas terras que assim

dér de sesmaria a uns e aos outros será conforme a Ordenação das Sesmarias e com a obrigação dellas; as quaes terras o dito Capitão e Governador nem seus successores não poderão em tempo algum tomar para si nem para sua mulher, nem filho, herdeiro como dito he, e pô-las em outrem para depois virem a elles por modo algum que seja; sómente as poderão haver por titulo de compra verdadeira das pessoas que lh'as quizerem vender passados oito annos depois das ditas terras serem aproveitadas, e em outra maneira não.

Outrosim lhe faço doação e mercê, de juro e herdade para sempre, de meia dizima do pescado da dita Capitania, que he de vinte peixes, em que tenho ordenado que se pague além da dizima inteira que pertence á Ordem, segundo no dito Foral he declarado, a qual meia dizima se entenderá do pescado que se matar em toda a dita Capitania fóra das deseseis leguas do dito Capitão e Governador, porquanto as ditas deseseis leguas he terra sua, livre e isenta, segundo atraz he declarado.

Outrosim lhe faço doação, de juro e herdade para sempre, da dizima de todas as rendas e direitos que á dita Ordem e á mim de direito na dita Capitania pertencerem: a saber:

Que de todo o rendimento que á dita Ordem e á mim couber, assim dos dizimos, como de quaesquer outras rendas ou direitos de qualquer qualidade que sejam, haja o dito Capitão e seus successores uma dizima, que ha de dez partes uma.

Outrosim me praz, por respeito do cuidado que o dito Capitão e Governador e seus successores hão de ter de guardar e conservar o páo-Brasil, que na dita terra houver de lhe fazer doação e mercê, de juro e herdade para sempre, da vintena parte do que liquidamente render para mim, forro de todos os custos, o dito páo-Brasil que da dita Capitania se trazer a estes Reinos, e a conta do tal rendimento se fará na Casa da Mina desta cidade de Lisboa, onde o dito páo-Brasil ha de vir e da dita casa; tanto que o dito páo-Brasil fôr vendido e arrecadado o dinheiro d'elle, lhe será logo pago e entregue o dinheiro de contado pelo Provedor e Officiaes della aquillo que por boa conta na dita vintena montar.

E isto, porquanto todo o páo-Brasil que na dita Capitania houver ha de ser sempre meu e de meus successores, sem o dito Capitão e Governador, nem outra alguma pessoa podêr tratar nelle nem vendê-lo para fóra; sómente poderá o dito Capitão, e assim os moradores da dita Capitania, aproveitar-se do dito páo-Brasil na terra do que lhe fôr necessario,, segundo he declarado no Foral do Estado do Brasil; e tratando nelle ou vendendo para fóra, incorrerão nas penas conteúdas no dito Foral.

E outrosim me praz por fazer mercê ao dito Bento Maciel e seus successores, de juro e herdade para sempre, que dos escravos que elles resgatarem e houverem na dita Capitania possão mandar a estes Reinos trinta e nove peças cada anno para fazer dellas o que bem lhe vier, os quaes escravos virão ao porto desta cidade de Lisboa e não a outro algum porto, e mandará com elles certidão dos Officiaes da dita Capitania de como são seus, pela qual certidão lhe serão despachados os ditos escravos, forros sem delles pagar direitos alguns nem 5%; e além destas trinta e nove peças que assim cada anno poderá mandar forros, hei por bem que possa trazer por marinheiros e grumetes em seus navios todos os escravos que quizerem e lhe fôrem necessarios.

Outrosim me praz de fazer mercê ao dito Bento Maciel e seus successores, e assim aos vizinhos e moradores da dita Capitania, que nella não possão em tempo algum haver direitos de sizas nem imposições saboarias, tributos de sal, nem outros alguns direitos, nem tributos de qualquer qualidade que seja, salvo aquelles que por bem desta doação e do Foral ao presente são ordenados que haja.

Esta Capitania e Governança, e rendas e bens della hei por bem, e me praz que se herdem e succedão, de juro e herdade para todo o sempre, pelo dito Capitão e Governador, seus descendentes, filhos e filhas legitimos, com tal declaração que, emquanto houver filho legitimo varão no mesmo gráo, não succederá filha, portoque seja de maior idade que o filho; e, não havendo filho macho, ou havendo-o, e não sendo em tão proximo gráo ao ultimo possuidor, como a femea, que então succeda a femea.

E emquanto houver descendentes legitimos machos ou femeas que não succeda na dita Capitania bastardo algum; e não havendo descendentes machos nem femeas legitimos, então succederão os bastardos machos e femeas, não sendo, porém, de demnado coito; e succederão pela mesma ordem dos legitimos, primeiro os machos e depois as femeas, em igual gráo, com tal condição que se o possuidor da tal Capitania a quiser antes deixar a um seu parente transversal que aos descendentes bastardos, quando não tiver legitimos, o possa fazer; e não havendo descendentes machos, nem femeas legitimos, nem bastardos de maneira que o dito he, em tal caso succederão aos descendentes (os ascendentes) machos e femeas, primeiro os machos, e, em falta delles, as femeas; e, não havendo descendentes nem ascendentes, succederão os transversaes pelo modo sobredito, sempre primeiro os machos que fôrem em igual gráo, e depois as femeas; e, no caso dos bastardos, o possuidor poderá, se quizer, deixar a dita

Capitania a um transversal legitimo e tira-la aos bastardos, portoque sejam descendentes em muito mais propinquo gráo.

E isto hei assim por bem, sem embargo da Lei Mental, que diz que não succederão femeas, nem bastardos, nem transversaes, nem ascendentes, porque, sem embargo de tudo, me praz que esta Capitania succederão femeas e bastardos, não sendo de coito demandado e transversaes, e ascendentes do modo que já he declarado.

Outrosim quero e me praz que em tempo algum se não possa a dita Capitania e Governança, e todas as cousas que por esta doação dou ao dito Bento Maciel Parente partir, nem descambar, espedaçar, nem em outro modo alhear, nem em casamento a filho ou filho, nem a outra pessoa dar, nem para tirar pai ou filho, ou outra alguma pessoa dar, nem para tirar pai ou filho, ou outra alguma pessoa do captiveiro, nem para outra cousa, ainda que seja mais poderosa, porque minha tenção e vontade he de que a dita Capitania e Governança, e cousas ao dito Capitão e Governador nesta doação dadas andem sempre juntas, e se não partão nem alienem em tempo algum; e aquelle que a partir e alienar, ou espedaçar, ou dér em casamento, ou para outra cousa por onde haja de ser partida, ainda que seja mais poderosa por esse mesmo effeito, perca a dita Capitania e Governança, e passe directamente aquelle a que houvera de ir pela sobredita ordem de succeder, se o tal que isto assim não cumprio fosse morto.

Outrosim me praz que, por caso algum de qualquer qualidade que seja, o dito Capitão e Governador commetta, porque, segundo o direito e lei destes Reinos, mereção perder a dita Capitania e Governança, jurisdicção, e rendas e bens della e não perca seu successor, salvo se fôr por tredo a Corôa destes Reinos.

E em todos os outros casos que commetter crime punido quanto o crime obrigar, e porém o seu successor não perderá a dita Capitania, Governança, jurisdicção, rendas e bens della como dito he.

Outrosim me praz e hei por bem que o dito Bento Maciel Parente e todos os seus successores que á esta Capitania e Governança vier, usem inteiramente de toda a jurisdicção, poder e alçada nesta doação conteúda, assim e da maneira que nella he declarado, e pela confiança que delle tenho, que guardarão nisso tudo o que cumprir ao serviço de Deos e meu, e bem do povo e o direito das partes.

Outrosim hei por bem e me praz que nas terras da dita Capitania não entrem, nem possam entrar em tempo algum Corregedor, nem alçada, nem outras algumas justiças para nellas abusarem de jurisdic-

ção alguma por nenhuma via, nem modo que seja, nem menos seja o dito Capitão e Governador suspenso da dita Capitania e Governança, e jurisdicção della; e porém quando o dito Capitão cahir em algum erro ou fiser cousa por que mereça e deva ser castigado, eu ou os meus successores os mandaremos vir a nós para ser ouvido de sua justiça, e lhe será dada toda aquella pena e castigo que de direito por tal caso merecer.

Outrosim quero e mando que todos os herdeiros e successores do dito Bento Maciel que esta Capitania herdarem e nella succederem por qualquer via que seja se chamem Maciel Parente e tragão as armas dos Macieis Parentes; e se alguns delles isto assim não cumprirem, hei por bem que, por esse mesmo effeito, percão a dita Capitania e successão della, e passe logo directamente á quem de direito devia de ir, se este tal isto assim não cumprir fosse morto.

Item: esta mercê lhe faço como Rey e Senhor destes Reinos, e assim como Governador e perpetuo Administrador que sou da Ordem: e por esta presente Carta dou poder e autoridade ao dito Bento Maciel, que elle por si e por quem lhe aprouver possa tomar e tome a posse real, corporal, e actual das terras da dita Capitania e Governança, e das rendas e bens della e de todas as mais cousas conteúdas nesta doação.

E use de tudo interamente como se nella contém, a qual doação hei por bem, quero e mando que se cumpra e guarde em tudo e por tudo com todas as clausulas, condições e declarações nella conteúdas e declaradas, sem mingoa nem desfallecimento algum. E para tudo o que dito he, derogo a Lei Mental, e quaesquer autos, Leis, e Ordenações, glosas e costumes que em contrario disto haja ou possa haver, por qualquer via ou modo que seja, postoque sejam taes que fosse necessario serem aqui expressas e declaradas de verbo ad verbum, sem embargo da Ordenação do Liv. 2.^o tit. 44, que dispõe que quando estas Leis e direitos se derogarem se faça expressa menção dellas e da substancia dellas. E por esta prometto ao dito Bento Maciel e a todos os seus successores que nunca em tempo algum vá nem consinta ir contra esta minha doação em parte, nem em todo; e rogo e encommendo a todos os meus successores que lh'a cumprão e mandem cumprir.

Pelo que mando ao meu Governador das conquistas do Maranhão e Grão-Pará, Provedor de minha Fazenda nellas, e aos meus Desembargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, justiças officiaes, e pessoas de meus Reinos e senhorios; aos Juizes, Vereadores e Offi-

ciaes da Camara, pessoas da Governança e povo das terras, Povoações e lugares que nas ditas trinta e quatro leguas de terra houver que dêem a posse dellas ao dito Bento Maciel Parente ou a seu certo Procurador, e lh'a deixem lograr e possuir e o hajão por Capitão General e Governador das ditas trinta e quatro leguas de terras, e lhe cumprão, guardem e fação mui inteiramente cumprir e guardar esta minha Carta como nella se contém, que se registrará nos livros das Contas da dita conquista do Maranhão e Grão-Pará, sendo o primeiro assentado nos livros das Mercês que faço a meus vassallos, a qual Carta, por firmeza de tudo, mandei dar ao dito Bento Maciel Parente, por mim assignada e sellada com o sello de chumbo pendente, e vai escripta em quatro meias folhas e rubricada ao pé de cada lauda pelo Conde de Miranda, do meu Conselho de Estado, Presidente de minha Fazenda e Governador da Casa do Porto.

Dada nesta cidade de Lisboa, aos 14 dias do mez de Junho — Bartholomeu de Araujo a fez, anno de 1637.

E esta se passou por duas vias; cumprida uma e outra, não haverá effeito — Affonso de Barros Caminha a fez escrever.”

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1968

RELATÓRIO PRELIMINAR

A equipe de restauração deste Museu, composta por NICOLAU DEL NEGRO, VICENTE DE FREITAS, RUY CAMPELO e ISA ADERNE VIEIRA, vem procurando tirar da categoria de autor desconhecido vários dos quadros que vêm a esta Seção; comunica oficialmente a conclusão de duas pesquisas neste sentido.

1.º — O retrato de D. Pedro II na época da maioridade.

Localizada em um canto inferior direito, durante sucessivas remoções de verniz oxidado, surgiu a assinatura parcial L. Aug.^{te} M... e parte da data 18...; pesquisando inicialmente os autores com esta técnica e estas iniciais, sabendo-se que o quadro tinha a procedência de Itaguaí — 1840, fomos auxiliados pelo documentarista DIRCEU PINHO FRANÇA, que nos forneceu indicações e bibliografia sobre Luiz Auguste Moreau, artista francês de cuja obra consta haverem duas obras neste Museu, restando um confronto de assinaturas.

Posteriormente continuando as pesquisas, fomos auxiliados por DONATO MELO JUNIOR, arquiteto e pesquisador, que a nosso pedido conseguiu uma referência de que havia um retrato de D. Pedro II pintado por Luiz Auguste Moreau no prédio da antiga alfândega, construído por Granjean de Montigny (Missão Francesa de 1816), em livro sobre a antiga Praça do Comércio, onde descreve, estava localizado um retrato de D. Pedro II, pintado por Luiz Auguste Moreau.

De posse destes dados resolvemos comunicá-los para que não fiquem interrompidos os trabalhos de continuidade da pesquisa pela Seção competente.



Leandro Joaquim. Óleo. Retrato de D. Luís de Vasconcelos. (Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro).



Manuel Dias de Oliveira. Óleo. Retrato de D. João VI e de Carlota Joaquina. (Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro).



Leandro Joaquim. Óleo. Retrato de D. Luís de Vasconcelos. (Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro).



Manuel Dias de Oliveira. Óleo. Retrato de D. João VI e de Carlota Joaquina. (Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro).

2.º — Retrato de D. João VI que o apresenta de mãos dadas com D. Carlota Joaquina.

Por sabermos peça de grande importância histórica e rara, iniciamos a pesquisa perguntando à Vice-Diretora D. Otávia C. Oliveira, se confirmava não haver sido a referida peça catalogada com autoria; em seguida pela época em que o referido retrato foi pintado — antes de 1817, depois, a boa técnica da pintura em questão, apesar dos grandes danos e oxidação do verniz, foi-nos fácil pesquisar entre os grandes retratistas da época a sua obra e documentação existente, no que fomos auxiliados pelo documentarista Dirceu Pinho França, do Serviço de Documentação e Divulgação do M.H.N. e pela aluna do curso de “Conservação de Pintura” — Margarida Ribeiro na Biblioteca Nacional e pela nossa própria documentação, podemos dar nosso testemunho do que foi encontrado inclusive bibliografia com fotos do referido quadro. Este trabalho aparece em duas publicações reproduzido, com referência de que está no M.H.N. e é de autoria de Manuel Dias de Oliveira, o Brasiliense, sendo uma delas o volume IX da Enciclopédia Delta Larousse, capítulo dedicado à Pintura Brasileira — Pintores Fluminenses. A outra também com reprodução, Anais — do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, VIII Vol. (Centenário do Instituto) Terceiro Congresso de História Nacional — 1938 — pág. 520/521.

A equipe de Restauração

*Nicolau Del Negro, Vicente de Freitas, Ruy Alves
Campello e Isa Aderne Vieira*